

A política linguística da França em relação à língua francesa

O objetivo da pesquisa deste livro é a política linguística contemporânea da França em relação à língua francesa. A hipótese geral da pesquisa é que a França tem feito muito mais pela proteção e promoção da língua francesa do que pelas suas línguas regionais. A amostra da pesquisa consiste em 160 documentos oficiais, regulamentos, decretos, circulares e relatórios referentes à língua francesa na França, todos determinando sua utilização em vários campos: educação, judiciário, mídia de massa, serviços administrativos, cultura, vida empresarial, etc. Quanto às técnicas de pesquisa, utilizamos a análise de documentos, que se referem à língua francesa, regulamentando a sua utilização em numerosos campos de aplicação e intervenção. Este livro é o primeiro deste tipo; ele fornece um relato completo da política linguística de um país em relação à sua própria língua. A questão pesquisada é altamente pertinente em grande escala. O conteúdo é bem estruturado, proporcionando uma boa visão geral e uma boa composição de qualidade.



Zoran Nikolovski é professor na Universidade de Bitola "St. Clement of Ohrid", na Macedónia do Norte. Os seus interesses científicos abrangem a Sociolinguística, Política Linguística, Contacto Linguístico, e Lexicologia. Ele recebeu da França o nome de Cavaleiro da Ordem das Palmeiras Acadêmicas, um reconhecimento outorgado por méritos excepcionais na educação.




EDIÇÕES
NOSSO CONHECIMENTO


EDIÇÕES
NOSSO CONHECIMENTO



A política linguística da França em relação à língua francesa

La politique linguistique de la France à l'égard du français

Zoran Nikolovski

Nikolovski

Zoran Nikolovski

A política linguística da França em relação à língua francesa

FOR AUTHOR USE ONLY

Zoran Nikolovski

A política linguística da França em relação à língua francesa

**La politique linguistique de la France à l'égard du
français**

FOR AUTHOR USE ONLY

Imprint

Any brand names and product names mentioned in this book are subject to trademark, brand or patent protection and are trademarks or registered trademarks of their respective holders. The use of brand names, product names, common names, trade names, product descriptions etc. even without a particular marking in this work is in no way to be construed to mean that such names may be regarded as unrestricted in respect of trademark and brand protection legislation and could thus be used by anyone.

Cover image: www.ingimage.com

Este livro é uma tradução do original publicado sob ISBN 978-620-3-86078-8.

Publisher:

Sciencia Scripts

is a trademark of

Dodo Books Indian Ocean Ltd., member of the OmniScriptum S.R.L Publishing group

str. A.Russo 15, of. 61, Chisinau-2068, Republic of Moldova Europe

Printed at: see last page

ISBN: 978-620-3-72532-2

Copyright © Zoran Nikolovski

Copyright © 2021 Dodo Books Indian Ocean Ltd., member of the OmniScriptum S.R.L Publishing group

A política linguística da França em relação à língua francesa

**La politique linguistique de la
France à l'égard du français**

FOR AUTHOR USE ONLY

La politique linguistique de la France à l'égard du français

FOR AUTHOR USE ONLY

FOR AUTHOR USE ONLY

A política linguística da França em relação à língua francesa

FOR AUTHOR USE ONLY

FOR AUTHOR USE ONLY

Conteúdos

INTRODUÇÃO (INGLÊS)	11
I ABORDAGEM TEÓRICA GERAL DA NOÇÃO DE <i>POLÍTICA LINGUÍSTICA</i>	13
1. TERMO <i>POLÍTICA LINGUÍSTICA</i>	15
1. 1. <i>POLÍTICA LINGUÍSTICA</i>	15
1. 2. <i>GESTÃO LINGUÍSTICA</i>	16
1. 3. <i>LEGISLAÇÃO LINGUÍSTICA</i>	18
2. PLANEAMENTO LINGUÍSTICO E NORMALIZAÇÃO LINGUÍSTICA	19
2. 1. <i>PLANEAMENTO LINGUÍSTICO</i>	19
2. 2. <i>NORMALIZAÇÃO DA LÍNGUA</i>	24
3. POLÍTICA LINGUÍSTICA, PLANEAMENTO LINGUÍSTICO OU GESTÃO LINGUÍSTICA	28
3. 1. <i>POLÍTICA LINGUÍSTICA VS PLANEAMENTO LINGUÍSTICO</i>	29
3. 2. <i>PLANEAMENTO LINGUÍSTICO CONTRA A GESTÃO LINGUÍSTICA</i>	33
4. UMA VISÃO GERAL DA POLÍTICA LINGUÍSTICA DA FRANÇA	36
4. 1. A <i>POLÍTICA LINGUÍSTICA DA FRANÇA ANTES DA REVOLUÇÃO FRANCESA</i>	37
4. 2. A <i>POLÍTICA LINGUÍSTICA DA FRANÇA APÓS A REVOLUÇÃO FRANCESA</i>	40
II POLÍTICA LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA DA FRANÇA EM RELAÇÃO À LÍNGUA FRANCESA	48
5. PERÍODOS DA POLÍTICA LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA DA FRANÇA EM RELAÇÃO À LÍNGUA FRANCESA	50
5. 1. O PRIMEIRO PERÍODO DA <i>POLÍTICA LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA DA FRANÇA EM RELAÇÃO À LÍNGUA FRANCESA</i>	51
5. 2. O SEGUNDO PERÍODO DA <i>POLÍTICA LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA DA FRANÇA EM RELAÇÃO À LÍNGUA FRANCESA</i>	54
5. 3. O TERCEIRO PERÍODO DA <i>POLÍTICA LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA DA FRANÇA EM RELAÇÃO À LÍNGUA FRANCESA</i>	56
6. A LÍNGUA FRANCESA COMO MEIO DE INFORMAR O CONSUMIDOR E A PROTECÇÃO DOS TRABALHADORES	60
6. 1. <i>INFORMAR O CONSUMIDOR</i>	62
6. 2. <i>PROTECÇÃO DOS TRABALHADORES</i>	63
7. A LÍNGUA FRANCESA NA <i>CIÊNCIA E TECNOLOGIA</i>	65
7. 1. <i>EVENTOS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS</i>	66

7. 2. PERIÓDICOS E PUBLICAÇÕES	67
7. 3. EDUCAÇÃO, EXAMES, TESTES DE ADMISSÃO E TESE/DISSERTAÇÃO	69
8. INTERACÇÃO ENTRE LÍNGUA FRANCESA E SERVIÇOS PÚBLICOS DE FRANÇA NO SEGUNDO SÉCULO DO SÉCULO XX	70
8. 1. OS SERVIÇOS PÚBLICOS E A APLICAÇÃO DA LÍNGUA FRANCESA A NÍVEL INTERNO	72
8. 2. OS SERVIÇOS PÚBLICOS E A PROMOÇÃO DA LÍNGUA FRANCESA COMO LÍNGUA DE COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL	75
8. 3. O ENRIQUECIMENTO TERMINOLÓGICO DA LÍNGUA FRANCESA	79
9. ENRIQUECIMENTO TERMINOLÓGICO DA LÍNGUA FRANCESA	83
9. 1. SISTEMA DE INSTITUIÇÕES PARA O ENRIQUECIMENTO DA LÍNGUA FRANCESA	83
9. 2. O PAPEL DO ESTADO NO ENRIQUECIMENTO DO SISTEMA FRANCÊS	85
9. 3. DELEGAÇÃO GERAL PARA A LÍNGUA FRANCESA E AS LÍNGUAS DA FRANÇA	86
9. 4. O PAPEL DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS EM TERMINOLOGIA E NEOLOGIA	87
9. 5. A COMISSÃO GERAL DE TERMINOLOGIA E NEOLOGIA	88
9. 6. A ACADEMIA FRANCESA	91
9. 7. OUTROS PARCEIROS DO SISTEMA PARA O ENRIQUECIMENTO DA LÍNGUA FRANCESA	91
9. 8. COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES FRANCÓFONOS	92
10. uma visão geral da situação da língua francesa na mídia de massa em frança no final do século 20	93
10. 1. A LÍNGUA FRANCESA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	95
CONCLUSÃO (Inglês)	100
CONCLUSÃO (Français)	106
BIBLIOGRAFIA	110
CORPUS	120
ANEXOS	130
INDEX TERM	132
RESUMOS & CONCLUSÕES	134
Curriculum vitae de Zoran Nikolovski	157
Curriculum vitæ de Zoran Nikolovski	159

"L'homme d'Etat, s'il réussit...à contrôler le cours de la langue à une de ses étapes décisives, ajoute à son pouvoir un autre pouvoir, anonyme et efficace"

Claude Hagège

"L'homme de paroles"

(L'homme de paroles)

Paris, 1985, p. 203

FOR AUTHOR USE ONLY

FOR AUTHOR USE ONLY

INTRODUÇÃO (INGLÊS)

O objectivo da investigação neste livro é a política linguística contemporânea da França em relação à língua francesa.

O livro é composto por três partes.

Na primeira parte, na qual apresentamos a abordagem teórica geral da noção de *política linguística*, definimos o termo temático e a sua origem, e depois especificamos o seu significado em comparação com os seus sinónimos, o *planeamento linguístico* e a *legislação linguística*.

Na segunda parte, damos um breve esboço da situação demolidora da língua francesa em França, um relato de várias razões para a expansão, e mais tarde - pela sua estagnação e declínio. Nesta parte, damos também uma breve resenha dos inícios das intervenções linguísticas em França.

A área de investigação da terceira parte é a política linguística contemporânea que a França tem vindo a aplicar em relação à língua francesa. Nesta parte, analisamos os três períodos que compõem a política, e mostramos os resultados da investigação sobre a política linguística nos domínios da sua aplicação e da intervenção: *vida empresarial*, através da língua francesa através da prestação de informações ao consumidor e da protecção dos trabalhadores, *ciência e tecnologia*, ou seja, a língua francesa durante eventos, seminários e congressos, a língua em revistas e publicações, bem como o seu estado na educação, em exames, e em testes de admissão e tese/dissertação, e *serviços públicos*, ou seja, a aplicação da língua francesa nas comunicações internas e internacionais e o seu enriquecimento de vocabulário. No final,

apresentamos o estado nos *meios de comunicação social*.

A *hipótese geral da investigação* é que a França tem feito muito mais pela protecção e promoção da língua francesa do que pelas suas línguas regionais.

A *amostra da investigação* consiste em 160 documentos oficiais, regulamentos, decretos, circulares e relatórios referentes à língua francesa em França, todos eles determinando a sua utilização em vários domínios: educação, judiciário, meios de comunicação social, serviços administrativos, cultura, vida empresarial, etc.

Quanto às *técnicas de investigação*, utilizamos a *análise de documentos*, que se referem à língua francesa , regulamentando a sua utilização em numerosos campos de aplicação e intervenção.

I ABORDAGEM TEÓRICA GERAL DA NOÇÃO DE *POLÍTICA LINGUÍSTICA*

FOR AUTHOR USE ONLY

1. TERMO POLÍTICA LINGUÍSTICA

Ao determinar o termopolítica *linguística* é necessário descrever várias outras partes, implicitamente, do conceito temático acima referido. Eles, pela sua essência determinada, ou seja, fornecem o seguinte: *política linguística* (no sentido restrito), *planeamento linguístico* e *legislação linguística*.

1. 1. POLÍTICA LINGUÍSTICA

O termo *política linguística* (*politique linguistique*) é o mais abrangente e apresenta a maior sindicação. Contém dentro de si todas as decisões para orientar e regular o uso de uma ou mais línguas na comunicação com uma organização ou na execução de qualquer serviço, qualquer que seja a natureza ou a dimensão da organização ou a forma dessa decisão. O formulário pode ser especificado através de um simples pedido, fazendo uma lista de termos padronizados, através de disposições sobre governação, orientações para todo o pessoal de qualquer organização ou para alguns dos seus membros individuais através de legislação interna, já aprovada por um ministério, qualquer organização não governamental ou através de leis, que devem ser aprovadas pelo parlamento.

Por exemplo, algumas empresas decidem colocar os seus produtos no mercado apenas escritos em inglês, ignorando a língua ou a idade de compra. Política linguística de outras empresas representadas, utilizando a língua do país onde têm os seus

escritórios ou comercializam os seus produtos. É interessante que cada um destes escritórios possa utilizar a língua local ao comunicar com a sede da empresa no país. Em contraste, muitos cineastas americanos enviam geralmente para qualquer parte do mundo as versões originais dos filmes sem terem de se preocupar com a segurança ou autorização para realizar traduções ou sobre-sincronização com outras línguas.

No seu significado mais amplo, o termopolítica linguística abrange os conceitos de *planeamento linguístico* e *legislação linguística*. De facto, no uso quotidiano no significado imediato da palavra, o termo *política linguística* é frequentemente utilizado como sinónimo de *legislação linguística*.

Por exemplo, como a política linguística do Québec uma vez afirmou, política linguística da França, Canadá, Estados Unidos ou Nações Unidas, o termo contém todas as inconsistências e dificuldades porque não sabemos. Isto refere-se a uma disposição de uma condição particular, a disposição que gere internamente a comunicação, qualquer disposição da constituição, uma lei que determina o estatuto e a regulamentação do uso das línguas num território político ou relativa às disposições de outras leis que determinam o uso da língua. Mesmo assim, pode referir-se a uma área completamente diferente, como a venda de produtos automóveis e alimentares.

1. 2. GESTÃO LINGUÍSTICA

O termo *Gestão linguística* (*aménagement linguistique*) significa

todas as medidas empreendidas pelo Estado que regem a utilização de línguas no seu território. Portanto, cada projecto de *Gestão Linguística* é essencialmente político, ou seja, refere-se à organização global da vida social, ou seja, à forma como a sociedade define o seu futuro através das suas instituições políticas.

A forma como é concebida e implementada, a *Gestão Linguística* depende directamente da concepção da linguagem em termos gerais contendo as suas duas funções: a *função comunicativa* e a *função de integração social*. A função comunicativa dos pontos de contacto é evidente, e mais fácil de aceitar, enquanto a segunda função do contexto social, e é politicamente delicada e gerida de forma perigosa.

Do ponto de vista comunicativo, *Gestão Linguística* especificando disposições relativas à organização da utilização da língua e à escolha dos meios técnicos necessários à sua aplicação. Da perspectiva da integração social, a *Gestão Linguística* baseia-se num projecto social, numa concepção da relação entre a identidade cultural da sociedade global e no respeito pela identidade cultural dos grupos linguísticos étnicos minoritários. Assim, a característica básica da concepção linguística é a confirmação de uma língua comum e a determinação do âmbito de utilização de outras línguas. Neste caso, as disposições técnicas são necessárias para alcançar os objectivos básicos.

Além disso, devido à intensificação da comunicação e da globalização do mercado, que é uma das características básicas do mundo moderno, cada país deve estar consciente e ter em conta os obstáculos que se colocam na determinação do plano de *planeamento linguístico*. Existem oportunidades que podem reflectir

a paz social e a eficiência económica e administrativa.

Finalmente, a *Gestão Linguística* em qualquer país tem de ser sob a forma de lei. Esta pode ser formulada através de outras disposições e será introduzida e aplicada nos sectores da administração pública. Além disso, uma lei pode definir a política linguística, mas não inclui o número total de disposições legais relativas ao aparelho administrativo, como uma unidade específica. Sempre e em todo o lado, o *planeamento linguístico* impõe o problema da coerência do número total de medidas relativas à língua da maioria e às línguas das minorias.

1. 3. LEGISLAÇÃO LINGUÍSTICA

Quando o Estado está determinado a intervir, adoptando legislação e regulamentação para estabelecer a relação das actuais línguas e áreas de utilização, trata-se de *legislação linguística* (*législation linguistique*).

Geralmente, a lei define o estatuto da língua, especifica o uso em certas áreas onde existe incerteza ou oposição linguística, exprimindo medidas para enfatizar a supremacia da língua comum e, quando apropriado, medidas para garantir o uso de línguas minoritárias onde existe autorização na ordem final para dirigir o comportamento dos cidadãos, entidades jurídicas ou pessoas singulares. Além disso, a lei poderia ser limitada a uma área específica, tal como a protecção do consumidor.

No entanto, é certo que nenhuma lei é a tal ponto que um general possa incluir todas as medidas de natureza linguística para

determinar a utilização de uma ou outra língua. Neste caso, a questão da compactação entre disposições linguísticas e outras disposições legislativas em relação à língua é imposta, especialmente na educação, comunicação, cultura, imigração, e mesmo na forma como uma família utiliza uma língua. Muitas vezes, a *legislação linguística* é a base para o *planeamento linguístico* de um determinado país e é complementada por outras medidas que requerem um processamento especial.

A política linguística pode ser *implícita* ou *explícita*.

Implícito é quando permitimos a liberdade de operar as forças que regulam a concorrência entre as línguas actuais, enquanto que a política linguística é *explícita* quando tomamos medidas para racionalizar e prescrever o uso de línguas presentes em qualquer país ou organização.

2. PLANEAMENTO LINGUÍSTICO E NORMALIZAÇÃO LINGUÍSTICA

2. 1. PLANEAMENTO LINGUÍSTICO

A palavra *planificação* (*planification*) entrou na língua francesa no ano de 1935 como um termo de economia utilizado para significar organização por um plano específico. O planeamento consiste em determinar objectivos precisos e a utilização de meios e métodos para a sua realização dentro do prazo estabelecido. Neste contexto, o planeamento está relacionado com o Estado, apoiando-se em análises a médio e longo prazo, e abrangendo a concepção,

realização, e avaliação do plano. No entanto, existe um problema potencial com a utilização do termo *language planeamento*, uma vez que se situa no quadro do *Planeamento do Estado*, aproximando-se assim do *Planeamento Económico*. Assim, a expressão *planeamento da linguagem* coloca a linguagem ao lado de coisas susceptíveis de serem planeadas, geridas ou navegadas, tais como taxa de natalidade, desenvolvimento, economia, educação, engenharia civil, etc. Por conseguinte, é de importância fundamental e bastante natural colocar a questão de saber se a língua poderia ser planeada e em que medida.

Em 1964, Haugen definiu o conceito de *planeamento* como uma actividade humana que decorre da necessidade de encontrar uma solução para um problema. Como tal, pode ser bastante informal, ad hoc, mas também pode ser organizado e conceptualizado. Se o planeamento for bem concebido e realizado, pode consistir em várias fases, tais como pesquisa extensiva de dados, pôr em prática planos de acção alternativos, chegar a uma decisão sobre a implementação do planeamento, etc. (HAUGEN, 1966).

O *planeamento da linguagem da expressão* foi promovido em 1959 por Haugen (HAUGEN, 1959), e a *política da linguagem da expressão* foi introduzida pela primeira vez por Fishman em 1970 (FISHMAN, 1970: 108).

Embora estas duas expressões tenham sido frequentemente utilizadas em numerosos trabalhos de investigação em todo o mundo desde então, são frequentemente vagas e insuficientemente definidas. Segundo Haugen, o *planeamento linguístico* faz parte da Linguística Aplicada (HAUGEN, 1966: 24, 26), enquanto que Fishman especifica-o como uma parte da Sociolinguística Aplicada.

Nos seus escritos, Ferguson e Das Gupta dizem que o *planeamento linguístico* é uma nova actividade e as actividades no campo da língua fazem parte do planeamento nacional (DAS GUPTA & FERGUSON, 1977: 4).

Calvet apresenta a estruturação de uma língua / línguas da seguinte forma (CALVET, 1996: 44). S1 é uma situação sociolinguística inicial, insatisfatória, e S2 é a situação alvo. A definição das diferenças entre S1 e S2 faz parte da *política linguística*, enquanto que a realização das actividades organizadas entre S1 e S2 é o *planeamento linguístico*. Se o Estado assumir a gestão do estado linguístico, também irá gerir os meios necessários para atingir o alvo. Neste caso, surgem questões relativas à intervenção sob a forma das línguas, aos modos de modificação das relações entre as línguas, ao processo de transição da *política linguística* para o *planeamento linguístico*, etc.

A um nível superior, a *política linguística* pode determinar as relações entre línguas, a escolha de uma ou mais línguas para situações multilingüísticas específicas, a disposição regional do multilinguismo, a tomada de decisões sobre quais das línguas serão utilizadas em áreas específicas da vida (educação, meios de comunicação social, militares, etc.).

No centro do *planeamento linguístico* existem três características; as duas primeiras são típicas da própria língua, e a terceira é típica da acção humana. A primeira característica é que a língua muda - um facto que não pode ser contestado de forma alguma, e que é facilmente comprovado com os processos diacrónicos e a história da língua. A segunda característica é a flutuação das relações entre as línguas, que pode ser facilmente

confirmada pelas numerosas pesquisas linguísticas. A terceira característica é a potencial acção humana in-vitro, uma vez que os humanos são seres conscientes capazes de influenciar as línguas e as relações entre elas da mesma forma que influenciam certas ciências naturais.

Tendo como ponto de partida a norma linguística de oposição versus a descrição linguística, a Linguística Moderna é uma ciência com o objectivo de descrever a língua, e não de prescrever normas e regras ou dicas sobre o uso correcto da língua. A evolução de uma língua ou o desenvolvimento de relações entre línguas resulta de uma série de factores, e não de um curso dirigido de intervenção por parte dos seres humanos.

A política linguística pode ter uma *função prática* e *simbólica*.

A *função prática* é exibida quando um estado recém-formado determina qual a língua ou dialectos a expandir como língua nacional. O *planeamento da língua* vem a seguir; a língua escolhida é introduzida e utilizada em todas as áreas da vida social e a língua oficial anterior é retirada de uso.

A *função simbólica* é utilizada quando uma decisão de um Estado não é praticada desde o momento em que é posta em prática ou quando nunca é praticada de todo. Um bom exemplo do a/s é a Decisão do Partido Nacionalista da Indonésia alcançada em 1928 para promover a língua malaia como língua oficial do país na altura em que estava sob o domínio colonial da Holanda. Quando o partido não tinha quaisquer meios nem possibilidades de concretizar esta decisão, o reconhecimento do malaio como língua oficial do país confirmou simbolicamente a existência de uma nação indonésia que necessitava do período dos 20 anos seguintes e da Declaração de

Independência para que a Decisão de 1928 fosse implementada e desse lugar à função prática.

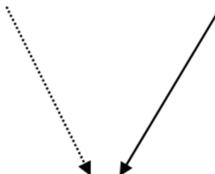
Calvet descreveu o/a/s que o suporta com o seguinte quadro (CALVET, 1999: 157).

As setas de linha completa no gráfico enfatizam a ligação lógica entre a função prática da *política linguística* e o *planeamento linguístico*, enquanto as setas de linha pontilhada mostram a possibilidade de ligar soluções alternativas:

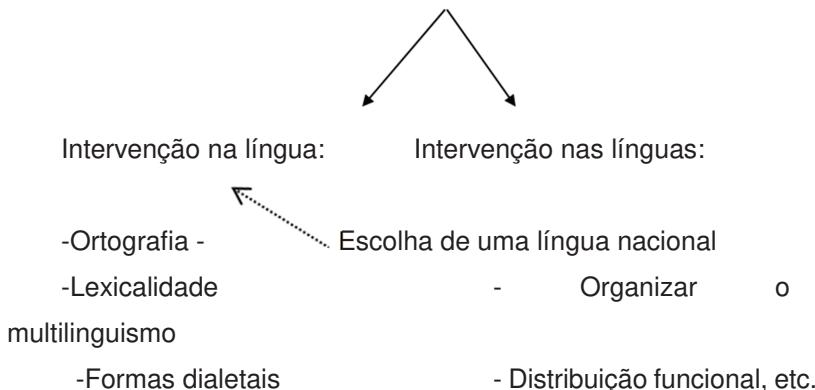
FOR AUTHOR USE ONLY

1. Política linguística

Função simbólica Função prática



2. Planeamento linguístico



2. 2. NORMALIZAÇÃO DA LÍNGUA

A normalização é um fenómeno sócio-económico que data do primeiro terço do 20c. Quando a industrialização tem lugar juntamente com a realização de numerosas realizações tecnológicas. O ritmo deste fenómeno abrandou no período da Segunda Guerra Mundial, e começa a acelerar no início dos anos cinquenta da década de 20c. De facto, o objectivo da padronização é mitigar e aumentar as trocas comerciais internacionais. Basicamente, assenta nos dois princípios que se seguem:

a) A normalização dos bens e processos de produção estimula o comércio e, consequentemente, a troca comercial. Assim, se um produto X estiver de acordo com as normas internacionais, a sua venda será aprovada em todos os países que tenham adoptado as referidas normas;

b) A padronização dos bens e processos de produção permite diminuir as despesas de produção, promovendo a produção em

massa ou em série, eliminando assim os produtos e serviços feitos à mão. As empresas multinacionais compreendem rapidamente os enormes benefícios económicos da estandardização. É exactamente por isso que investem enormes recursos financeiros na mesma.

Para além dos benefícios económicos que um pequeno número de utilizadores pode experimentar, a normalização permite benefícios socioculturais para a população em geral. De facto, englobando todas as áreas da actividade humana (vestuário, alimentação, aparelhos e aparelhos domésticos, transporte, informação, etc.), a estandardização toma posse de todo o estilo de vida que tende a unificá-lo, ou seja, a uniformizá-lo (RONDEAU, 1981: 4-8).

Na linguística, a normalização de uma língua é a concepção ou pesquisa de regras ortográficas e gramaticais comuns a todos os utilizadores de uma língua, tendendo a expandir a sua utilização no maior número possível de áreas da vida humana.

A ideia de intervenções na linguagem - ou seja, a sua padronização, é mais do que antiga. Até Dante Alighieri - ao defender o dialecto toscano local em que escreveu os seus livros, defendeu a sua padronização baseada no grego antigo e no latim - ambos com uma gramática estandardizada. Alighieri apoia a sua exigência de padronização за стандардизација com o seu argumento de que uma língua sem gramática não é uma língua. O mesmo princípio é apoiado pelo poeta du Bellay que encorajou a competição da língua francesa com o grego antigo e a língua latina, bem como pelo seu enriquecimento, melhoria e definição precisa com base nestas últimas. O Du Bellay quer transformar a língua francesa "bárbara e vulgar" numa língua elegante e nobre. Com os seus colegas das Pléiades, pretende enriquecer a língua francesa e torná-la referencial

para uso na educação e nas outras áreas da vida e actividade humanas.

Relativamente ao grau de padronização, Ferguson (1996) sugere a característica distintiva da padronização [\pm padronizada] que permite diferenciar o grau H (elevado) que significa nível elevado de padronização do estado L (baixo) que significa ponto de partida ou baixo nível de padronização. O seu critério de padronização implica a concepção de livros e dicionários gramaticais descritivos, e o estabelecimento das normas fonéticas e ortográficas.

A padronização de uma língua específica pode ser realizada actuando sobre vários campos diferentes da língua. Em primeiro lugar, o sistema de escrita ou o guião podem ser actuados através da criação de um novo sistema de escrita ou alterando a ortografia e o alfabeto existentes, etc. Em seguida, a padronização pode ser implementada no campo da lexicalidade, introduzindo novas palavras emprestadas dos dialectos da língua ou de outras línguas, pedindo emprestado ou transmitindo conteúdo lexical de um ou mais campos de actividades humanas, construindo e cunhando novas palavras, etc. A padronização também pode ser implementada nas formas dialectais, escolhendo uma das inúmeras formas regionais e criando uma nova forma padrão com muitos elementos emprestados de diferentes variantes dialectais regionais.

O processo de padronização depende da política linguística escolhida. Implica alcançar um consenso ao negociar sobre as características da língua padrão, determinando os campos da sua utilização, escolhendo o corpus referencial sobre o qual serão feitos novos dicionários para cobrir todo o vocabulário. Também, dentro dos quadros de normalização, está incluído o desenho da ortografia,

bem como a gramática que estudará os constituintes, e dará descrições das regras gramaticais da *língua padrão*.

Durante o processo de normalização de uma determinada língua, devem ser fundadas academias e associações para a promoção linguística e trabalhar sob autoridade formal ou informal, bem como centros de recursos literários, que apoiam a *língua padrão* e a tradução de guiões religiosos e da Bíblia para a língua padronizada para a sua utilização em cultos e cerimónias religiosas.

A normalização implica também a utilização da *língua padrão* no sistema educativo para que possa ser estudada como segunda língua nativa ou como língua estrangeira. A normalização regula o uso da *língua padrão* em todas as esferas da vida pública, no sistema judicial, e no legislativo. Abrange a concepção do corpo legislativo e jurídico e alterações às leis constitucionais, o que lhe conferiria um estatuto jurídico e uso oficial.

Quando uma comunidade linguística parece precisar de uma variante linguística que ultrapasse os quadros locais, começa a selecção de uma *língua padrão* e a base sobre a qual esta selecção é feita são sobretudo os dialectos dos centros económicos e urbanos. Em certos casos, tais como com o alemão, o árabe ou a língua italiana, é utilizada uma variante de prestígio derivada de textos literários ou religiosos. A utilização de determinada língua franca no processo de padronização pode apresentar uma fase mediadora - ou seja, de transição, de modo a ter o tempo necessário para a concepção de todos os elementos da língua a ser padronizada.

A *língua padrão* é uma variante referencial unitária planeada e concebida, que deriva dos seus dialectos ou do mesmo sistema dialectal. Esta variante é utilizada em todos os segmentos da vida

social; tem o seu alfabeto oficial e é utilizada oficialmente. O seu objectivo é proporcionar coesão cultural, política e social no território em que é oficialmente padrão - ou seja, torna-se uma língua nacional.

A variante padrão tem as suas normas implícitas e explícitas codificadas por uma certa direcção nacional designada para regular este campo específico. A frase *língua literária* é também utilizada para se referir à *língua padrão*, em grande parte porque é sobretudo utilizada na forma escrita. A *língua padrão* é também utilizada na comunicação oral - tanto pelos falantes nativos que possuem algum grau de educação como por aqueles que a adquiriram como segunda língua nativa ou como língua estrangeira.

3. POLÍTICA LINGUÍSTICA, PLANEAMENTO LINGUÍSTICO OU GESTÃO LINGUÍSTICA

Os termos *política linguística* e *planeamento linguístico* utilizados desde 1959 no artigo do linguista americano Haugen (1959). Dedicado à situação linguística na Noruega . Esta data pode ser considerada histórica porque foi a primeira vez que marcou um fenómeno linguístico, que estava anteriormente presente, mas que teoricamente não foi elaborado nem sequer ligeiramente. O linguista francês Calvet (CALVET, 1999: 154) acredita que esta nova disciplina científica é simultaneamente um ramo da linguística aplicada e da sociolinguística.

O termo *politologia linguística* foi formalizado recentemente. A

história tem visto muitas intervenções sobre as línguas do mundo: a hispanização na América do Sul, a imposição da língua francesa e a asfixia das línguas regionais nas escolas em França (Décret du 26 octobre 1792, art. 7, em GUILLAUME, 679-680), a grande reforma da língua turca feita por Ataturk (BAZIN, 1966), a sequência de reformas da língua norueguesa, a normalização da língua macedónia em 1945 (РИСТЕСКИ, 1988) e muitas outras instâncias.

3. 1. POLÍTICA LINGUÍSTICA VS PLANEAMENTO LINGUÍSTICO

Durante a implementação das intervenções linguísticas podem distinguir três fases: a fase de reflexão sobre um problema linguístico ou uma análise da situação, a fase de decisão e a fase de aplicação dessa decisão. A determinação das fases de língua e intervenção é feita para clarificar em grande parte os termos *política linguística* e *planeamento linguístico*, cuja distinção é muitas vezes difusa, mal definida ou declarada como sinônimos.

Cooper (COOPER, 1989) distingue três abordagens na preparação de políticas linguísticas: a *política linguística* como gestão da inovação, a *política linguística* como actividades de marketing e as políticas como decisão linguística.

Ao seleccionar uma destas políticas, define sete etapas:

1. Destaques do problema
2. Procura de informações precisas sobre o problema
3. Fazer princípios básicos ao decidir
4. Proposta de soluções possíveis

5. Selecção de uma solução particular
6. Aplicação da solução
7. Comparação das decisões previstas e reais

Há continuidade e conectividade de todas as fases. A primeira fase é crucial para a resolução do problema, e a segunda é um processo longo e dispendioso que poucas comunidades ou instituições não podem comprometer-se plenamente. Por conseguinte, as decisões são muitas vezes tomadas com base em alguma informação.

De acordo com Calvet (CALVET, 1999: 154-155) ,*a política linguística* apresenta um conjunto de decisões conscientes tomadas na relação entre a vida linguística e social, especialmente entre a vida linguística e a vida nacional, e pedidos de *planeamento linguístico* e utiliza os fundos necessários para a implementação da política linguística. Esta definição pode ser ilustrada com o exemplo da hispanização dos índios da América do Sul. A decisão de Carlos V é a *política linguística* enquanto a aplicação para que a política linguística deste território represente o *planeamento linguístico*. Com base na definição de Calvet, a *política linguística* relacionada com o estado e nenhuma decisão é teórica, mas determina o estado factual.

É possível uma *política linguística* ultrapassar os limites de um país ou pode referir-se a uma minoria particular dentro de um Estado, que coexiste com outras comunidades. Um exemplo para o primeiro caso, a passagem de fronteiras, seriam as relações de um país com as suas comunidades transfronteiriças com a diáspora ou, com associações que aprendem a sua língua. Como exemplo deste último caso, limitando o grupo ou a comunidade mais pequena do Estado, fornecemos minorias linguísticas dentro dos Estados que têm

plataformas específicas para a promoção de uma língua específica que requer fundos para a sua implementação. No entanto, há muitas minorias linguísticas que não são capazes de realizar elas próprias as suas políticas linguísticas.

O termo *planeamento linguístico* em si mesmo contém o termo *política linguística* enquanto que o caso oposto, o segundo a conter o primeiro termo é relativo aqui poderia indicar uma série de decisões políticas em termos da língua que nunca foi aplicada por não ter poder suficiente por parte do decisor.

A política linguística poderia ter *uma função prática e simbólica*.

A *função prática* é executada quando o Estado recém-criado decide que uma língua ou dialecto local se torne a língua nacional, seguida de *um planeamento linguístico* que é introduzido em todas as áreas da vida social (escolas, administração, etc.), até ser substituído pela língua oficial ou colonial.

A *função simbólica* está a ser realizada quando as decisões de um determinado estado não estão a ser imediatamente aplicadas ou nunca são aplicadas. É o caso quando o Partido Nacionalista da Indonésia em 1928 decidiu promover a língua nacional malaia numa altura em que esse país estava sob o domínio colonial dos Países Baixos, mas o partido não tem bens ou oportunidades para tomar consciência dessa decisão. A confirmação da língua malaia como língua nacional confirmou simbolicamente a existência da nação indonésia que necessitava de um período de 20 anos e da independência do país para que essa decisão fosse aplicada e, portanto, para desempenhar uma função prática.

No vocabulário de Jean Dubois e dos seus associados (DUBOIS et al, 1994), o *termopolítica linguística* explica como o conjunto de

medidas, planos ou estratégias destinadas a regular o estatuto e a forma de uma ou mais línguas. De acordo com o dicionário, a *política linguística* pode existir *sem planeamento linguístico*. O termo *planeamento linguístico* nele pode ser explicado como um conjunto de medidas prescritas pelo estado de padronização de uma língua e regulamentação da sua utilização. De acordo com este dicionário, o *planeamento linguístico* em si pode ser uma *política linguística* ou apenas fazer parte dela.

No Quebec, o termopolítica linguística tem uma importância imediata e um meio para determinar o estatuto de uma língua claramente expresso através de um texto formal que especifica claramente como a realização desse estatuto se realiza. A aplicação da lei nesta área é uma das muitas estratégias para determinar o estatuto de uma língua.

Para Louis Porcher (1995) a *política linguística* é uma acção adquirida voluntariamente num país, entidade ou grupo cujo objectivo é proteger e desenvolver a sua língua e cultura. Tal acção inclui a consciência dos objectivos, meios e outras etapas de acção. A *política linguística* implica tomar primeiro as decisões políticas, e mesmo depois disso, a sua adesão à realização técnica está a ser conduzida. Uma vez definidos os objectivos, a primeira decisão, que consiste em determinar as tarefas prioritárias, está a ser adoptada, ordená-las e determinar as modalidades da operação a ser implantada por um período mais curto ou mais longo. Não existe uma *política linguística* a longo prazo sem determinar as metas a longo prazo devido à sua dependência de metas e objectivos a curto prazo. Contudo, na realidade, acontece frequentemente o contrário.

A *política linguística* não é conduzida de uma forma isolada, mas

prosseguida através de parcerias com outras entidades. A parceria é um conceito central porque é levada a cabo para o desenvolvimento e implementação global de actividades.

Não devemos aceitar a concepção depolítica *linguística*, por vezes compreendida pelos indivíduos como língua de aprendizagem de políticas. Certamente, a educação recebeu um lugar especial na aplicação da *política linguística*, mas existem outras áreas onde ela pode ser aplicada (meios de comunicação de massas, cultura, vida empresarial, ciência e tecnologia, serviço público, ciência, etc.).

O termopolítica *linguística* surgiu num curto espaço de tempo e expandiu-se em várias línguas, em inglês por Fishman (1970), em espanhol por Rafael Ninoyoles (1975) , em alemão por Helmut Glück (1981) escreve sobre o mesmo, e ao longo do tempo, este conceito tem estado relacionado com muitas outras línguas. Além disso, em toda a sua clarificação e especificação há uma visão bastante clara de que existe uma relação de subordinação entre a *política linguística* e o *planeamento linguístico*. A aplicação do *planeamento linguístico* já está estabelecida como *política linguística*.

3. 2. PLANEAMENTO LINGUÍSTICO CONTRA A GESTÃO LINGUÍSTICA

É possível que surjam situações linguísticas iguais ou semelhantes em diferentes países e termos diferentes, como a *gestão linguística* no Québec ou a *normalização linguística* na Catalunha com as suas características e a importância de importância variável.

Pierre-Étienne Laporte (LAPORTE, em TRUCHOT et al, 1994) salienta que no Canadá, no Quebec, ou seja, o termo *gestão linguística* (*aménagement linguistique*) abrangeu todas as actividades destinadas a determinar o estatuto definitivo de uma ou mais línguas ou a torná-lo apto a ser utilizado em determinadas áreas ou para determinadas funções que anteriormente não o eram, evitando a conotação de que o termo *gestão linguística* (*aménagement linguistique*) se refere à intervenção planeada pelo Estado. Neste caso, trata-se de uma diferença substancial, mas para sinónimos.

Daoust e Maurais (1987) observam que o termo *planeamento linguístico* se refere a mais intervenção estatal, direcção, e o conceito de *gestão linguística* baseia-se num consenso social sobre um projecto linguístico colectivo. Elaboraram também o termo *normalização* (*normalização*) que pressupõe a existência de uma situação que não está a ser ajustada à necessidade de ajustar e normalizar o desenvolvimento histórico.

De acordo com David Crystal (1992) o termo *planeamento linguístico*, envolve uma tentativa deliberada, sistemática e teoricamente bem fundamentada de resolver os problemas de comunicação de uma determinada comunidade através do estudo de diferentes línguas ou dialectos que nela existem e da formação de uma *política linguística* oficial que estaria relacionada com a sua selecção e utilização de *engenharia linguística*. Descreve também o termo *planeamento de corpus*, que significa selecção e codificação da norma através da compilação de gramáticas e padronização das convenções ortográficas. O *planeamento do estatuto* trata da escolha inicial da língua envolvendo certas atitudes sobre línguas

alternativas, bem como as implicações políticas da respectiva escolha. Neste dicionário, a Crystal aconselha a considerar o capítulo *sociolinguístico* e insere-se no âmbito da *política linguística* titular, que se refere ao *planeamento linguístico*.

Corbeil (1987) revela a falácia de alguns políticos que têm uma *gestão linguística* que a iguala frequentemente como uma regulamentação técnica do uso da língua no sistema educativo, reduzindo assim aspectos simbólicos e simbólicos da língua e da natureza da sua função social. A Corbeil, para ser mais eficaz, pensou que a *gestão linguística* deveria ter um conceito global e precisa de ser executada em fases para maior eficiência.

Roland Breton fala também da *gestão linguística*, que afirma que pode ser *externa* e *interna*. A *gestão das línguas externas* inclui/*legislação linguística* e o seu objectivo é promover a língua ou línguas e a sua utilização em determinadas esferas sociais (educação, meios de comunicação de massas, administração, etc.). A *gestão interna das línguas*, de acordo com as suas normas, inclui a segregação de uma determinada língua, para que esta se torne competitiva e autónoma. A *gestão interna das línguas* é sinónimo de *engenharia linguística* que dá resultados evidentes em muitos outros países do mundo (Israel, Índia, Indonésia), o que prova que um país pode agir muito eficazmente nesta área.

Heinz Kloss propõe uma tipologia, que se refere ao aspecto da linguagem que é o alvo de intervenção. Ele propôs o termo *corpus planning* que significa gestão da língua, ou seja, é um caso em que uma pessoa, organização ou grupo de pessoas tem de mudar a forma e natureza da língua propondo e impondo novos termos, alterando a ortografia, etc. Também fala de *planeamento do estatuto*

quando se intervém para regular o estatuto social da língua sobre outras línguas, dentro ou fora do país onde é falada.

4. UMA VISÃO GERAL DA POLÍTICA LINGUÍSTICA DA FRANÇA

A política linguística compreende todas as medidas, planeamento e estratégias cujo objectivo é regular o estatuto e a forma de uma ou mais línguas (CALVET, 1993: 111-123; 1996: 3-9; 1999: 154-155; 2002: 15-16; CRYSTAL, 1999: 190, DUBOIS, 2001: 369). A política linguística da França compreende várias políticas ou medidas, que a França empreende em relação à língua francesa. Desde 1992, a língua francesa é a única língua oficial em França (Constitution du 4 octobre 1958, art. 2 & Loi n° 94-665) o que significa que a política linguística da França se baseia no monolingüismo.

O tratamento da língua pela França tem a sua própria história e baseia-se na ideia de que se trata de um dever e de uma missão do Estado. De facto, no período entre os séculos XVI e ^{XIX}, a maior preocupação da França na área da língua era assegurar a superioridade da língua francesa sobre as outras línguas faladas no país.

Iniciamos a panorâmica da política linguística da França em relação ao francês e às línguas regionais do período renascentista, quando o sentimento nacional francês foi criado e o carácter distintivo da nação francesa se manifestou. Isto leva a uma maior utilização da língua francesa e a uma substituição gradual das línguas regionais.

Tendo em consideração o facto de que após a Revolução Francesa de 1789, a política de unidade da nação francesa se intensificou e assim as direcções de acção nas línguas do seu território mudaram, dividimos a visão geral da política linguística da França em duas partes: antes e depois da Revolução. Para os revolucionários, a ignorância da língua francesa foi um obstáculo para a democracia e para a difusão das ideias revolucionárias, alargando assim a superação das línguas regionais ao longo do século XIX e início do século XX, apesar da mudança do sistema social após a Revolução.

Com base nas relações e nas actividades linguísticas empreendidas pela França no período contemporâneo, distinguimos a política linguística relativa à língua francesa e a política linguística relativa às línguas regionais .

A política linguística contemporânea da França relativamente à língua francesa compreende três períodos que começam em 1966, quando as instituições responsáveis pela sua defesa e promoção foram estabelecidas. A política linguística contemporânea da França relativamente às línguas regionais consiste em dois períodos que começam com a adopção da Lei *Deixonne* em 1951 e com a assinatura da *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias* (*Charte européenne des langues régionales ou minoritaires*) em 1999.

4. 1. A POLÍTICA LINGUÍSTICA DA FRANÇA ANTES DA REVOLUÇÃO FRANCESA

A política de uniformização linguística em França a favor da

língua francesa foi gradualmente aplicada pela Renascença, juntamente com a formação da nação francesa¹. Esta política sublinha também o desejo de reduzir o papel da língua latina, o que reduziria o poder da Igreja e, consequentemente, aumentaria o poder do Estado. Além disso, é o facto de no século XIII terem sido encontrados documentos legais escritos em francês por notários reais, em vez do anterior uso exclusivo da língua latina. No período dos séculos XIV e XVI, a língua francesa foi gradualmente imposta como língua administrativa nas cartas reais, substituindo a língua latina de qualquer das suas utilizações oficiais.

Em 1539, no castelo de Villers-Cotterêts, François I assinou a *Ordonnance de Villers-Cotterets* que impunha por escrito o francês como língua oficial na lei e na administração em vez da língua latina em todos os actos jurídicos e administrativos, a fim de responder às necessidades da população que já não compreendia a língua latina. Isto estipula a utilização apenas da língua francesa em todas as decisões dos tribunais supremos, a fim de atenuar a ambiguidade, incerteza ou possibilidade da sua má interpretação (art. 110, 111). De facto, é sobre o dialecto parisiense que se distinguiu pelas suas características na pronúncia, na entoação e no vocabulário que levaram a um estado de diglossia entre a população porque essa era a língua da élite, do tribunal, do povo educado, da aristocracia parisiense que era um importante factor social versus as versões regional e dialéctica que eram faladas pelas classes mais baixas da população. Era falada por pouco menos de um milhão de franceses de um total de 20 milhões de habitantes do país.

¹ Isto também é contribuído pela evolução precoce de uma área geográfica na nação francesa que distingue a França de outros países (SIBILLE, 2000, 91-92).

Para poder cumprir todos os deveres sociais, a língua francesa precisava de ser apresentada através de regras e normas, ou seja, de ser codificada. Nessa altura, havia centenas de "censores profissionais" que foram fortemente apoiados por Luís XIV. Depois, a língua conheceu também uma consolidação particular que consideravam como uma perfeição soberba e uma fixação linguística ideal. Os censores também elogiaram a utilização do vocabulário bem escolhido e elegante.

No entanto, esta não foi a única decisão relacionada com a língua. Segundo Xavier Deniau (DENIAU, 1983) todas as prescrições anteriores foram também seguidas por Carlo IX no artigo 35 da *Portaria de Roussillon* (Ordonnance de 1563, dite de Roussillon, Art. 35), e desde 1629 eram também aplicáveis na lei canónica. Além disso, foi ordenada a utilização da língua francesa em público na região de Béarn em 1621, Flandres em 1684, Alsácia em 1865, e Roussillon em 1700 e em 1753 (DENIAU, 1983, 82).

Ao traduzir o Novo Testamento para a língua francesa , por Lefèvre d'Etaples em 1523 e permitir defender as teses em língua francesa em 1624, um acontecimento muito significativo foi a criação da Academia Francesa por Richelieu em 1635, durante o período de Luís XIII, que teve um carácter nacional expressivo. O seu principal dever era o de cuidar da língua. Nos artigos 24, 26 e 44 do seu Estatuto é afirmado que a principal função da Academia é trabalhar o mais árdua e diligentemente possível, a fim de proporcionar regras definidas à língua francesa e torná-la pura, eloquente e capaz de a aplicar na arte e na ciência, e depois cumprir um dicionário, gramática, retórica e poética, e que também serão criadas regras para a ortografia (OSTER, 1970, 3-4.). Em 1694, apareceu a primeira

edição do seu *dicionário Académie* (*Dictionnaire de l'Académie*) que consistia apenas em palavras bem escolhidas, confiando na tradição do conhecido "bom uso" (bon usage) de Vaugelas.

Na véspera da Revolução, a França representava um país unitário na área administrativa, jurídica, económica, cultural e linguística. No território do reino, foram integrados os flamengos, bretões, catalães, corsos, franco-provençais em torno do Jura, alsacianos e Lorrainers. Os pontos de vista da monarquia em relação aos dialectos regionais ainda eram controversos. Ferdinand Brunot (1909) acreditava que o governo real não queria a sua abolição. Destacava a superioridade da língua francesa, ao mesmo tempo que permitia os dialectos locais. Hermann Van Goethem (VAN GOETHEM, 1989) discordou disto, que ao pesquisar através dos arquivos da corte concluiu que, desde o reinado de Luís XIV, havia um desejo real de estabelecer a autoridade da língua francesa (ibid., 437- 460). Contudo, nessa altura, a monarquia não tinha controlo sobre a educação primária, que é um dos principais instrumentos para a realização da *política linguística* (BODÉ, 1991, p.33).

4. 2. A POLÍTICA LINGUÍSTICA DA FRANÇA APÓS A REVOLUÇÃO FRANCESA

Após a Revolução Francesa de 1789, a política de unidade da nação francesa continuou e intensificou-se, e a ignorância da língua francesa foi um obstáculo para a democracia e para a difusão das ideias revolucionárias. Com a Revolução, o sistema feudal foi abolido, uma nova divisão da propriedade da terra foi exercida, os

privilégios de certas estruturas sociais foram abolidos, o poder político foi limitado, houve um reequilíbrio das relações entre a igreja e o Estado, e as estruturas familiares foram redefinidas. A Revolução Francesa diferenciou-se das outras revoluções devido às suas mensagens universais relacionadas com toda a humanidade (AULARD, 1901). Em 1790, a Assembleia Nacional começou a traduzir todas as leis e decretos nas línguas regionais, mas parou esta prática devido à escassez de tradutores, aos elevados custos financeiros e à falta de vontade de preservar as línguas regionais (LECLERC, *La Révolution et la langue nationale des Français* (1789-1870)).

Após a Revolução, foram adoptadas dezenas de leis relativas ao uso da língua na administração, educação, cultura e religião. Então, pela primeira vez, a língua e a nação foram ligadas. Desde então, tornou-se uma "questão de Estado" porque a "República unida e indivisível" cujo lema era "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" (Liberté, Égalité, Fraternité) precisava de uma língua que, apesar da disparidade linguística e da distintividade das antigas províncias, constituísse uma garantia de indivisibilidade e um instrumento para elevar o nível educacional das massas. Em Setembro de 1791, na Assembleia Nacional, Talleyrand no seu discurso estabeleceu claramente a ligação entre a difusão da língua francesa e as instituições escolares. "A língua da Constituição e as leis serão ensinadas a todos, e essa massa de dialectos defeituosos, que é o último remanescente do feudalismo, terá de desaparecer porque a força das coisas o exige" (*Rapport du 10 septembre 1791 devant l'Assemblée nationale*, p. 472). A burguesia nos discursos públicos viu um obstáculo na divulgação das suas ideias e, por isso, declarou-

Ihes guerra. Um membro do Comité de Saúde Pública da época, Bertrand Barère, iniciou a defesa a favor da existência de uma língua nacional: "A Monarquia tinha uma razão para se assemelhar à Torre de Babel, mas deixar os cidadãos sem conhecer a língua nacional em democracia, significa que eles não são capazes de controlar as autoridades, e isso é uma traição ao país... O povo livre precisa de uma e única língua para todos" (Archives parlementaires, 1ère série, tomo LXXXIII, pp.713-717).

O Decreto de 21 de Outubro de 1792 relativo à organização do ensino público exige que a língua francesa seja uma língua educativa. Cinco dias mais tarde, foi emitido outro decreto que complementa o anterior, onde no Artigo 6 é determinado: "...A língua francesa deverá em breve tornar-se uma língua familiar" (GUILLAUME, 1894, 688-690). A 16 de Maio de 1794, em Prairial, ou seja, 28 de Maio de 1794, Henri-Baptiste Grégoire publica o seu conhecido *Relatório sobre a necessidade e os meios de aniquilar a patois e universalizar o uso da língua francesa* (*Rapport sur la nécessité et les moyens d'anéantir les patois et d'universaliser l'usage de la langue française*), cuja investigação teve início em Agosto de 1790. Ele descreve a situação linguística em França e os trinta dialectos diferentes que formam a Torre de Babel francesa contra "a língua da liberdade". Para ele é paradoxal, ou ainda mais insuportável, que apenas 3 dos 25 milhões de franceses falem francês, e 6 milhões não o conheçam de todo, embora seja utilizado no Canadá e na costa do Mississippi e esteja representado em todo o lado como língua universal (CALVET, 1999, 72).

Com o Decreto de Julho de 1794, a língua francesa foi imposta como única língua na lei e na administração e as línguas regionais

foram descartadas (Décret du II Thermidor an II-20 juillet 1794). Isto definiu cada acto a ser escrito apenas em francês no território da França (Décret du II Thermidor an II-20 juillet 1794, art. 1), nenhum acto jurídico pode ser certificado se não for escrito na mesma língua (Décret du II Thermidor an II-20 juillet 1794, art. 1). 2) qualquer funcionário, oficial ou administrador judicial que, no exercício das suas funções, escreva ou assine qualquer acto jurídico num idioma local ou em qualquer outra língua que não o francês, será detido de sua casa em frente do tribunal de contra-ordenação e condenado a 6 meses de prisão e revogado das suas funções (Décret du II Thermidor an II-20 juillet 1794, art. 3). A mesma pena aplica-se a todas as pessoas que um mês após a publicação do presente decreto certificarão actos mesmo não assinados, escritos num idioma local ou em qualquer outra língua que não o francês (Décret du II Thermidor an II-20 juillet 1794, art. 4).

No entanto, o Decreto de 1803 (Décret du 24 prairial an XI - 13 juin 1803, pp. 598-599), pelo qual a língua francesa se torna uma língua administrativa do império nas suas novas fronteiras do lado esquerdo do Reno e na Bélgica, permite que o dialecto local usado seja complementado com uma tradução adequada em francês. Enquanto na carta circular, datada de Outubro de 1838 (Circulaires et instructions officielles relatives à l'instruction publique, 1865, 679-680), são dadas instruções para o uso da língua francesa contra os dialectos locais e é confirmado que em diferentes partes de França, onde os habitantes falam o dialecto local, muitas vezes as crianças da escola primária não compreendem a língua francesa. Na segunda metade do século XIX, ainda um grande número de franceses não usava a língua francesa como primeira língua e o seu uso foi

negligenciado logo após terminar a escola. Gérard Bodé acredita que o serviço militar contribuiu para a preservação da língua, e a introdução violenta da língua francesa perturbou o tecido social. Outros factores que contribuíram para o aumento gradual da utilização da língua francesa no território francês no século XIX são a revolução industrial que gerou uma forte migração rural-urbana, o aparecimento do caminho-de-ferro, bem como a introdução do ensino primário obrigatório, elevando assim o nível cultural da população.

Durante todo o século XIX, o desejo do país de difundir a língua francesa e impor uma única língua foi constantemente notado. No entanto, embora houvesse uma tendência para o país intervir nas línguas, havia ainda um grande fosso entre a criação de um instrumento jurídico pela administração central e a sua aplicação nas regiões. Após a Revolução Francesa, a política linguística da França estava em desacordo com o comportamento religioso e intelectual da população. O projecto estatal de impor a língua francesa e a alfabetização da população estava em conflito com as famílias que falavam os dialectos locais, porque tudo isso era feito sem determinar e respeitar a verdadeira natureza do problema. Houve também a opinião da Igreja, que utilizou as línguas regionais para aproximar a população local da educação religiosa e complicou ainda mais a solução deste problema. Apesar dos dados estatísticos oficiais e não oficiais, é muito difícil tirar uma conclusão sobre os resultados dessa política linguística. Contudo, pode-se dizer que a língua francesa tem o mesmo estatuto desde antes do final do século XIX, bem como durante a Revolução Francesa (BODÉ, 1991, 43.).

Durante o século XIX e até ao início da política linguística

contemporânea da França na segunda metade do século XX, a França adoptou um número impressionante de leis relativas à língua francesa , às línguas e culturas regionais, bem como às colectividades territoriais. Expresso em números, isto significa uma dúzia de leis, cerca de vinte decretos, cerca de 40 decisões administrativas das quais 21 se referem à terminologia e a mesma quantidade de cartas circulares (НИКОЛОВСКИ, 2002, 34). A maioria destes textos jurídicos está relacionada com a promoção do francês como língua de ensino e da sua terminologia, e estão menos relacionados com os direitos linguísticos das minorias, que correspondem à antiga tradição de exclusão das línguas regionais. No entanto, há uma tendência para aumentar o direito à distinção e o reconhecimento da particularidade das línguas regionais.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o regime de Vichy tentou, sem sucesso, introduzir línguas regionais no ensino primário, e após a guerra, foi-lhes dada maior atenção e foram considerados um tesouro que precisa de ser preservado e o seu desaparecimento evitado.

De acordo com as relações e actividades linguísticas empreendidas pela França no período contemporâneo, distinguimos a *política linguística em relação à língua francesa* (НИКОЛОВСКИ, 2002, 35-66 & SAINT ROBERT, 2000) e a *política linguística em relação às línguas regionais* (НИКОЛОВСКИ, 2002, 67-93).

De acordo com o modo de trabalho e funcionamento das instituições cuja principal preocupação é a sua promoção e defesa, distinguimos três períodos de política linguística contemporânea relativamente à língua francesa: 1. 1966-1984, um período de funcionamento do *Alto Comité para a defesa e expansão da língua*

francesa (Haut comité pour la défense et l'expansion de la langue française) (Décret n°66-203), 2. 1984-1989, um período de funcionamento do *Comissariado Geral em língua francesa* (*Commissariat général de la langue française* e *Comité consultatif de la langue française*) (Décret n°84-91), 3. Após 1989, um período de funcionamento do *Conselho Superior da Língua Francesa* (*Conseil supérieur de la langue française*) e da *Delegação Geral para a língua francesa e as línguas da França* (*Délégation générale à la langue française et aux langues de France*) (Décret n°89-403 & Décret n°2001-646).

Quanto à política linguística relativa às línguas regionais, distinguimos dois períodos: 1. 1951-1999, após a adopção da Lei *Deixonne*, um período da sua aplicação na educação e cultura, bem como o estabelecimento de instituições cujo objectivo é a sua promoção em várias áreas da vida; 2. O período após a assinatura da *Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias* (*Charte européenne des langues régionales ou minoritaires*) em 1999, pela qual a França se compromete a aplicar 39 do total de 98 disposições relativas aos seguintes domínios: educação, judiciário, serviços públicos, meios de comunicação social, cultura, economia e cooperação transfronteiriça, propostas pelo Conselho da Europa. Com a auditoria constitucional de 23 de Julho de 2008, é acrescentado o Artigo 75-1 da Constituição da França, que reconhece que as línguas regionais fazem parte do património cultural francês (Loi constitutionnelle du 23 juillet 2008, Artigo 40). No entanto, a França ainda não ratificou esta Carta porque consiste em cláusulas inconstitucionais incompatíveis com a Constituição da França que é o Artigo 2, segundo o qual, o francês é a língua da

República. Com a ratificação, seria necessário implementar uma nova emenda da Constituição que a permitisse.

FOR AUTHOR USE ONLY

FOR AUTHOR USE ONLY

II POLÍTICA LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA DA FRANÇA EM RELAÇÃO À LÍNGUA FRANCESA

FOR AUTHOR USE ONLY

5. PERÍODOS DA POLÍTICA LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA DA FRANÇA EM RELAÇÃO À LÍNGUA FRANCESA

Apolítica linguística engloba todas as medidas, planos ou estratégias destinadas a regular o estatuto e a forma de uma ou mais línguas (CALVET, 1993: 111-123; 1996: 3-9; 1999: 154-155; 2002: 15-16, CRYSTAL, 1999:190, DUBOIS, 2001: 369). O âmbito de aplicação e intervenção que a política linguística da França tem em relação à língua francesa compreende várias áreas: vida empresarial, informação do consumidor, protecção dos trabalhadores, ciência e tecnologia, utilização de línguas em eventos, seminários e congressos, bem como a sua utilização em revistas e publicações. Compreende também o estado da língua e a utilização na educação e na ciência, nos serviços públicos (tanto no país como no estrangeiro), e nos meios de comunicação social , e a melhoria da terminologia linguística (SAINT ROBERT, 2000 & НИКОЛОВСКИ, 2002).

A fim de categorizar os períodos da política linguística francesa

contemporânea relativamente à língua francesa, analisámos um bom número de decisões administrativas relativas à língua francesa (НИКОЛОВСКИ, 2002: 101-118). Com base nos dados pesquisados, o ponto da política linguística contemporânea da França relativamente à língua francesa que determinámos como ponto de partida é o ano 1966, quando foi fundada a primeira instituição para a protecção da língua francesa - *Haut comité pour la défense et l'expansion de la langue française* (Décret n°66-203). Foi com a criação desta instituição que a França começou a exibir uma nova e mais sistemática dimensão na protecção da língua francesa e a desenvolver uma atitude específica em relação à mesma. Fizemos a categorização dos períodos de política linguística com base nos modos de trabalho e cursos de acção que as instituições de protecção da língua francesa aplicaram. O primeiro período de actuação é o do *Haut comité pour la défense et l'expansion de la langue française* (1966-1984), o segundo período é o período de actuação do *Commissariat général de la langue française* e do *Comité consultatif de la langue française* (1984-1989), e a terceira abrange o período de actuação do *Conseil supérieur de la langue française* e da *Délégation générale à la langue française et aux langues de France* (1989-2001).

5. 1. O PRIMEIRO PERÍODO DA POLÍTICA LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA DA FRANÇA EM RELAÇÃO À LÍNGUA FRANCESAS

O principal objectivo do *Haut Comité pour la défense et*

l'expansion de la langue française era aplicar medidas tanto de protecção como de difusão da língua, estabelecendo ligações com as instituições correspondentes, especialmente com as que actuam no domínio da cultura e da tecnologia, incentivando iniciativas com objectivos de acordo com os serviços da respectiva instituição e iniciando a cooperação com todas as outras que prestam serviços no âmbito dos objectivos do *Haut Comité*. Em 1973, o nome desta instituição foi substituído pelo *Haut Comité de la langue française* (Décret n°73-194).

A política linguística neste período tem vários cursos: Melhoria da terminologia da língua francesa; Protecção do concorrente, Protecção dos trabalhadores, Reforço da posição da língua francesa no país e no estrangeiro; e incentivo ao multilinguismo.

Independentemente do facto de, no período 1970 - 1972, já terem sido criadas comissões especializadas no desenvolvimento de terminologia em certas instituições em França, só em 1972 foi emitido um decreto para a sua oficialização (Décret n°72-19, art. 2). A sua tarefa era a criação de novos termos para preencher as lacunas terminológicas em certos campos e áreas ou/e para substituir as palavras de empréstimo por palavras francesas adequadas. Os novos termos deveriam seguir integralmente as regras morfológicas e sintácticas da língua francesa, o que facilitaria a sua aquisição e aplicação. Na análise deste período, notámos que havia um bom número de cartas circulares e decisões administrativas emitidas relativamente ao melhoramento da terminologia em muitas áreas e campos. Mais ainda, a Lei de Uso da Língua Francesa - introduzida em 1975 (Loi n°75-1349), reitera enfaticamente a substituição das palavras e frases estrangeiras por palavras e frases adequadas em

francês (*ibid.*, art. 1, 4, 5, 8.).

Antes da inundação de numerosos produtos de todo o mundo, que se apoderou do mercado francês neste período, a França já tinha sentido a necessidade de *proteger os seus consumidores* e a sua língua contra a intrusão de palavras estrangeiras. A Lei sobre a utilização da língua francesa - introduzida em 1975, exigia que a língua francesa fosse utilizada em cada rótulo, oferta e apresentação de bens ou serviços, e evitar qualquer palavra ou frase estrangeira, excepto as já assimiladas.

Com o objectivo de *proteger os trabalhadores* "Cada contrato de trabalho escrito para o trabalho realizado no território de França deve ser redigido em língua francesa" (Code du travail, art. L. 121- 1). Nos contratos, não deve haver nenhuma expressão estrangeira incompreensível para os falantes nativos, e caso tenha sido utilizada, deve ser claramente explicada para que o signatário do contrato não seja induzido em erro.

Neste período, a França aplica uma política linguística intensiva também nos outros campos. Um bom número de iniciativas foi iniciado no sentido de melhorar a qualidade da língua nos documentos da administração pública e no sistema judicial (Circulaire du 31 juillet 1974 e Circulaire du 14 juin 1983), a cooperação internacional com os países francófonos foi impulsionada, bem como os esforços de divulgação da língua francesa noutras países do mundo através do estabelecimento de várias organizações e subsídios para a aprendizagem de línguas (CALVET, 1999: 206).

Um dos novos cursos dentro deste período da política linguística francesa em relação à língua francesa é o *incentivo ao multilinguismo*. Ao rotular, oferecer, e apresentar bens ou serviços,

"cada texto em língua francesa deve ser acompanhado de tradução para uma ou mais línguas estrangeiras" (Loi n°75-1349, art. 1). Esta estratégia é utilizada para dar um incentivo ao multilinguismo tanto a nível europeu como a nível global como um dos passos futuros da França contra a hegemonia da língua inglesa.

O primeiro período da política linguística contemporânea da França relativamente à língua francesa é o período de base do qual surgirão os cursos e estratégias dos dois períodos seguintes.

5. 2. O SEGUNDO PERÍODO DA POLÍTICA LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA DA FRANÇA EM RELAÇÃO À LÍNGUA FRANCESA

Tomamos o ano de 1984 como determinante do início do segundo período da política linguística contemporânea da França relativamente à língua francesa, ou seja, o ano em que as instituições do período anterior são substituídas pelo *Comite consultatif de la langue française* e o *Commissariat général à la langue française*.

O objectivo do *Comite consultatif de la langue française* é a análise de todas as questões relativas à utilização e promoção da língua francesa, a difusão da francofonia e das línguas regionais, bem como a criação da política da França em matéria de línguas estrangeiras (Décret n°84-91, art. 2). Este comité é também elegível para dar sugestões, recomendações, e pareceres sobre todas as questões total ou parcialmente relacionadas com o seu trabalho e as suas autoridades legais.

O *Commissariat général à la langue française* tem como

objectivo iniciar e coordenar todas as actividades relacionadas com a língua das organizações públicas e privadas com o objectivo de proteger e difundir a língua (*Ibid.*, art. 6.). A consulta ao *Comissariado* é obrigatória para todos os ministérios quando as suas actividades se inserem no domínio da sua autoridade legal. Coordena o uso da terminologia e a sua aplicação na língua francesa tanto no país como na cena internacional, and dispõe de uma rede de cooperação com as associações para a promoção e protecção da língua francesa.

Os cursos e estratégias de actuação da política linguística contemporânea da França em relação à língua francesa seguem principalmente os do período anterior, mas existem também alguns novos cursos.

O decreto de 1972 relativo ao *aperfeiçoamento da terminologia* em língua francesa fornece finalmente os resultados esperados. A nossa análise do segundo período detectou novidades relativas ao aperfeiçoamento da terminologia nos domínios das telecomunicações, defesa, engenharia urbana, economia e finanças, agricultura, transportes e tráfego marítimo e aéreo.

Há um *aumento* notável de contactos entre a França e os países francófonos neste período, que se intensifica significativamente após a fundação do *Haut Conseil de la francophonie* (Décret n°84-171). O objectivo deste conselho é sugerir, dirigir e encorajar as actividades destinadas a divulgar, enriquecer e proteger a língua francesa e intensificar a sua utilização em todo o mundo, juntamente com o desenvolvimento da francofonia.

Além disso, detectámos que este período está marcado com um *nível de alerta mais elevado sobre o estatuto da língua francesa nos meios audiovisuais*. Este alerta foi também um dos focos da recém-

criada *Comissão Nacional da Comunicação e das Liberdades*, cuja tarefa é proteger e difundir a língua na cinematografia e radiodifusão francesa (Loi n°86-1067).

Desde 1985, têm sido realizados *testes de competências em língua francesa* para estrangeiros sob a forma de exames certificados com diploma (Arrêté du 22 mai 1985). Assim, o nível do domínio da língua é determinado e certificado de acordo com critérios geralmente aceites, a fim de permitir o acesso ao emprego e à posição, que exigem conhecimentos de língua francesa correspondentes. Os antigos cursos da política linguística contemporânea da França no que diz respeito à língua francesa, que procediam da Lei sobre o uso da língua francesa - introduzida em 1975, visando o multilinguismo e a protecção do consumidor e do trabalhador, constituem também o segundo período. Nomeámos esse período como o *período de coerência das instituições públicas* no sentido de uma maior utilização e protecção da língua.

5. 3. O TERCEIRO PERÍODO DA POLÍTICA LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA DA FRANÇA EM RELAÇÃO À LÍNGUA FRANCESA

O terceiro e último período começa em 1989 com a fundação de duas novas instituições: *Conseil supérieur de la langue française* e *Délégation générale à la langue française*.

Conseil supérieur de la langue française comprehende a utilização da língua, as prescrições das regras de utilização, o enriquecimento, a valorização e a difusão em França , e a política

sobre línguas estrangeiras (Décret n°89-403, art. 2). Dá sugestões, fornece formas de actuação e opiniões sobre todas as questões relacionadas com a língua francesa , a sua utilização na educação, ciência, tecnologia, novas tecnologias de comunicação, e meios de comunicação social em toda a França. Trabalha também na elevação da consciência pública relativamente à língua nacional e ao multilinguismo, no reforço da posição da língua francesa nos países francófonos e nas instituições europeias. É pouco provável que o seu predecessor exclua as línguas regionais da sua autoridade.

A missão da *Délégation générale à la langue française* consiste em iniciar e coordenar as actividades das instituições públicas e privadas, que contribuem para a divulgação e correcta utilização da língua francesa na educação, comunicação, ciência e tecnologia (Décret n°89-403, art. 7). Apoia todas as iniciativas provenientes do *Conseil supérieur de la langue française* (*idem*, art.9). A fim de abranger também as línguas regionais de França, em 2001 mudou o seu nome para *Délégation générale à la langue française et aux langues de France* (Décret n°2001-646).

Na nossa análise, o terceiro período da política linguística contemporânea da França em relação à língua francesa mostra um aumento da mobilidade em França em relação à língua. No início deste período, a *Agence pour l'enseignement français à l'étranger* foi fundada com o objectivo principal de *divulgar a língua a nível internacional* e encorajar os estudantes estrangeiros a continuarem a sua educação em França. Por conseguinte, é responsável pela atribuição de ajuda financeira às instituições, que contribuem para a divulgação da língua francesa no estrangeiro. (Loi n°90-588, art. 2, 7).

Com a intenção de reforçar a posição da língua francesa no país e enfatizando esta necessidade através da sua soberania, no ano de 1992, na sua Constituição, a França introduz a cláusula "o francês é a língua da República" ². Deste modo, o *estatuto da língua é protegido tanto interna como externamente*, o que mais tarde evitaria a sua minorização com a expansão da língua inglesa.

Além disso, este é um período de alerta da administração pública para o cumprimento da norma da língua francesa, que consiste em proporcionar a sua correcta utilização em todas as actividades administrativas do país e nas relações internacionais.

É dada especial ênfase à aplicação da língua francesa em sítios da Internet. Na análise deste período, detectámos um número crescente de decisões administrativas referentes ao uso obrigatório da língua francesa neste aspecto, juntamente com a tradução de acompanhamento em pelo menos uma língua estrangeira, de acordo com os objectivos do próprio sítio. Este curso está em ligação directa com o respeito pelo multilinguismo na Internet.

Dado que a língua é o elemento-chave para a integração social das pessoas, a França intensifica a sua luta contra o analfabetismo organizando testes para determinar o nível de conhecimento da língua francesa com jovens recrutas (Loi n° 97-1019, art. L. 114-3). Com base nestes resultados, o Estado toma medidas adicionais para elevar o nível de alfabetização e o nível de domínio da língua francesa junto dos seus cidadãos.

Devido ao princípio da igualdade de género, no terceiro período, a Política de Feminização é impulsionada utilizando formas

²« La langue de la République est le français », Constitution du 4 octobre 1958, art. 2.

específicas de alguns substantivos no género feminino. Embora já oficializada (Circulaire du 11 mars 1986), com uma carta circular em 1998 (Circulaire du 6 mars 1998), as formas de género feminino para substantivos que denotam certas profissões ou títulos são mais uma vez prescritas para serem utilizadas em todos os documentos oficiais das instituições estatais. Além disso, a *Commission générale de terminologie et de néologie* é encarregada de realizar pesquisas sobre o mesmo assunto, enquanto o *Institut national de la langue française* publica uma brochura sobre o uso de formas de género feminino.

Neste período, através de vários regulamentos e decretos, o Estado reage *para estabelecer o estatuto da língua nos meios de comunicação social e na produção cinematográfica*, e controla regularmente o estado de coisas. Em conformidade com este objectivo, o Estado coopera com instituições dos países francófonos e concede ajuda financeira para a realização de produções cinematográficas e musicais em língua francesa.

Durante este período, a *Commission générale de terminologie et de néologie* e as *Commissions spécialisées de terminologie et de néologie*, agora conhecidas como Groupe d'experts, continuam a trabalhar arduamente no *enriquecimento da língua francesa* (Décret n°96-602 du 3 juillet 1996). As *Commissions spécialisées de terminologie et de néologie*, que são partes constituintes dos respectivos ministérios, preparam os termos recentemente criados e submetem-nos à Comissão Geral. Se a Academia Francesa tiver também acordado os novos termos criados pelas comissões especializadas, a *Commission générale de terminologie et de néologie* analisa-os e aprova a sua introdução e aplicação. A fim de

obter a unanimidade da terminologia correspondente utilizada nos países francófonos e nas organizações internacionais, é apreciado o contacto regular com as suas instituições afins. Na nossa análise deste período, detectámos novamente um bom número de novas decisões sobre o enriquecimento da língua francesa em diferentes campos e áreas.

Também discernimos a actividade permanente das *associações autorizadas para a protecção da língua francesa*, que monitorizam cuidadosamente a situação linguística e apresentam relatórios regulares à *Délégation générale à la langue française*. De acordo com a Lei sobre o uso da língua francesa introduzida em 1994 (Loi du 4 août 1994), estão autorizadas a iniciar uma acção judicial contra aqueles que a violem (*ibid.*, art. 19 & *Code de procédure pénale*, art. 2-14).

O terceiro período mostra a continuação dos cursos anteriores da política linguística contemporânea da França relativamente à língua francesa (protecção do trabalhador e do consumidor, incentivo ao multilinguismo e difusão da francofonia), agora reforçada com a Lei sobre o uso da língua francesa introduzida em 1994 que tomou o lugar da Lei de 1975 devido às suas numerosas fraquezas.

6. A LÍNGUA FRANCESA COMO MEIO DE INFORMAR O CONSUMIDOR E A PROTECÇÃO DOS TRABALHADORES

A política contemporânea da língua francesa em relação à língua francesa é dirigida a muitas áreas da vida. É o resultado de

orientações, estratégias e acontecimentos que ocorreram anteriormente na vida social em geral. Todas as fases da política da língua francesa nestas áreas estão em ligação directa com os períodos históricos e fenómenos económicos anteriores que tiveram lugar ao longo da história da França e têm um impacto directo em duas áreas que são o alvo da nossa apresentação.

A *informação do consumidor* torna-se necessária devido à sua potencial vulnerabilidade por parte dos vendedores. Estas relações, em França (Caron, 1995; Bournay & Pionnier, 2007), são regidas pelas medidas legais que estão definidas no Código de Defesa do Consumidor. Existem várias instituições que prevêem a protecção da saúde dos consumidores, a sua segurança, os seus interesses económicos, e são dotadas de fundos para a defesa dos seus direitos. A protecção do consumidor inclui o Estado propõe e implementa vários projectos jurídicos destinados a aumentar os direitos do consumidor, a sua protecção e informação (*Projet de loi renforçant les droits, la protection et l'information des consommateurs - Position de la CCIP*).

Os regulamentos relativos à língua francesa como meio de *protecção do trabalhador* aplicam-se aos documentos que são assinados aquando da celebração de contratos de trabalho, à legislação interna das empresas, acordos, convenções colectivas, ofertas de trabalho e quaisquer outros documentos que contenham disposições necessárias para familiarizar o trabalhador com as responsabilidades no decurso do seu trabalho em França .

Com estas medidas, o empregado fica protegido contra possíveis despedimentos ou outras situações adversas no ambiente de trabalho decorrentes de uma má compreensão do contrato

assinado, o que implica consequências adicionais para ele.

6. 1. INFORMAR O CONSUMIDOR

De acordo com a Lei para a utilização da língua francesa em 1994 (*Loi du 4 août 1994*), a utilização da língua francesa na "rotulagem, oferta, apresentação, método de utilização, descrição do conteúdo e dos termos de garantia dos bens, produtos ou serviços, bem como todas as facturas e recibos" tornou-se obrigatória (art. 2). Ao traduzir noutras línguas, "a inscrição francesa deve ser igualmente legível, clara e compreensível", assim como os sinais de outras línguas (art. 4). É feita uma excepção para os "produtos característicos com nomes estrangeiros que já são conhecidos do público (art. 2º). Os delitos concluem pessoas autorizadas a exercer controlo contínuo (art. 16º), e os infractores são previstos e sujeitos a sanções legais adequadas" (*Décret n° 95-240 du 3 mars 1995*).

No exercício do controlo, deve ser dada prioridade aos produtos e serviços directamente relacionados com a segurança e saúde dos consumidores que necessitam de ter informações claras e compreensíveis. De acordo com relatórios sobre a aplicação da lei sobre o uso da língua francesa de 4 de Agosto de 1994 (*Rapports au Parlement sur l'application de la loi du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française*, 2000), de 1990 a 2000, o número de controlos tem vindo a aumentar de forma constante, e desde 1996, tem sido detectada uma tendência decrescente com as infracções (*ibid.* 25). Isto deve-se a uma crescente sensibilização do público para as disposições da lei. Se a base das violações toma uma língua

estrangeira que não é traduzida executivamente para francês, então em primeiro lugar é o inglês, alemão, italiano e espanhol.

No exercício do controlo, são incluídas associações autorizadas para a protecção da língua francesa que, apesar da possibilidade de instaurar processos penais contra as disposições legais não respeitadas, aconselham regularmente todas as partes que o solicitem, e desenham mais campanhas mediáticas para a correcta aplicação da língua. Também recorda constantemente as disposições legais relacionadas com a protecção da língua.

Em 1999 e 2000, o maior número de infracções relacionadas com informações incompletas ou incorrectas aos consumidores são registadas pelos tribunais de Paris e do sul de França (*ibid.*, 37), e na imposição de sanções os juízes podem utilizar o princípio do direito cumulativo, o que significa impor tantas sentenças quantos os produtos com os quais a infracção foi cometida.

As disposições para a utilização da língua francesa são aplicadas no sector dos seguros. Aí, todas as informações aquando da celebração do contrato de seguro devem ser claramente redigidas em francês (*Code des assurances*, Partie Législative, Livre I: Le contrat, art. L 112-3), que fornece informações ao segurado enquanto consumidor.

6. 2. PROTECÇÃO DOS TRABALHADORES

As principais disposições nesta área provêm da lei sobre a utilização da língua francesa em 1994 e do Código do Trabalho. Com elas, a utilização obrigatória da língua francesa no fornecimento de

determinadas informações ao trabalhador pelo empregador estava a ser aplicada na celebração de contratos de trabalho, (LOI, art. 8 & CODE, art. L. 121-1), na política reguladora interna da empresa (LOI, art. 9 - 1 & CODE, art. L. 122-35), em todos os documentos que contêm as obrigações e actos necessários que são indispensáveis para o trabalhador no exercício das suas funções, a menos que os documentos que estão a ser enviados para o estrangeiro ou são recebidos de lá (LOI, art. L. 122-35). 9-2 & CODE, art. L. 122-39-1), depois em todos os acordos e convenções colectivas de trabalho (LOI, art. 9-IV & CODE, art. L. 132-2-1), como também durante as ofertas de emprego por todos os serviços situados no território de França, independentemente da nacionalidade do titular da oferta ou do empregador, ou fora do seu território, quando o titular da oferta for francês (LOI, art. 10 & CODE, art. L. 311-4).

Embora como controladores da língua francesa nesta área tenham direito à Comissão de inspecção dos direitos do trabalho e aos sindicatos profissionais que podem iniciar um procedimento legal (CÓDIGO, art. L. 411-11), ainda assim é de notar que, ao contrário do controlo sistemático relativo à língua que está a ser utilizada no domínio para informar os clientes, os dados à disposição da Delegação Geral para a língua francesa e francesa são incompletos e não permitem conhecer a situação real. Esta situação deve-se ao facto de ser impossível ter à disposição todos os documentos que contenham disposições necessárias para o funcionário no exercício do seu trabalho.

Segundo o Ministério da Cultura e da Comunicação e os da associação *Le droit de comprendre (La langue française dans tous ses états*, 1999, 21-31), as empresas francesas utilizam cada vez

mais o inglês como língua de trabalho com clientes estrangeiros porque o consideram como um meio de comunicação eficaz com parceiros comerciais. Em contraste, há as empresas que se preocupam com questões linguísticas particularmente sensíveis para que os empregados nas suas filiais estrangeiras imponham uma aprendizagem obrigatória da língua francesa.

Os contratos individuais, a regulamentação jurídica interna das empresas e as convenções colectivas não apresentam problemas no que diz respeito à utilização da língua francesa.

Em termos de ofertas de emprego escritas numa língua estrangeira, verificou-se uma tendência para diminuir as violações relativas à utilização da língua francesa. A inspecção laboral recorda constantemente aos empregadores e a todos os outros titulares de ofertas de emprego as disposições legais relacionadas com a protecção e utilização da língua.

7. A LÍNGUA FRANCESA NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Existem muitas definições, que definem a noção de *política linguística* (НИКОЛОВСКИ, 2002). Este capítulo baseia-se na definição dada por Calvet, segundo a qual *política linguística* significa "*todo o conjunto de decisões intencionais tomadas relativamente às relações entre a língua e a vida social, particularmente aquela entre a língua e a vida nacional*", enquanto que *planeamento linguístico* significa "*procura e utilização dos meios necessários para a aplicação da política linguística*" (CALVET, 1999: 154-155).

Devido à grande extensão deste campo, e com o objectivo de

uma melhor análise e apresentação do estado da língua francesa, fizemos três subcampos: *Eventos, seminários e congressos; Revistas e publicações;* e *Educação, exames, admissão à universidade e anúncios de teses/dissertações.*

Estes subcampos são bastante significativos para a preservação da língua e, por isso, são alvo de especial atenção. Pode-se dizer com razão que são alguns dos pilares para a protecção da língua e, portanto, que lhes é dado um lugar especial na política linguística da França.

7. 1. EVENTOS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

Existem várias regras que devem ser seguidas na realização de eventos internacionais, congressos ou seminários em França. Por outras palavras, cada participante tem a oportunidade de se expressar em francês, os documentos referentes ao programa destes encontros devem ser escritos em francês, e a versão francesa dos resumos em todos os outros documentos relacionados com os eventos a publicar deve ser fornecida (*Loi du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française*, art. 6). Considerando a obrigação e o desejo dos participantes de se expressarem em francês - por um lado, e a necessidade de serem compreendidos pelos participantes estrangeiros nestes encontros - por outro, é prescrito um regulamento ao abrigo do qual deve haver uma interpretação simultânea ou consecutiva para a(s) outra(s) língua(s) estrangeira(s), que é(são) na maioria das vezes o inglês. O não cumprimento destes requisitos resulta numa sanção legal correspondente e numa obrigação dos organizadores e anfitriões de reembolsar todo o

dinheiro atribuído pelo Estado para efeitos de realização e acolhimento do evento (*Nouveau code pénal* : art. 131-13). A *Delegação Geral para a língua francesa e as línguas da França*, que - segundo a Carta Circular de 19 de Março de 1966, (Circulaire du 19 mars 1996), é responsável pela supervisão do cumprimento das regras neste subcampo, registou um exercício consistente destas regras, excepto no caso de omissão ocasional dos serviços de interpretação nos eventos, o que ocorre mais frequentemente devido ao seu elevado custo. Consequentemente, desde 1996, em conformidade com os requisitos gerais de realização de eventos, congressos e seminários, a posição dos peritos no domínio correspondente, e o parecer da Comissão de Ajuda à *Interpretação Simultânea* (*Commission d'aide à l'interprétation simultanée - CODALIS*) - fundada para esse fim específico, a Delegação tem vindo a atribuir ajuda financeira aos serviços de interpretação nos eventos internacionais realizados em França e por ela acolhidos.

7. 2. PERIÓDICOS E PUBLICAÇÕES

Todas as revistas e publicações em França , escritas numa língua estrangeira, e publicadas por uma pessoa ou organização, que receba ajuda financeira do Estado, devem conter pelo menos um resumo em francês (*Loi du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française*: art. 7). O referido refere-se às revistas e publicações científicas divididas em duas categorias: *Periódicos de Comunicação Primária* e *Periódicos de Sintetização*.

O objectivo das *Revues de Communication Primárias* (*Revues*

de communication primaire) é a apresentação de novos factos científicos ao público científico internacional; na maioria das vezes, estas revistas são publicadas em inglês. Por conseguinte, sempre que a sua publicação é auxiliada pelo Estado francês, a obrigação de incluir um resumo em língua francesa deve ser plenamente respeitada.

O objectivo de *Sintetizar tipo de Revistas (Revues de synthèse)* é a divulgação dos mais significativos e recentes avanços científicos para o público mais vasto. Na maioria das vezes, são escritas em francês, mas as edições bilingues ou multilingues não são uma excepção. Neste último caso, deve haver também um resumo em francês nestas revistas.

Estes requisitos legais relativos à utilização da língua francesa aplicam-se a todas as outras formas de publicações científicas, relatórios, actas, trabalhos de síntese de trabalhos de investigação, estudos, etc., tendo sido, até agora identificado o seu total cumprimento.

Além disso, temos notado um interesse crescente em receber ajuda no que diz respeito a estes subsídios para as revistas; contudo, para manter a qualidade e os critérios elevados do aspecto científico, a ajuda financeira média para as revistas permanece inalterada para a maioria dos domínios científicos.

Uma contribuição significativa a este respeito vem do *Centro Nacional do Livro*, cuja missão é, entre outras, proteger e difundir a língua e cultura francesas, bem como motivar a tradução de literatura em língua estrangeira para francês e vice-versa (Décret n°93-397 du 19 mars 1993 : art. 3.). Além disso, este centro visa estimular as bibliotecas, instituições culturais e livrarias francesas e estrangeiras

a comprar livros de especial valor científico, técnico ou cultural escritos em francês (Décret n°96-421 du 13 mai 1996: art. 1er).

7. 3. EDUCAÇÃO, EXAMES, TESTES DE ADMISSÃO E TESE/DISSERTAÇÃO

A língua francesa é obrigatória nas aulas, nos exames, nos testes de admissão e nas teses/dissertações em todas as instituições de ensino públicas e privadas. As únicas excepções são as escolas onde são ensinadas as línguas e culturas regionais, as escolas internacionais, e as escolas para cidadãos estrangeiros, ou seja, apenas imigrantes (*Loi du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française*: art. 11). "O domínio da língua francesa e o conhecimento de duas línguas estrangeiras é um dos principais objectivos da educação" (Loi n°89-486 du 10 juillet 1989: art. 1er). A *Delegação Geral para a Língua Francesa e as Línguas de França* não encontrou qualquer infracção a estes actos jurídicos em nenhuma destas instituições de ensino.

Por outro lado, existem teses de mestrado e doutoramento escritas numa língua estrangeira se a tese estiver a ser trabalhada em colaboração com laboratórios e centros de investigação estrangeiros. Neste caso, todos estes trabalhos contêm um resumo em francês. Há também uma situação em que a preparação da tese é co-mentada, caso em que a tese deve ser escrita na língua oficial do próprio país onde este tipo de tese é conduzida, complementada com um resumo na segunda língua do mentor. De um modo geral, também nestes casos não foi encontrada qualquer violação dos actos

jurídicos.

Nos estudos de diploma e pós diploma foi detectada uma maior utilização da língua inglesa em certos cursos, tendo sido recomendada a inclusão de outras línguas estrangeiras na entrega da palestra.

O conhecimento insuficiente da língua francesa conduz inevitavelmente à exclusão da vida social e ao isolamento. De acordo com a Lei, desde 1998, numerosas actividades e medidas têm sido levadas a cabo com o objectivo de reintegrar socialmente indivíduos que têm problemas deste tipo. (*Rapport au Parlement sur l'application de la loi du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française*, 2000: 113-119). Esta é a razão pela qual um dos objectivos da educação francesa é a luta contra o analfabetismo, que envolve todas as instituições educativas públicas e privadas, associações profissionais, sindicatos, autoridades regionais, e outros estabelecimentos estatais. (Loi n°98-657 du 29 juillet 1998: art. 24.).

8. INTERACÇÃO ENTRE LÍNGUA FRANCESA E SERVIÇOS PÚBLICOS DE FRANÇA NO SEGUNDO SÉCULO DO SÉCULO XX

O tema desta investigação é a interacção entre a língua francesa e os serviços públicos da França na segunda metade do século XX. Estes serviços desempenham um papel importante na preservação do estatuto da língua francesa a nível interno e internacional e representam um segmento importante da política linguística francesa

contemporânea em relação à língua francesa (CALVET, 1996: 99-111, 1999: 246-270, НИКОЛОВСКИ, 2002: 53-62). Para apresentar a interacção entre a língua francesa e os serviços públicos de França neste período, analisámos várias decisões administrativas relativas à língua francesa (НИКОЛОВСКИ, 2002: 101-118). Para o ponto de partida da *política da língua* francesa contemporânea em relação à língua francesa, determinamos o ano de 1966 quando da fundação do *Haut comité pour la défense et l'expansion de la langue française* (Décret n°66-203), a primeira instituição do período moderno neste país cujo objectivo é a defesa da língua. A França, com a sua fundação, retrata uma nova dimensão sistemática no que diz respeito à defesa da língua francesa e estabelece uma relação especial com a mesma. De acordo com o modo de funcionamento e funcionamento das instituições cuja principal preocupação é a sua defesa, distinguimos três períodos da política da língua francesa contemporânea em relação à língua francesa, nos quais existe uma relação contínua entre os serviços públicos e a língua francesa que indica a ligação entre a língua e o Estado³. No *plano interno*, os serviços públicos devem ter em conta o próprio usage da língua francesa e para o aumento da sua qualidade. Devem também ter em conta a correcta aplicação dos termos recomendados pelas comissões terminológicas nos documentos legais e administrativos, nos anúncios, nos produtos, nas marcas, nos sítios da Internet, bem

³ Com base no funcionamento das instituições de defesa da língua, distinguimos três períodos da política linguística francesa contemporânea em relação à língua francesa, como por exemplo: 1. 1966 - 1984, o período de funcionamento do *Haut comité pour la défense et l'expansion de la langue française*, 2. 1984 - 1989, o período de funcionamento do *Commissariat général de la langue française* e do *Comité consultatif de la langue française*, 3. 1989 - 2001, o período de funcionamento do *Conseil supérieur de la langue française* e da *Délégation générale à la langue française et aux langues de France* (НИКОЛОВСКИ, 2002: 36-46).

como na manutenção das manifestações científicas e publicações editoriais, etc.

Os serviços públicos do *plano internacional* precisam de promover consistentemente a língua francesa nas relações com a União Europeia, as Nações Unidas e os países francófonos. Devem inspecionar acordos bilaterais e multilaterais, reforçar os serviços de tradução dos eventos internacionais, organizar cursos de línguas e empreender outras medidas de divulgação da língua francesa no Mundo (reforço da sua presença na Internet, criação de ferramentas linguísticas electrónicas, etc.).

O uso da língua francesa está a ser modernizado e aumentado com o *enriquecimento terminológico*. Assim, são criadas comissões terminológicas e neológicas que incentivam a criação de novos termos e a sua actualização em todas as áreas, influenciando assim directa e positivamente o seu estatuto na cena internacional.

8. 1. OS SERVIÇOS PÚBLICOS E A APLICAÇÃO DA LÍNGUA FRANCESA A NÍVEL INTERNO

Internamente, os serviços públicos baseiam-se no princípio constitucional de que a língua francesa é a língua da República Francesa " La langue de la République est le français " (Constituição Francesa de 4 de Outubro de 1958, artigo 2). Segundo a carta circular de Abril de 1994 (Circulaire du 12 avril 1994), devem assegurar a aplicação rigorosa de todas as decisões administrativas relativas à utilização da língua francesa, a fim de aplicar consistentemente todos os termos recentemente criados pelas comissões de terminologia e

todos os documentos que publicarão para não serem contrários às disposições relativas à utilização da língua francesa. Além desta carta circular, até Setembro de 1999, foram enviadas outras 14 cartas circulares com conteúdo semelhante, destinadas a cada ministério separadamente (НИКОЛОВСКИ, 2002: 54).

E a lei sobre o uso da língua francesa do ano 1994 (La loi nº 94-665 du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française) define as obrigações dos serviços públicos⁴.

Nomeadamente, todos os anúncios e anúncios publicados em locais públicos por entidades jurídicas devem conter uma tradução em pelo menos duas línguas (artigo 4º), contratos celebrados por entidades jurídicas para serem redigidos em francês, excepto as isenções previstas na lei (artigo 5º), as manifestações, seminários e congressos a traduzir de e em francês (artigo 6º), todas as revistas em língua estrangeira para conter um resumo em francês (artigo 7º), e é proibida a utilização de uma expressão estrangeira ou de um termo na marca de um determinado produto quando o mesmo exista em língua francesa (artigo 14º). A característica geral deste período, entre outras, é o incentivo ao multilinguismo (art.4), tanto interno como externo, através do qual a França luta contra a tendência global do monolinguismo e a superioridade da língua inglesa. Embora com certos problemas, no entanto, as disposições que regem a administração pública em relação à aplicação da língua francesa ao plano interno são devidamente respeitadas (*La langue française dans*

⁴ Algumas disposições desta Lei são retiradas da anterior Lei da Língua Francesa de 1975 (Loi du 31 décembre 1975 relative à l'emploi de la langue française), que impõe o uso obrigatório da língua francesa no anúncio público, publicidade, bem como a proibição do uso de termos ou expressões estrangeiras. Esta Lei deixa de ser válida com a entrada em vigor da Lei a partir de 1994.

tous ses états, 1999: 55-60 & *Rapport au Parlement*, 2000: 61-68).

Além disso, é também exigida a utilização obrigatória e especial atenção à língua francesa nos sítios web (*Circulaire du 15 mai 1996, 2. b.*) and nos sistemas de informação estatais (*Circulaire du 6 mars 1997*). A fim de regular a língua nesta área, no período entre 1996 e o segundo semestre de 1999, registámos a adopção de oito decisões administrativas (НИКОЛОВСКИ, 2002: 54). Com a carta circular de 7 de Outubro de 1999, especifica-se que os termos utilizados nos sítios devem corresponder às listas terminológicas publicadas no *Journal officiel de la République française*, e a sua tradução para inglês é permitida se houver uma tradução para outra língua estrangeira cuja escolha depende da finalidade e do objectivo do sítio. (*Circulaire du 7 octobre 1999, 2. 2. 2. Língua*). Dar um exemplo e fomentar o multilinguismo nos sítios web apenas reforça a posição dos serviços públicos franceses à escala global no sentido do respeito global pela diversidade linguística e cultural na Internet.

Relativamente à aplicação das disposições acima mencionadas nesta área, realizámos uma análise de várias dezenas de sítios pertencentes aos serviços públicos franceses, e constatámos que quase todos eles têm uma língua bilingue franco-inglesa (НИКОЛОВСКИ, 2002: 55). Nas rubricas destinadas aos cidadãos franceses não existe tradução para uma língua estrangeira. Algumas instituições de investigação, para além das publicações francesas, também contêm resumos em inglês, e os sítios de certos serviços públicos que contêm informações úteis para vários parceiros no mundo também têm uma tradução para a língua do país ao qual a informação se destina nos termos do artigo 6 da Circular de Abril de 1994 (НИКОЛОВСКИ, 2002: 55).

Neste período da política da língua francesa contemporânea em relação à língua francesa , a tendência continua para a melhoria da qualidade da língua de todos os textos administrativos para a melhoria da qualidade da língua de todos os textos administrativos. A este respeito, notámos a adopção de três actos jurídicos⁵ que recordam aos funcionários da administração pública a utilização correcta da língua francesa na compilação de documentos administrativos, para que possam ser melhor compreendidos pelos sujeitos a quem são referidos.

Além disso, com esse objectivo é criado o Comité d'orientation pour la simplification du langage administratif (Arrêté du 2 juillet 2001), que é responsável pela formulação de propostas específicas para a melhoria da qualidade da linguagem administrativa, bem como pelo acompanhamento da sua aplicação específica pela administração pública.

8. 2. OS SERVIÇOS PÚBLICOS E A PROMOÇÃO DA LÍNGUA FRANCESA COMO LÍNGUA DE COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL

The os serviços públicos, nas relações com pessoas e instituições estrangeiras, devem respeitar plenamente as regras de

⁵ Circulaire du 2 janvier 1993, relative aux règles d'élaboration, de signature et de publication des textes au Journal officiel à la mise en oeuvre de procédures particulières incombant au Premier ministre; Circulaire du 20 septembre 1994 relative aux règles aux nominations des membres des conseils et des dirigeants des établissements publics et entreprises du secteur public: Circulaire du 30 janvier 1997, relative aux règles d'élaboration, de signature et de publication des textes au Journal officiel et à la mise en oeuvre de procédures particulières incombant au Premier ministre, art. 1. 1. 1.

utilização da língua francesa nos assuntos internacionais (Circulaire du 12 avril 1994, art. 6), mas não favorecendo nenhuma língua estrangeira. Os negociadores franceses ao celebrarem acordos internacionais bilaterais ou multilaterais devem utilizar a língua francesa, e se não houver possibilidade de o fazer pela outra parte, é permitido o uso da língua dos negociadores ou na terceira língua acordada nas primeiras fases da negociação. (Circulaire du 30 mai 1997, III-Rédaction et présentation).

Apesar de a língua francesa ser uma língua oficial ou de trabalho de muitas instituições internacionais, os funcionários da função pública enfrentam algumas dificuldades na sua aplicação.

Na Assembleia Geral das Nações Unidas, apesar de a língua francesa ser uma das línguas oficiais ou de trabalho, a língua inglesa confirma a sua supremacia. Em 1992, o número de delegações expressas em inglês era de 74, e em francês de 31, mas em 1999 aumentou para 95 delegações em inglês, e caiu para 26 delegações em francês (*La place de la langue française dans les institutions internationales*, 2000: 4). A maioria dos documentos oficiais são também escritos primeiro em inglês, mas muito frequentemente existem problemas no sector da tradução que levam a atrasos na distribuição dos documentos traduzidos em língua francesa. Existe o mesmo problema para os contactos entre a maioria dos ministérios franceses com as instituições relevantes nas Nações Unidas. Os representantes franceses permanentes em organizações internacionais, em grande parte, dirigem a sua atenção para a utilização e o respeito do estatuto de língua francesa. Defendem que os funcionários internacionais de outros países devem ser obrigados a conhecer a língua francesa como a uma das línguas de trabalho,

colocaram chefes francófonos de certos sectores que têm importância estratégica para a preservação do estatuto da língua, atribuíram fundos para iniciar cursos de línguas em muitas instituições internacionais. Encorajaram a nomeação de um Coordenador de Línguas na Organização das Nações Unidas, create um Comité Consultivo para o Pluralismo Linguístico (Comité consultatif pour le pluralisme linguistique) da UNESCO, etc.

Nas instituições da União Europeia, a língua francesa é também uma língua oficial e de trabalho (*Règlement nº 1 du 15 avril 1958*, art. 1er). Pode ser utilizada durante as reuniões oficiais e informais, nas relações com as instituições da União, nos contactos com os representantes de outros Estados Membros, sendo permitida a utilização da língua do país do interlocutor, desde que o funcionário francês seja o responsável. As bibliotecas e centros de documentação europeus devem dar-lhes um lugar especial para as edições publicadas em francês (*Le Français dans les institutions européennes*, 2000: 4-14).

Segundo a Delegação Francesa para a Língua Francesa de 1999, a maioria dos documentos de trabalho enviados pelo Conselho Europeu e pela Comissão Europeia às respectivas instâncias francesas são escritos em inglês, enquanto os enviados pelo Parlamento Europeu e pelo Tribunal Europeu, assim como os que se referem a reuniões oficiais, são geralmente escritos em francês (*Rapport au parlement*, 2000: 76-81). No entanto, e na União Europeia há também uma estagnação da língua francesa, especialmente após a adesão dos países não francófonos à mesma. Mesmo nas relações entre a União e os países francófonos de África, a comunicação é utilizada apenas em inglês. A União permite a sua

utilização mesmo nas relações com as empresas francesas.

Durante a presidência, no segundo semestre de 2000, a França reagiu fortemente contra a utilização de apenas uma língua e empenhou-se no multilinguismo. Reforça os serviços de tradução em língua francesa nas instituições europeias, organizando cursos de línguas para funcionários dos estados membros e dos países candidatos à adesão à União, e forma tradutores franceses dos países candidatos à adesão à UE. Além disso, a França lança mais ações a favor do multilinguismo nas novas tecnologias da informação: melhoria da tradução de sítios europeus em múltiplas línguas, colocação em uso de um tradutor em linha automatizado e programação interactiva em língua francesa.

Os laços da França com os países e instituições francófonos são também reforçados. Além disso, os seus representantes nas instituições internacionais utilizam a língua francesa em todas as ocasiões possíveis. A França é o principal coordenador de todas as ações destinadas a difundir a francofonia no Mundo. A França dirige uma política de cooperação com as organizações internacionais francófonas, propõe medidas, encoraja e define as ações tomadas para desenvolver o francófono e a língua francesa (Décret nº 91-1094 du 21 octobre 1991; Décret nº 92-1231 du 24 novembre 1992; Décret nº 93-797 du 16 avril 1993, art. 5, 6, 7). Além disso, ao encorajar o jovem pessoal científico dos países francófonos a participar nos trabalhos de numerosas instituições internacionais e através da criação do Fundo de Assistência à Tradução e Interpretação (Fonds d'aide à la traduction et à l'interprétation), a utilização da língua francesa aumenta durante a realização de eventos internacionais realizados fora de França.

A defesa do estatuto e a difusão da língua francesa no Mundo é também o objectivo da Direcção de Cooperação Cultural e da Língua Francesa (Direction de la coopération culturelle et du français) no Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, que prepara planos e programas para o estudo da língua francesa no Mundo. Para tal, a França está em contacto constante com a rede de instituições e centros franceses, com as alianças francesas, e coopera com todas as outras instituições onde estrangeiros de todo o mundo são educados em França (Arrêté du 25 juillet 2001, art. 5).

8. 3. O ENRIQUECIMENTO TERMINOLÓGICO DA LÍNGUA FRANCESA

Para que a língua francesa possa preservar o seu estatuto internacional, deve ser enriquecida com termos de todas as áreas através das quais terá de exprimir a modernidade. O enriquecimento da língua é uma das características que caracterizam a política linguística francesa contemporânea (НИКОЛОВСКИ, 2002: 37, 40, 45).

Com a criação da Comissão Geral e dos Comités Especializados em terminologia e neologia, encoraja-se a criação de novos termos e aumenta a sua aplicação em vários domínios: economia, ciências naturais, tecnologia, direito, etc⁶.

⁶ O Decreto de 2015 (Décret n° 2015-341 du 25 mars 2015) visa simplificar e modernizar a disposição relativa ao enriquecimento da língua francesa, alterando a composição e o nome da Comissão Geral de terminologia e neologia que se torna a Comissão de enriquecimento da língua francesa (Commission d'enrichissement de la langue française). As comissões especializadas de terminologia e neologia em cada ministério tornam-se grupos de peritos (Groupe d'experts).

Estas comissões contribuem para a difusão da Francofonia e para a promoção do multilinguismo em todo o mundo. Estão também em contacto com instituições afins dos países francófonos que trabalham na equalização de expressões e termos recentemente criados, com as organizações internacionais, bem como com instituições de normalização internacional (*Décret du 3 juillet 1996*, art. 1er). O último, décimo oitavo consecutivo, Comissão de terminologia e neologia do Ministério da Juventude e Desportos, foi criado em Março de 2001. Em cada comissão, existe um oficial especial de alto nível para terminologia e neologia (*Arrêté du 27 mars 2001*) e um serviço especial responsável pela coordenação de todas as actividades deste domínio.

No ano 2000, a Comissão Geral de terminologia e neologia, através das suas comissões especializadas, realizou uma auditoria de todos os termos, frases e definições publicadas no *Journal officiel de la République française*, no período de 1973 a 1996. Os resultados da auditoria são publicados numa lista terminológica (*Répertoire terminologique*, 2000) que abrange 3.000 unidades totalmente auditadas.

Com o programa de preparação do governo para a França entrar na sociedade da informação, o grande papel desempenhado pelos termos recentemente criados nesta área, através do qual a Comissão Geral de Terminologia e Neologia, é obrigada a desenvolver listas terminológicas desta área em cooperação com as comissões especializadas.

Três dessas listas foram emitidas até year 1999 (*Rapport annuel d'activité*, 1999: 22). Além disso, são emitidas brochuras de termos recentemente criados de várias áreas, que são enviadas

gratuitamente a todos os departamentos de serviços públicos e associações relacionadas cuja actividade está relacionada com a área específica a que a lista se destina. Todos os termos e listas podem ser descarregados do website da Delegação Geral para a língua francesa .

Os contactos nesta área estão a aprofundar-se com instituições afins dos países francófonos. Através de contactos constantes, é possível a participação de peritos de vários países na determinação da composição das listas terminológicas recentemente criadas, o que reduz a possibilidade de ocorrência de diferenças terminológicas nos países francófonos. Em 2000 foram organizados dois encontros de peritos franceses com colegas do Canadá e da Bélgica a fim de definir a condição da política terminológica em relação à língua francesa nesses países (*Rapport au Parlement*, 2000: 86).

Como reacção à segunda onda do movimento feminista que começou nos anos 60, formas de género feminino para certas profissões ou funções estão a ser cada vez mais utilizadas. Portanto, já em 1986, a utilização de uma forma especial no género feminino em substantivos que designem profissões, funções, actos ou títulos (Circulaire du 11 mars 1986) é exigida em todos os documentos oficiais da administração. Em 1998, as mulheres participantes no governo procuraram e utilizaram cada vez mais a forma de títulos femininos da ministra (*la ministre*), e ao mesmo tempo começaram a utilizar essa forma como uma prática de voz regular. Assim, com a carta circular de 1998 (Circulaire du 6 mars 1998) dá instruções à Comissão Geral de terminologia e neologia para iniciar uma pesquisa que clarifique o problema, aceitando a situação em outros países francófonos.

O inquérito seria baseado em inquéritos anteriores de 1984 e 1985, realizados pela comissão que trabalhou nesse período. Isto foi objecto de forte oposição por parte dos membros da Academia Francesa (SAINT ROBERT, 2000: 101).

A Comissão Geral de Terminologia e Neologia apresentou o seu relatório em Outubro de 1999 (*Rapport sur la féminisation des noms de métier, fonction, grade ou titre au Premier ministre*) declarando que, principalmente, não existem obstáculos ao uso do género feminino dos substantivos que denotam ocupações e profissões. Por outro lado, a Comissão opõe-se à utilização do género feminino nos substantivos que denote funções públicas em documentos administrativos dos serviços públicos e considera que deve ser estritamente observada a regra da neutralidade das funções. Além disso, propõe mais investigação sobre esta questão. A mesma carta circular instrui o Instituto Nacional de Língua Francesa (Institut national de la langue française) a compilar uma brochura, para dar instruções aos utilizadores em relação à utilização das formas de substantivos mais apropriadas no género feminino. A publicação (BECQUER et al., 1999) contém as regras para a formação de um género feminino em substantivos que denotam uma profissão, função, posto ou título públicos, bem como as formas do género masculino para os mesmos substantivos. Também permite a forma de *une ministre*. A mesma carta circular permite a utilização das formas do género feminino, que são amplamente utilizadas: *la secrétaire générale*, *la directrice*, *la conseillère*, pelos serviços públicos.

9. ENRIQUECIMENTO TERMINOLÓGICO DA LÍNGUA FRANCESA

A língua francesa mostra grande vitalidade e a adaptabilidade do seu vocabulário de mudanças contemporâneas em todas as áreas da vida é realizada sistematicamente e em laboratórios científicos e centros de investigação. Para evitar o uso crescente de termos estrangeiros numa determinada área que são incompreensíveis para os falantes "comuns", devem ser produzidos regularmente termos franceses relevantes, que apresentariam melhor a realidade contemporânea. Assim, a França e outros países francófonos dedicaram o seu trabalho à criação, difusão e utilização de novas palavras e expressões no espírito da língua francesa, ao mesmo tempo que retratavam a vida contemporânea.

Com o constante enriquecimento terminológico da língua francesa, as lacunas no vocabulário e denotações de novos conceitos em francês estão a ser preenchidas, o que substituiu os termos estrangeiros, na sua maioria anglo-americanos. O enriquecimento da língua francesa é realizado em coordenação, e novos termos são concebidos para profissionais e para o público que é formado de acordo com as regras de formação de palavras na língua francesa.

9. 1. SISTEMA DE INSTITUIÇÕES PARA O ENRIQUECIMENTO DA LÍNGUA FRANCESA

A Lei de 1975 para a utilização da língua francesa (Loi n°75-1349 du 31 décembre 1975 relative à l'emploi de la langue française) conhecida como *Bas-Lauriol*, prevê termos que são publicados no Boletim Oficial Francês (*Journal Officiel de la République Française*). Devem ser utilizados em qualquer publicidade e rotulagem de produtos ou serviços, e durante todas as emissões da televisão e organismos de radiodifusão. Com a adopção da Lei de 4 de Agosto de 1994 sobre a utilização da língua francesa (Loi n° 94-665 du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française), denominada *Toubon*, estas disposições com base na decisão do Conselho Constitucional (*Conseil constitutionnel*) (Décision n° 94-345 DC du 29 juillet 1994) foram repetidas, que se acreditava serem contrárias à liberdade de expressão. O Conselho acredita que o próprio Estado pode ser forçado a utilizar certos termos propostos, mas não pode, contrariamente ao artigo 11 da Declaração dos Direitos Humanos e Civis (*Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen de 1789*), impor a sua utilização a particulares ou organizações de radiogramas.

A decisão do Conselho Constitucional provoca uma alteração da legislação sobre o uso do francês. Com o decreto de ³ de Julho de 1996 para enriquecer a língua francesa (Décret n°96-602 du 3 juillet 1996), criar um novo sistema de coordenação das actividades em relação à língua francesa, que reduz a posição do Estado, aumentando o papel da Comissão Geral de Terminologia e Neologismos e da Academia Francesa , e do Estado e outros meios e mecanismos de acção sobre a língua e a sua difusão. O decreto aplica-se à formação de comissões terminológicas especializadas e neologismos ministeriais compostos principalmente por peritos num

determinado domínio, que são necessários para criar novos termos oficiais. Estes devem, entre outras coisas, incluir todos os casos em que o necessário enriquecimento terminológico do vocabulário francês, com base nas necessidades expressas numa área particular. Através do exame dos termos e definições que são oferecidos por comités especializados, a Comissão chama a atenção para o seu cumprimento e adequação e solicita o parecer da Academia Francesa. Uma vez obtida a sua aprovação, a Comissão Geral publicará os termos e definições no Jornal Oficial, sob a condição do Ministro da pasta competente. Uma vez publicados os termos aceites, os termos e definições adoptados para eles tornam-se obrigatórios para os serviços públicos e instituições públicas, lugar dos termos e expressões em língua estrangeira, bem como nos casos previstos nos artigos 5 e 14 da Lei de 4 de Agosto de 1994 sobre a utilização da língua francesa. Estes termos são publicados no *Bulletin Officiel de l'éducation nationale* (Décret n°96-602 du 3 juillet 1996, art. 10) para permitir uma maior distribuição aos professores.

9. 2. O PAPEL DO ESTADO NO ENRIQUECIMENTO DO SISTEMA FRANCÊS

Segundo o sistema jurídico, o Estado não tem qualquer papel na selecção e decisão em termos especializados que só podem afirmar-se a si próprios. A sua missão moderna é ser um serviço público aos cidadãos que promova o enriquecimento do vocabulário, apoie e coordene as actividades dos participantes que os

neologismos criam para trabalhar na promoção e disseminação de novos termos e para assegurar a sua aplicação e fácil disponibilidade.

O Estado não pode interferir directamente no funcionamento dos comités terminológicos, mas apenas organiza e, como primeiro utilizador, fornece todos os termos de promoção necessários. Coordena a elaboração de listas terminológicas e permite reuniões e cooperação entre comissões especializadas, a Comissão Geral da Academia Francesa .

Além disso, o Estado informa os serviços públicos, os profissionais e o público sobre os novos termos e fornece um exemplo da sua utilização, o que incentiva os seus parceiros a utilizar os termos que recomenda. A responsabilidade pela utilização dos termos publicados refere-se apenas às instituições públicas do Estado (artigo 11), e tais medidas têm um efeito fora do sector estatal.

9. 3. DELEGAÇÃO GERAL PARA A LÍNGUA FRANCESA E AS LÍNGUAS DA FRANÇA

A *Delegação Geral para a língua francesa e para as línguas de França* (*Délégation générale à la langue française et aux langues de France*) é um serviço do Ministério da Cultura e da Comunicação da França e a sua missão é manter a política linguística francesa em relação à língua francesa e às línguas regionais. Trata da implementação da Lei de 4 de Agosto de 1994 e do Decreto de 1996 para o enriquecimento da língua francesa. Juntamente com a Comissão Geral de Terminologia e Neologia, coordena a preparação

de listas terminológicas por comissões especializadas em terminologia e pela Academia Francesa, bem como o funcionamento do banco de dados terminológicos *France Terme*.

Nos termos do artigo 2º do decreto, a Delegação Geral é membro legal de todos os comités sob a sua jurisdição é o Secretariado da Comissão Geral de Terminologia e Neologias. Tem uma coordenação regular com outros parceiros em termos do enriquecimento da língua francesa e da sua promoção, especialmente com outras organizações francófonas responsáveis pela política linguística de um determinado país. É importante aumentar a influência da língua francesa no mundo e satisfazer a necessidade dos termos franceses de uma área especializada de pessoas cujo trabalho está directamente relacionado com a utilização da língua francesa (jornalistas, tradutores em organizações internacionais, etc.).

A Delegação Geral para a língua francesa e a língua francesa também contribui grandemente para o desenvolvimento de instrumentos de informação em francês e aumenta a sua presença na Internet que é utilizada como meio de trabalho como meio de transmissão dos resultados da operação terminológica.

9. 4. O PAPEL DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS EM TERMINOLOGIA E NEOLOGIA

Nos anos 70 do século XX, vários ministérios criaram comissões de terminologia e neologia, o que deu um grande contributo para a criação de novos termos numa determinada área. Além disso, o

Decreto de 1996 impõe a criação de comissões ministeriais compostas por 20 a 30 membros que são representantes do ministério e peritos externos num determinado sector, bem como especialistas em línguas. Estes comités são a base do trabalho terminológico que segue de perto a selecção e utilização dos termos e são constantemente actualizados com os novos desenvolvimentos na sua área. Oferecem equivalentes franceses de termos estrangeiros para quaisquer novos produtos ou conceitos, dando a sua definição e adequando-se a qualquer questão terminológica da sua área. As comissões têm o apoio de um *alto funcionário para a terminologia* (*Haut fonctionnaire de terminologie*) e do serviço, que é nomeado para coordenar e apoiar as actividades numa área específica e para transferir ainda mais soluções terminológicas no seu sector e com parceiros. Existem 18 comissões especializadas em terminologia e neologias encontradas em vários ministérios.

9. 5. A COMISSÃO GERAL DE TERMINOLOGIA E NEOLOGIA

A *Comissão Geral de Terminologia e Neologia* toma uma posição central no sistema de instituições que trabalham para enriquecer a língua francesa. Colocada sob a autoridade do Primeiro-Ministro, coordena as actividades terminológicas globais da rede, define a base metodológica do enriquecimento da língua francesa, estabelece a ligação com a Academia Francesa e examina os termos garantindo a sua conformidade e o acesso à sua publicação. Os seus objectivos são enriquecer e promover a língua francesa, encorajando

o multilinguismo, a tradução de termos estrangeiros em língua francesa, a recolha de dados terminológicos e a estruturação de bases de dados rapidamente acessíveis e o desenvolvimento da francofonia.

A Comissão Geral, juntamente com a Academia Francesa , é responsável pela aprovação dos novos termos propostos pelas comissões especializadas em terminologia e neologia e é responsável pela sua harmonização e ajustamento. Todos os meses, esta comissão avalia e aprova os termos propostos na presença dos presidentes das comissões especializadas e dos peritos designados para o efeito. Ao criar termos, a Comissão Geral estabelece determinados critérios que são cruciais para a adopção de novos termos. O primeiro critério é a necessidade, ou seja, a necessidade de um novo mandato para denotar uma determinada entidade. O segundo critério é a transparência, que determina se o termo está directamente relacionado com a noção, ou com a ideia que significa. O último critério é o termo de boa preparação linguística, que determina se ele respeita o sistema morfológico e sintáctico da língua francesa .

A Comissão Geral preocupa-se com as definições de novos termos que são publicados no Diário da República para formular termos claros, comprehensíveis e da melhor forma possível, porque se destinam não só a especialistas de uma área específica, mas também ao público em geral.

O Comité Geral e as comissões especializadas em terminologia e neologia fazem um programa de enriquecimento terminológico, que é realizado com base nas funções previstas pelo decreto de 1996. Os utilizadores dos novos termos esperam traduzir novos termos

estrangeiros em francês o mais cedo possível. Por conseguinte, a Comissão Geral pretende responder rapidamente às necessidades e exigências e propor a substituição adequada de termos como, por exemplo:

brainstorming (remue-méninges), *Kennedy round* (Négociations Kennedy), *V. I. P. / VIP* (client privilégié), *incentive* (voyage de stimulation, stimulation), *mobbing* (harcèlement), *Benchmarking* (référenciation, étalonnage, parangonnage), *broker* (courtier), *Factoring* (affacturage), *factor* (affacteur), *Gap* (écart), *Lease-back* (cession-bail), *Leasing* (location avec option d'achat / LOA), *outplacement* (replacement externe), *Revolving* (crédit permanent), *Soft landing* (atterrissement en douceur), *Start-up* (jeune poussée), *Couponing* (couponnage), *Duty-free* (boutique hors taxes), *Franchising* (franchisage), *Free alongside ship* (franco long du bord / F. L. B.), *brincar* (aguichage), etc.

Em 2000, a *Comissão Geral de Terminologia e Neologia*, através das suas comissões especializadas, realizou exames sobre todos os termos, expressões e definições publicados no Jornal Oficial de França no período de 1973 a 1996. Os resultados auditados são publicados na lista terminológica que inclui 3000 unidades totalmente revistas. Além disso, folhetos com os termos recentemente criados são emitidos para várias áreas e enviados gratuitamente a todos os departamentos de serviço público e associações relevantes cuja actividade está associada a uma área particular que se pretende listar. Todos os termos, listas e relatórios do Comité Geral estão disponíveis no website *FranceTerme* que é uma base de dados com acesso gratuito à Delegação Geral para a Língua e Línguas Francesas e contém os últimos termos franceses, aprovados pela Comissão Geral de Terminologia. Ao fazê-lo, novos termos estão a

ser promovidos e é dada uma contribuição significativa para o enriquecimento e promoção da língua francesa no mundo.

9. 6. A ACADEMIA FRANCESA

A Academia Francesa é a instância de referência para questões relacionadas com a utilização de palavras em língua francesa e segue o desenvolvimento do vocabulário francês em 1635. Pelo decreto emitido a 3 de Julho de 1996, tem um papel muito importante no enriquecimento do sistema francês. A Academia expressa a sua opinião exigida na Comissão Geral de Terminologia e em cada comissão especializada e é um último recurso para a aprovação dos termos e definições na publicação no Diário da República. Com a sua participação activa em todos os comités, dá uma contribuição significativa no trabalho terminológico e esforça-se num período rápido para dar o seu parecer.

Desde a sua primeira publicação do primeiro decreto para o enriquecimento da língua francesa em 1972, a Academia dá uma contribuição constante nesta área, alimentada pela preocupação de preservar a consistência e clareza da língua francesa. Ela, no seu Dicionário, introduz constantemente novas palavras e significados no vocabulário francês.

9. 7. OUTROS PARCEIROS DO SISTEMA PARA O ENRIQUECIMENTO DA LÍNGUA FRANCESA

Para além dos muitos peritos de diferentes áreas que no trabalho

da comissão contribuem activamente para a sua competência científica, técnica ou linguística, existem muitas organizações na ciência e tecnologia relacionadas com o enriquecimento do sistema francês e participam no estudo e definição de termos.

A Academia de Ciências Naturais (*Académie des sciences*) e a Associação Francesa de Normalização (*AFNOR*) são também membros legais da *Comissão Geral de Terminologia e Neologia*, e todas as comissões especializadas em terminologia e neologia dão uma contribuição significativa para o enriquecimento do francês.

O Centro Nacional de Investigação Científica (*Centre national de la recherche scientifique*) (*CNRS*) com um dos seus laboratórios de documentação terminológica participa nos trabalhos da Comissão Geral de Terminologia e Neologia e das comissões especializadas. O laboratório elabora regularmente fichas documentais para os termos examinados pelas Comissões e organizações francófonas afins, onde são armazenados dados terminológicos, que têm um significado particular para os franceses.

9. 8. COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES FRANCÓFONOS

O artigo 1º do decreto de 1996 prevê o aprofundamento dos contactos com as comissões de terminologia e neologia e outras instituições similares dos países francófonos que trabalham intensamente nesta questão. Em repetidas reuniões, participam especialistas de renome que dão um contributo significativo na compilação das listas terminológicas, o que reduz a possibilidade de correspondência das diferenças terminológicas nos países

francófonos. Grandes bases de dados terminológicos para a língua francesa são um banco de terminologia do *Bank Bureau de la traduction du gouvernement canadien*-(*TERMIUM*) e o banco do *The Office québécois de la langue française*-(*Grand dictionnaire terminologique ou GDT*).

Com os seus milhões de termos, estes bancos representam referências-chave e base para cada trabalho terminológico. Peritos, terminólogos e intérpretes que participam na sua elaboração associada ao sistema francês de instituições que tratam do enriquecimento terminológico da língua francesa e especialistas da Comunidade Francesa da Bélgica. Além disso, existe uma colaboração estabelecida com o *Service de la langue française* do Ministério da Cultura belga e a *Secção de terminologia* do Serviço Federal da Suíça com o seu banco de dados terminológicos (*TERMDAT*).

10. uma visão geral da situação da língua francesa na mídia de massa em franca no final do século 20

Poucos artigos da lei de 1994 sobre a utilização da língua francesa regulamentam a utilização da língua francesa nos programas dos meios de comunicação social (rádio e televisão), o que assegura a utilização da língua francesa e a difusão da francofonia a nível nacional e internacional. São também responsáveis pela difusão de certas quotas de eventos francófonos, para promover a produção dos artistas franceses modernos, e para atribuir as quotas de produção de estações de rádio especializadas

no género. Isto é feito a fim de melhor representar a paleta de música francesa e devido ao crescente desrespeito por certas estações de rádio que não cumprem as suas obrigações de programação.

O Conselho Superior do Audiovisual (Conseil supérieur de l'audiovisuelle) é responsável pela correcta aplicação da língua francesa nesta área, e informa os meios de comunicação social sobre certas utilizações defeituosas da língua, bem como sobre as recomendações para substituir os anglicismos que aparecem regularmente no *Journal officiel de la République française*. As grandes casas dos meios de comunicação social têm os seus próprios conselheiros para o uso correcto da língua francesa quando da difusão dos programas.

As directrizes de 1998 para o desenvolvimento dos programas em língua francesa fora do território francês aumentaram a ajuda financeira aos programas em língua francesa, para que estes estivessem mais presentes nas televisões estrangeiras. Incentivam igualmente o desenvolvimento de programas em língua francesa por satélite e a cooperação com meios de comunicação social estrangeiros, e determinam a actividade dos operadores de televisão destinados a audiências estrangeiras. Motivam igualmente a legendagem dos programas em língua estrangeira, adequados às regiões de difusão, respeitando assim plenamente o princípio do multilinguismo.

A França presta especial atenção e ajuda financeira aos meios de comunicação impressos em língua francesa e às instituições que permitem a sua impressão, contribuindo assim para o cuidado da língua e da cultura. Presta especial atenção à sua produção cinematográfica, que regista um crescimento constante e um

interesse crescente a nível internacional. A ajuda financeira é concedida às realizações cinematográficas, que preenchem plena ou largamente os elevados critérios artísticos e técnicos, às instituições, que contribuem para a difusão da produção cinematográfica francesa, bem como às realizações de referência em cinema em língua francesa ou em língua regional de França.

10. 1. A LÍNGUA FRANCESA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Três artigos da lei de 1994 sobre o uso da língua francesa referem-se a esta área. De acordo com o programa económico e mediático, é obrigatório que a língua francesa seja utilizada na rotulagem, oferta, representação, em manuais de utilização ou em condições de garantia de bens, produtos ou serviços (art. 2). A sua utilização é também obrigatória em todos os anúncios ou programas na rádio ou televisão (art. 12º). Contudo, o artigo 13 estabelece o princípio de utilização da língua francesa e de difusão da francofonia por todas as instituições de radiodifusão. Estão previstas quatro excepções nesta área, relativas à utilização da língua francesa, em termos de realizações cinematográficas e audiovisuais na sua versão original, nas peças musicais em que o texto é total ou parcialmente escrito numa língua estrangeira, nos programas ou mensagens publicitárias numa língua estrangeira cujo objectivo é a aprendizagem da língua ou na difusão de serviços religiosos (Art. 12).

A obrigação das estações de televisão de transmitir certas quotas de eventos francófonos (Décret 90-66, art. 8) e certas quotas

de canções francesas nas estações de rádio (Loi n°94-88, art. 12) está em vigor desde 1990.

Em termos de produção cinematográfica, existem vários mecanismos legais que prevêem ajudas financeiras para realizações em língua francesa , complementadas com o Decreto de 1999 (Décret n°99-130).

O Conseil supérieur de l'audiovisuelle é responsável pela utilização correcta da língua francesa nesta área (Loi n°86-1067, art. 1er). Basicamente, não há violações maiores das disposições relacionadas com a aplicação da língua francesa nesta área (*Rapport au Parlement sur l'application de la loi du 4 août relative à l'emploi de la langue française*, 2000: 88-106). As violações mais comuns são feitas por falta de tradução, ilegibilidade ou erros de gramática nos anúncios. A presença crescente de anglicismos é notada nos programas de rádio e televisão (*La langue française dans tous ses états*, 1999: 43-46), e na imprensa, o que provoca reacções por parte das associações autorizadas para a defesa da língua francesa. O Conselho Superior de Radiodifusão informa regularmente os funcionários destas instituições sobre as irregularidades linguísticas, e também sobre as novas palavras que são publicadas no *Journal officiel de la République française*. As grandes emissoras de televisão nomeiam consultores, que intervêm regularmente em caso de certas irregularidades linguísticas utilizadas durante a emissão. Além disso, são emitidos vários programas com o objectivo de promover e difundir a língua francesa.

Em relação à obrigação das televisões de transmitir 40% das

obras de expressão original francesa (⁷Décret du 17 janvier 1990, art 8, 9), e a maior parte das casas de televisão cumprem esta obrigação.

O sistema de quotas também engloba as canções transmitidas nas estações de rádio. Todas as estações de rádio privadas são obrigadas a transmitir canções francesas em horário nobre desde 1966, metade das quais devem ser de artistas modernos ou fazer parte da nova produção, representando pelo menos 40% da programação global (Loi n°99-130, art. 32). A quota já estabelecida mantém-se com a nova lei de 2000 (Loi n°2000-719), mas são atribuídas quotas para estações de rádio específicas do género. Nomeadamente, as estações de rádio, que alimentam o legado musical francês, devem emitir 60% em língua francesa, 10% dos quais devem fazer parte da nova produção. As estações de rádio que promovem jovens artistas devem emitir 35% de peças musicais francófonas, 25% das quais devem pertencer a artistas mais recentes (Loi n°2000-719, art. 42). As alterações nas quotas de difusão de obras musicais visam uma melhor representação da paleta musical francesa, bem como devido ao crescente desrespeito que as estações de rádio francesas estão a fazer ao não cumprirem a sua obrigação nesta área.

Desde 1998, foi tomada uma decisão que fornece directrizes de desenvolvimento para os programas de língua francesa fora do território da França (Communication du 30 avril 1998). Esta decisão sublinha a necessidade de aumentar a assistência financeira aos

⁷ Filmes ou obras audiovisuais em expressão original francesa significam obras que na sua versão original são total ou principalmente em língua francesa ou regional utilizada em França(Décret du 17 janvier 1990, art. 5).

programas franceses a fim de aumentar a sua presença nas estações de televisão estrangeiras, o desenvolvimento de programas franceses por satélite, e determinar a missão dos operadores de televisão especializados destinados a audiências estrangeiras. Algumas das empresas de televisão estão a legendar os seus programas em várias línguas estrangeiras dependendo da região que cobrem, cumprindo assim plenamente o princípio do multilinguismo.

Várias casas de televisão estabeleceram cooperação com outras instituições similares de outros países do mundo e assistimos ao acordo entre os governos da França e do Canadá a nível estatal, para aumentar a cooperação na produção de espectáculos televisivos de qualidade em francês (Décret n°90-736, art. 2).

A França presta especial atenção aos meios de comunicação impressos em língua francesa. Em 1991, *foi estabelecido* um Fond for French Print Expansion Abroad (*Fonds d'aide à l'expansion de la presse française à l'étranger*). O seu objectivo é a expansão de publicações periódicas e jornais, total ou parcialmente escritos em francês, que contribuem para a expansão da língua, pensamento e cultura francesa fora do país (Arrêté du 25 février 1991, art. 1er, 2). Além disso, no período de 1996-1998, tomámos cinco decisões relativas a uma ajuda financeira para publicações semanais regionais e locais em língua francesa (Décret n°96-410, art. 2), para jornais diários políticos, regionais, comunitários e locais (Décret n°97-1068, art. 2) e para jornais diários nacionais em língua francesa (Décret n°98-714, art. 2). É concedida assistência à transferência fac-símile para as tipografias (Décret n°98-793, art. 1er, 2), bem como para as instituições que permitem a impressão de publicações em francês (Décret n°98-1009, art. 2). A produção cinematográfica em França,

nos últimos anos do século XX, tem registado um aumento constante. Os filmes, que são total ou principalmente realizados em francês ou numa língua regional, desde que satisfaçam os elevados critérios artísticos e técnicos, podem ser apoiados financeiramente em 25% do montante total necessário para a sua realização (Décret n°99-130, art. 32). Podem ser subsidiadas performances cinematográficas de longa metragem (Décret n°99-130, art. 53), bem como curtas metragens, se 80% dos custos do filme forem gastos em França (Décret n°99-130, art. 78), instituições que contribuam para a expansão da produção cinematográfica francesa (Décret n°99-130, art. 109) e produtores cinematográficos de performances de reinvestimento (*œuvres de réinvestissement*)⁸ (Décret n°97-449).

Segundo a *Unifrance*, há um interesse crescente pelos filmes em língua francesa, o que é particularmente visível nos países europeus onde a cultura francófona é tradicionalmente forte, mas o interesse crescente também é visível no Japão (*Rapport au Parlement sur l'application de la loi du 4 août relative à l'emploi de la langue française*, 2000, 99).

⁸As obras de reinvestimento são performances de referência cuja versão original é, total ou principalmente, realizada em francês ou numa língua regional utilizada em França ou numa língua do país do co-produtor maioritário, desde que a sua parte seja pelo menos 50% do preço de custo (Décret n°97-449, art. 4).

CONCLUSÃO (Inglês)

O objectivo do livro "Contemporary language policy of France regarding the French language" é apresentar se e em que medida a França, enquanto Estado, tem vindo a dirigir as suas actividades de forma bem organizada em relação à língua francesa e às línguas faladas no seu território.

Para tal, a primeira coisa que tivemos de fazer foi dar uma definição da noção da qual partimos, ou seja, a noção de *política linguística*, e depois apontar as suas distinções em relação aos seus sinónimos *regulamentação linguística* e *legislação linguística*, que - dependendo do autor da pesquisa ou do país em que são implementadas - podem ser definidas de forma diferente.

Definimos a noção de *política linguística* como um conjunto total de decisões intencionais tomadas e implementadas nas relações entre a língua e a vida social, especialmente a língua e a vida nacional. Em seguida, definimos a noção de *planeamento linguístico* como uma busca e utilização dos meios necessários para a

implementação da política linguística.

Além de apresentar o estado demolidor da língua francesa , cujo conhecimento é necessário para encontrar soluções, que proporcionariam melhores resultados na implementação da política linguística , na segunda parte do livro, fazemos uma revisão teórica da tradição da intervenção linguística em França . A língua francesa tem sido um instrumento eficaz para reforçar o Estado e divulgar a autoridade central que governa a partir de Paris. No passado, o governo sempre quis e procurou modos para difundir as suas ideias e assim subjugar os seus povos. A língua francesa, ou seja, o sotaque parisiense imposto, foi um excelente instrumento a esse respeito. Assim, com a Portaria de Villers-Cotterêts de 1539, conhecida como *Ordonnance de Villers-Cotterets*, a língua francesa foi tornada língua administrativa do reino de França, enquanto - nos anos XVI e XVII c., foram tomadas uma série de decisões segundo as quais a utilização da língua francesa era prescrita para fins oficiais nas regiões francesas em vez das línguas regionais . Além disso, em 1624, foi-lhe permitido defender a tese científica em francês, que fala do enfraquecimento da língua latina, e da imposição da primeira na esfera da educação.

Um acontecimento excepcionalmente significativo é a criação da Academia Francesa por Richelieu em 1635; tem um carácter extraordinariamente nacional e a tarefa de cuidar da língua francesa, purgando-a e tornando-a eloquente e utilizável nas artes e na ciência. O seu dicionário de 1694, que teve numerosas edições até à data, assenta no tradicionalismo de Vaugelas, salientando a consciência da França de que, investindo em actividades, que dizem respeito à língua, a sua autoridade pode ser reforçada tanto a nível nacional

como internacional. Com a criação da Aliança Francesa (*Alliance française*) para a propagação da língua nacional nas colónias e no estrangeiro (*Alliance française pour la propagation de la langue nationale dans les colonies et à l'étranger*) em 1883, confirmou-se a suspeita de que a constelação linguística mundial tinha começado a mudar e que a França já tinha começado a detectar alguma crise ou estagnação da sua posição indiscutível no mundo.

Além disso, a França tem vindo a praticar a intervenção linguística há séculos; além disso, no passado, as autoridades implementaram medidas repressivas para forçar a supressão das línguas regionais em favor do francês. As mensagens vindas da Assembleia Nacional (*Assemblée nationale constituante*) e o discurso de Talleyrand em 1791, em que se dizia que as línguas regionais eram "uma massa de dialectos corrompidos que são os últimos resquícios do feudalismo, e que estão condenados a desaparecer", são bastante claras a esse respeito. Além disso, até a burguesia os viu como um obstáculo à difusão das suas ideias, e juntou-se à luta pela sua aniquilação. Além disso, com o Decreto de 1794, foram expostas ameaças de que os indivíduos que utilizassem uma língua regional seriam despedidos do trabalho e presos, o que fala claramente da posição negativa do Estado em relação a essas línguas.

Na nossa investigação, decidimos sobre o ano de 1966 como ponto de partida da política linguística contemporânea da França em relação à língua francesa. É o ano da criação do Comité Superior para a defesa e expansão da língua francesa (*Haut comité pour la défense et l'expansion de la langue française*), a primeira instituição deste tipo no país, e uma instituição que dá uma nova e mais

sistemática dimensão à defesa da língua, e portanto, uma abordagem especial à mesma.

Dividimos a política linguística contemporânea da França em três períodos, em função das novas situações decorrentes das mudanças e dos suplementos aos objectivos e às tarefas das instituições responsáveis pela protecção e promoção da língua francesa. Identificámos o ano 1984 como o início do segundo período, e o ano 1989 como o início do terceiro período da política linguística contemporânea da França. Cada período é caracterizado com certas características, mas existem características gerais presentes nos três.

Demos muita atenção ao *enriquecimento da terminologia da língua francesa*. A fim de manter a vitalidade da língua antes da onda apressada de numerosas palavras estrangeiras e de satisfazer a necessidade de criação constante de novas, o que ajudaria a acompanhar o ritmo do mundo em rápida mudança, o processo de enriquecimento é conduzido pela estrita adesão às regras morfológicas e sintácticas da língua.

Para além da parte relativa à *prestaçao de informação ao consumidor* e à *protecção do trabalhador*, salientámos também a intenção do Estado de proteger a sua língua antes do afluxo de palavras estrangeiras, particularmente as inglesas no domínio da economia. Concluímos que esta missão tem sido conduzida com sucesso até agora, embora com alguns pequenos lapsos.

Foi dada uma ênfase especial ao uso da língua francesa em *eventos científicos, seminários e congressos, em publicações científicas, bem como na educação*. Estes campos têm um lugar especial na Política Linguística de França porque são particularmente

significativos para a preservação da língua, e por isso considerados como os principais pilares para a sua protecção.

Apesar da primeira impressão de *encorajar o multilinguismo* em vários domínios da vida social, seria ingênuo para um observador concluir que o Estado começou a ser cooperante em relação às outras línguas, pois no fundo reside apenas o seu desejo de protecção contra a hegemonia da língua inglesa. Assim, *encorajar o multilinguismo* serve apenas como uma cobertura para as suas intenções de promover a língua francesa, que através da implementação do multilinguismo em nome de outras entidades se tornaria mais proeminente. A arma poderosa para este fim é a Internet, que chega a todos os cantos do mundo devido à sua configuração.

Os meios de comunicação, a música e a produção cinematográfica também não devem ser esquecidos, pois têm uma enorme influência sobre os falantes da língua. É compreensível que o Estado tenha o cuidado de que eles também tenham o papel de promover a "língua do Estado" - o francês.

Além disso, a França reforçou a *cooperação com os outros países francófonos* com os quais partilha a língua como um tesouro comum. Tomou consciência de que com esforços conjuntos e uma estratégia bem organizada, os resultados pretendidos serão alcançados. Na sequência deste curso, aumentou também a sua cooperação com as instituições internacionais correspondentes, as da União Europeia e as das Nações Unidas, que têm posições-chave e uma influência directa na promoção da língua francesa.

FOR AUTHOR USE ONLY

CONCLUSÃO (Français)

L'objectif du livre intitulé " La politique linguistique contemporaine de la France à l'égard du français " était de donner la réponse à la question comment, dans quelle mesure et vers quelle direction la France oriente ses activités et agit sur les langues parlées sur son territoire.

Para atingir o mas, nós desenvolvemos primeiramente a noção de base, *a política linguística* e o delimitar de outras noções sinónimas, *a gestão linguística* e *a legislação linguística*, podendo ser definidas diferenças entre o linguista e os países onde são aplicadas.

Consideramos a política linguística comme l'ensemble des choix conscients effectués dans le domaine des rapports entre langue et vie sociale, et plus particulièrement entre langue et vie nationale, et

la planification linguistique comme la recherche et la mise en œuvre des moyens nécessaires à l'application d'une politique linguistique.

Além da representação da situação geodemolinguística do francês e das línguas regionais, as informações são indispensáveis para a realização de soluções de aplicação da política linguística, na dupla parte do nosso livre-trânsito, uma breve descrição da tradição da intervenção linguística em França. La langue française était un moyen très efficace pour le renforcement de la position de l'État et l'élargissement du pouvoir du gouvernement centralisé de Paris. Au cours de l'histoire, le gouvernement français avait besoin et cherchait les modalités d'extension de ses idées en vue de la soumission du peuple. A língua francesa (ou a língua parisiense imposta) em était un instrumento excelente. L'Ordonnance de Villers-Cotterêts de 1539 prescrit le français comme langue d'Etat. Au cours du XVI^e et XVII^e siècle, en France, plusieurs arrêtés sont promulgués privilégiant le français au lieu des parlers régionaux. Depuis l'année 1624 on permet même la soutenance des thèses en français, signal de l'affaiblissement de la position du latin et l'imposition de celui-ci dans l'éducation.

Um acontecimento importante na história da política linguística da França, é a criação da Academia Francesa da parte de Richelieu, em 1539, que tem como traço fundamental a protecção da língua francesa para que esta seja pura, eloquente e capaz de ser aplicada na ciência e na arte. Son dictionnaire de 1694, qui était fondé sur la tradition de Vaugelas, ayant vu aussi plusieurs éditions jusqu'aux jours actuels, indique que la France était consciente qu'avec les activités se rapportant au français, elle pourrait renforcer sa place soit à l'intérieur, soit à l'extérieur de son territoire national. A criação da

Aliança Francesa para a propagação da língua francesa nas colónias e no estrangeiro, confirma que a situação linguística mudou e que a França pressionou uma crise ou uma estagnação da sua língua nos quadros internacionais, onde a França tem um lugar inviolável.

D'autre part, en France , il y a une longue tradition de l'intervention linguistique. As autoridades francesas utilizaram igualmente méthodes répressives en vue d'évincer des langues régionales et de promouvoir le français. Les messages sont très clairs. Dans le discours de Talleyrand de 1791, l'un des grands hommes politique de l'époque, devant l'Assemblée nationale, il décrit ces parlers régionaux comme "foule de dialectes corrompus, dernier reste de la féodalité, (qui) sera contrainte de disparaître; la force des choses le commande".

Mais tardio, a burguesia considera os obstáculos da dispersão das suas identidades e o seu contorno de morcegos. O decreto de 1794 ameaça os ouvintes de serem licenciados e emprestados utilizando uma linguagem regional. Cette réaction explique l'attitude négative de la part de l'État par rapport à ces langues.

Em parte dos mas que a França vai tentar alcançar e as medidas que a empresa tem, nós avons divisés sa politique linguistique en deux directions: la politique linguistique à l'égard du français et la politique linguistique à l'égard des langues régionales.

Comme point de départ de la politique linguistique de la France à l'égard du français, nous avons déterminé l'année 1966 où était formé le Haut Comité pour la défense et l'expansion de la langue française, première institution de ce type dans le pays qui représente une dimension systématique en ce qui concerne la défense de la langue et, en même temps, établit des relations particulières avec

elle. Nous avons séparé la politique linguistique à l'égard du français en trois périodes selon la situation et les objectifs des institutions ayant pour but la défense et la promotion de la langue française. Nous avons constaté que la deuxième période de la politique linguistique à l'égard du français commence en 1984, et la troisième en 1989. Chacune d'elles est marquée des traits particuliers, mais il existe des traits généraux présents dans toutes les trois périodes.

Dans cette division, on met un accent particulier sur *l'enrichissement terminologique* de la langue française. Cela s'est fait sur le respect total de ses règles morphosyntaxiques, en vue de protéger sa vitalité linguistique en présence des mots étrangers et le besoin de la création perpétuelle de ses propres mots, reflet du progrès technologique des époques actuelles.

À côté du but primaire, *information du consommateur et la protection de l'ouvrier*, la France a l'intention de défendre sa langue des mots étrangers, particulièrement des anglicismes, très présents dans le domaine de l'économie. Nous avons conclu aussi que la langue française peut se mesurer avec succès aux rapports économiques internationaux et se promouvoir comme langue d'économie. De igual modo, nós constatamos que, se apenas o fizermos, esta missão será favorável, salvo certas omissões involuntárias.

On met l'accent particulier sur l'usage du français *aux séminaires, colloques, et congrès scientifiques*, puis sur l'édition des publications scientifiques, et particulièrement, on fait attention à la situation du français dans *l'éducation*. Ces domaines d'application sont très importants pour la sauvegarde de cette langue et voilà la raison pour laquelle on y prête tellement attention. Nous pouvons dire

que ces domaines sont des pivots de la défense du français, et c'est pourquoi ils ont une position particulière dans la politique linguistique de la France .

Bien que, en un coup d'oeil, l'observateur naïf puisse conclure que l'État à travers l'encouragement du plurilinguisme dans plusieurs domaines de la vie sociale commence à se comporter avec beaucoup d'altruisme par rapport aux autres langues, cependant à l'arrière du phénomène on remarque le besoin d'être protégé de l'hégémonie de la langue anglaise. Derrière ce paravent, la France cache ses intentions de promotion de sa langue française qui à l'aide du plurilinguisme appliqué et des autres sujets dans le monde, pourrait les mettre en évidence. Elle profite de l'internet, arme très puissante présente dans tous les coins du monde.

Il ne faut pas oublier *les médias, la production musicale et cinématographique* qui peuvent aussi avoir un rôle important chez les locuteurs de la langue française. De même, l'Etat en profite et fait en sorte qu'ils deviennent promoteurs de " la langue d'Etat ", le français.

La France continue et renforce la collaboration avec les autres pays francophones avec lesquels elle partage la langue comme une richesse commune. Consciente de que, com uma base colectiva e estratégica bien organisée elle pourrait atteindre les buts souhaitables, la France continue et renforce la collaboration avec les institutions européennes et celles des Nations Unies ayant une position importante et une influence directe sur la promotion du français.

BIBLIOGRAFIA

AULARD, Alphonse : *Histoire politique de la Révolution française : origines et développement de la démocratie et de la république : 1789-1804*, A. Colin, Paris, 1901.

BALIBÁRIO, Renée : *Le colinguisme*, PUF, 1993.

BAZIN, Louis: "La réforme linguistique en Turquie", in *La réforme des langues, histoire et avenir*, tomo 1, Buske Verlag, Hamburgo, 1966.

BECQUER, Annie, CERQUIGLINI, Bernard, & CHOLEVKA, Nicole: *Femme, j'écris ton nom, Guide d'aide à la féminisation des noms des métiers, titres, grades et fonctions*. Institut national de la langue française, La Documentation française, Paris, 1999.

BÉDARD, Édith & MAURAIS, Jacques : *La norme linguistique*, Conseil de la langue française, Québec et Paris, Le Robert, 1983.

BODÉ, Gérard : " L'Ecole et le plurilinguisme en France , 1789-1870 " ; in Daniel COSTE & Jean HÉBRARD (Eds.), *Vers le plurilinguisme?*, *Ecole et politique linguistique*, Hachette, Paris, 1991.

BOURNAY, Jacques & Pierre-Alain PIONNIER: " L'économie française : ruptures et continuités de 1959 à 2006 ", Insee Première, n°1136, mai 2007, 14.03.2021, <http://hussonet.free.fr/ip1136.pdf>

BOYER, Henri : " Les politiques linguistiques ", Trente ans d'étude des langages du politique (1980-2010), *Mots. Les langages du politique* n°94, ENS Editions, Lyon, nov. 2010, p 67-74, 01.03.2015. <http://mots.revues.org/19891>

BRETON, Roland: *La géographie des langues*, P. U. F., Que sais-je?, Paris, 1995.

BULOT, Tierry & Philippe BLANCHET : *Dynamiques de la langue française au 21ième siècle: une introduction à la sociolinguistique*,

2011, 29.03.2015. www.sociolinguistique.fr

BRUNOT, Ferdinand: *Histoire de la langue française des origines à nos jours*, tomo VII: *La Propagation du français en France jusqu' à la fin de l'Ancien Régime*, A. Colin, Paris, 1909.

CALVET, Louis-Jean : " Sur une conception fantaisiste de la langue: la "newspeak" de George Orwell ", in *La Linguistique*, 1, 1969, 101-104.

CALVET, Louis-Jean : *Les politiques linguistiques*, PUF, Paris, 1996.

CALVET, Louis-Jean, *La sociolinguistique*, PUF, Paris, 1998.

CALVET, Louis-Jean: *La guerre des langues et les politiques linguistiques*, Hachette Littératures, Paris, 1999.

CALVET, Louis-Jean : *Pour une écologie des langues du monde*, Plon, Paris, 1999.

CALVET, Louis-Jean : *Le marché aux langues*, Plon, Paris, 2002.

CARCASSONNE, Guy: *Etude sur la compatibilité entre la Charte européenne des langues régionales ou minoritaires et la Constitution : rapport au Premier ministre*, La Documentation française, 1998, 14.03.2021. <https://www.vie-publique.fr/sites/default/files/rapport/pdf/984001697.pdf>

CARON, François : *Histoire économique de la France XIXe - XXe siècle*, ed. Armand Colin, 1995.

CHANSOU, Michel : *L'aménagement lexical en France pendant la période contemporaine, 1950-1994: étude de sociolexicologie*, H. Champion, Paris, 2003.

COOPER, Robert: *Language Planning and Social Change*, Cambridge University Press, New York, 1989.

CORBEIL, Jean-Claude : " Communication ", in *Actes du Colloque international sur l'aménagement linguistique*, Les Presses de

- I'Université Laval, Québec, 1987.
- CRYSTAL, David: *An Encyclopedic Dictionary of Language and Languages*, Blackwell, Oxford, 1992.
- CRYSTAL, David: *The Penguin dictionary of language*, Penguin, Harmondsworth, 1999.
- DUBOIS, Jean et al. : *Dictionnaire de linguistique*, Larousse-Bordas/HER, Paris, 2001.
- DAOUST, Denise & MAURAIS Pierre, "L'aménagement linguistique", in *Politique et aménagement linguistique*, Le Robert, Paris, 1987.
- DAS GUPTA, J. & FERGUSON, C. : "Problems of Language Planning", in *Language Planning Processes*, Mouton, La Haye, 1977.
- DENIAU, Xavier: *La francophonie*, Presses universitaires de France , Paris, 1983.
- FERGUSON, Charles: *Sociolinguistics perspectives, Papers on Language in Society 1959-1994*, Oxford University Press, 1996.
- FISHMAN, Joshua: *Sociolinguistics, a brief Introduction*, Newbury House, Rowley, Massachusetts, 1970.
- FranceTerme, 15.02.2013. <http://www.culture.fr/franceterme>
- GLÜCK, Helmut, *Sprachtheorie und Sprach (en) politik*, Osnabrück, 1981.
- Grand dictionnaire terminologique*, 22.03.2014.
<http://gdt.oqlf.gouv.qc.ca/>
- GREGOIRE, Henri-Baptiste : *Rapport sur la nécessité et les moyens d'anéantir les patois et d'universaliser l'usage de la langue française*, Convention du 16 prairial an II - 28 mai, 1794.
- GUILLAUME, James : *Procès-verbaux du comité de l'instruction publique de la Convention nationale*, Tome II, Imprimerie Nationale,

Paris, 1894.

GUIRAUD, Pierre: *Les mots étrangers*, PUF, Paris, 1971.

HAGÈGE, Claude: *Les Français et les siècles*, Éditions Odile Jacob, Paris, 1987.

HAUGEN, Einar: "Planning for a Standard Language in Modern Norway", em *Anthropological Linguistics*, 1, 3, 1959.

HAUGEN, Einar, *Language Conflict and Language Planning, the Case of Modern Norwegian*, Harvard University Press, Cambridge, 1966.

HAUGEN, Einar, "Linguistics and Language Planning", em William Bright, *Sociolinguistics*, La Haye, Mouton, 1966.

HÖFLER, Manfred: *Dictionnaire des anglicismes*, Larousse, Paris, 1982.

KORDIC, Snjezana: *Jezik i nacionalizam*, Durieux, Zagreb, 2010,01.12.2014.http://bib.irb.hr/datoteka/475567.Jezik_i_nacionalizam.pdf

LACORNE, Denis & JUDT Tony : *La politique de Babel: du monolingisme d'État au plurilinguisme des peuples*, Karthala, Paris, 2002.

La place de la langue française dans les institutions internationales, Ministère de la culture et de la communication, Délégation générale à la langue française, Paris, 2000.

LAPORTE, Pierre-Etienne : " Les mots-clés du discours politique en aménagement linguistique au Québec et au Canada ", in TRUCHOT, Claude et al, *Le plurilinguisme européen*, Champion, Coleção "Politique linguistique", Paris, 1994.

LECLERC, Jacques : *L'aménagement linguistique dans le monde*, TLFQ, Québec, Université Laval, 22.03.2014.

<http://www.axl.cefan.ulaval.ca/>

LECLERC, J. *Histoire de la langue française*, 14.08.2018.

<http://www.axl.cefan.ulaval.ca/francophonie/histLngfrn.htm>

Le Français dans les institutions européennes, République française, Délégation générale à la langue française. Paris, 2000.

L'enrichissement de la langue française, Délégation générale à la langue française et aux langues de France , Références 2011, 01.03.2013.

http://www.dglifc.culture.gouv.fr/publications/enrichissement_2011.pdf

NINYOLES, Rafael: *Estructura social y política lingüística*, Valence, Fernando Torres Editor, 1975.

OSTER, Daniel : *Histoire de l'Académie française*. Vialetay, Paris, 1970.

PERGNIER, Maurice: *Les anglicismes. Perigos ou enriquecimento para a língua francesa?* P.U.F. (coll. Linguistique nouvelle), Paris, 1989.

Petit Larousse illustré, Larousse, Paris, 2005.

PORCHER, Louis : " Les politiques linguistiques ", in *Les cahiers de l'ASDIFLE*, N°7, Paris, 1995.

La langue française dans tous ses états, Rapport des associations, Le Droit de comprendre, Paris, 1999, 12.09.2018.
http://www.langue-francaise.org/Articles_Dossiers/Rapport_DDCO.php

Projet de loi renforçant les droits, la protection et l'information des consommateurs - Position de la CCIP, Chambre de commerce et d'industrie de Paris, 12.09.2001.

<http://www.etudes.ccip.fr/rapport/296-projet-de-loi-renforcant-les->

[droits-protection-information-des-consommateurs](#)

Rapport du 10 septembre 1791 devant l'Assemblée nationale.

Archives parlementaires, 1ère série, tomo XXX, 472.

Rapport au Parlement sur l'application de la loi du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française, Ministère de la culture et de la communication, Délégation générale à la langue française, Paris, 2000,

15.03.2017.

<http://www.culture.gouv.fr/culture/dgflf/rapport/2000/accueil.htm>

Rapport au Parlement sur l'application de la loi du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française, Ministère de la culture et de la communication, Délégation générale à la langue française, 2001, 11.08.2017.

<http://www.ladocumentationfrancaise.fr/var/storage/rapports-publics/014000736/0000.pdf>

Rapport au Parlement sur l'emploi de la langue française, Ministère de la culture et de la communication, Délégation générale à la langue française et aux langues de France , 2005, 15.09.2012.
http://www.dgflflf.culture.gouv.fr/rapport/2005/rapport_parlement_2005.pdf

Rapport sur la féminisation des noms de métier, fonction, grade ou titre au Premier ministre. Paris : Ministère de la culture et de la communication, Commission générale de terminologie et de néologie, 1999.

Rapport annuel d'activités 1999, Ministère de la culture et de la communication, Commission générale de terminologie, Paris, 2000. 20.12.2000.

<http://www.culture.fr/culture/dgflf/rapport/rap-act-99/rap1.html>

Règlement n°1 du 15 avril 1958 portant fixation du régime linguistique

de la Communauté européenne. JORF n°17 du 06 octobre 1958,
0385 - 0386, <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31958R0001:FR:HTML>, 15.11.2018.

Répertoire terminologique (Révision des listes antérieurement publiées), Edição 2000, Commission générale de terminologie et de néologie. (2000). *JORF* du 22 septembre 2000, 14932, Annexe: pagination spéciale 42003-42192.

REY, Alain & REY-DEBOVE, Josette (sous la rédaction de) : *Le Nouveau Petit Robert, Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française, Dictionnaires Le Robert*, Paris, 2004.

REY-DEBOVE, Josette & GAGNON, Gilberte: *Dictionnaire des anglicismes : les mots anglais et américains en français*, Le Robert, Paris, 1990.

RONDEAU, Guy : *Introduction à la terminologie*, Centre éducatif et culturel, Montréal, 1981.

ROSSILLON, Philippe (dir.) : *Atlas de la langue française*, Bordas, Paris, 1995.

ROUSSEAU, Louis-Jean : *Élaboration et mise en œuvre des politiques linguistiques*, 12.01.2015.

<http://termisti.ulb.ac.be/archive/rifal/PDF/rifal26/crf-26-06.pdf>,

SAINT ROBERT, Marie-Josée de: *La politique de la langue française*, PUF, Paris, 2000.

SIBILLE, Jean : *Les Langues régionales*, Flammarion, Paris, 2000.

SCHOELL, Franck: *La langue française dans le monde*, Paris, 1936.

SUSO LÓPEZ, Javier, " Quelques clés pour mieux comprendre le processus de standardisation de la langue française au XVI siècle ", in : J. Suso & R. López (dir.), *Le français face aux défis actuels*.

Histoire, langue et culture, I, EUG, Granada, 2004, 253-270,
15.03.2015.

TOURNIER, Jean: *Les mots anglais du français*, Belin, (coll. *Le français retrouvé*), Paris, 1998.

Trésor de la langue française informatisé, 25.10.2020.
<http://atilf.atilf.fr/>

TRUCHOT, Claude : *L'anglais dans le monde contemporain*, Le Robert, Colecção " L'ordre des mots ", Paris, 1990.

VAN GOETHEM, Herman: *La politique des langues en France , 1620-1804*, in *Revue du Nord*, tomo LXXI, n°281, 1989.

VERPEAUX, Michel: "Liberté d'expression et discours politique", *Annuaire international de justice constitutionnelle*, 23-2007, 2008, 235-249.

WALTER, Henriette & WALTER, Gérard : *Dictionnaire des mots d'origine étrangère*, Larousse, Paris, 1998.

YAGUELLO, M.: *Catalogue des idées reçues sur la langue*, Le Seuil, Paris, 1988.

*

НИКОЛОВСКИ, Зоран: Современата јазична политика политика на на Франција во однос и францускиот регионалните регионалните јазици, Магистерски труд, Филолошки факултет "Блаже Конески", Скопје, 2002.

НИКОЛОВСКИ, Зоран: Англиските лексички заемки во францускиот аспект јазик од 1945-2005 година (лингвистички и социокултурен аспект), Докторска

дисертација, Филолошки факултет "Блаже Конески", Скопје,
2012.

*РИСТЕСКИ Стојан, Создавањето на современиот
современиот македонски македонски литературен јазик,*
Студентски збор, Скопје, 1988.

FOR AUTHOR USE ONLY

CORPUS

Archives parlementaires, 1 ère série, tomo LXXXIII, séance du 8 pluviôse an II, 18, C.N.R.S. , Paris, 1966.

Arrêté du 22 mai 1985 portant création de diplômes de langue française réservés aux personnes de nationalité étrangère, D. E. L. F., D. A. L. F.

Arrêté du 25 février 1991 créant un fonds d'aide à l'expansion de la presse française à l'étranger, JORF n°57 du 7 mars 1991.

Arrêté du 27 mars 2001 portant création d'une commission spécialisée de terminologie et de néologie au ministère de la jeunesse et des sports, JORF n°78 du 27 mars 2001, 5158.

Arrêté du 2 juillet 2001 portant création d'un comité d'orientation pour la simplification du langage administratif, JORF n°152 du 3 juillet 2001, 10624.

Arrêté du 25 juillet 2001 modifiant l'arrêté du 10 décembre 1998 relatif à l'organisation de l'administration centrale du ministère des affaires étrangères, JORF n°173 du 28 juillet 2001, 12220.

Charte européenne des langues régionales ou minoritaires, Rapport explicatif, Les éditions du Conseil de l'Europe, Estrasburgo, 1992.

Circulaires et instructions officielles relatives à l'instruction publique,
tomo II, n°744. (1865), 679-680.

Circulaire du 31 juillet 1974 relative à l'élaboration des projets de loi
et des textes publiés au *JORF*.

Circulaire du 14 juin 1983 relative à l'élaboration des projets de loi.

Circulaire du 11 mars 1986 relative à la féminisation des noms de
métier, fonction, grade ou titre, *JORF* du 16 mars 1986, 4267.

Circulaire du 2 janvier 1993 relative aux règles d'élaboration, de
signature et de publication des textes au *Journal officiel* et à la mise
en œuvre de procédures particulières incombant au Premier
ministre, *JORF* n°5 du 7 janvier 1993, 384.

Circulaire du 12 avril 1994 relative à l'emploi de la langue française
par les agents publics, *JORF* n°92 du 20 avril 1994, 5773.

Circulaire du 20 septembre 1994 relative aux règles applicables aux
nominations des membres des conseils et des dirigeants des
établissements publics et entreprises du secteur public, *JORF*
n°223 du 25 septembre 1994, 13637.

Circulaire du 19 mars 1996 concernant l'application de la loi n° 94-665
du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française, *JORF* n°68
du 20 mars 1996.

Circulaire du 15 mai 1996 relative à la communication, à l'information
et à la documentation des services de l'Etat sur les nouveaux
réseaux de télécommunication, *JORF* n°116 du 19 mai 1996, 7549.

Circulaire du 30 janvier 1997 relative aux règles d'élaboration, de
signature et de publication des textes au *Journal officiel* et à la mise
en œuvre de procédures particulières incombant au Premier
ministre, *JORF* n°27 du 1 février 1997, 1720.

Circulaire du 6 mars 1997 relative à l'emploi de français dans les

systèmes d'information et de communication des administrations et établissements publics de l'Etat, JORF n°67 du 20 mars 1997, 4359.

Circulaire du 30 mai 1997 relative à l'élaboration et à la conclusion des accords internationaux, *JORF* n°125 du 31 mai 1997, 8415.

Circulaire du 6 mars 1998 relative à la féminisation des noms de métier, fonction, grade ou titre, *JORF* n°57 du 8 mars 1998, p. 3565.

Circulaire du 7 octobre 1999 relative aux sites internet des services et des établissements publics de l'Etat, *JORF* n°237 du 12 octobre 1999, 15167.

Code de la consommation, 15.03.2021.

<https://www.legifrance.gouv.fr/codes/id/LEGITEXT000006069565/>

Code des assurances, 15.03.2021,

<http://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006073984>

Code du travail, 15.03.2021.

<https://www.legifrance.gouv.fr/codes/id/LEGITEXT000006072050/>

Código penal, 15.03.2021.

<https://www.legifrance.gouv.fr/codes/id/LEGITEXT000006070719/>

Código civil, 13.04.2021.

<https://www.legifrance.gouv.fr/codes/id/LEGITEXT000006070721/>

Código de comércio, 13.04.2012.

https://www.legifrance.gouv.fr/codes/texte_lc/LEGITEXT000005634

379

Code de procedure penale, 13.04.2021.

<https://www.legifrance.gouv.fr/codes/id/LEGITEXT000006071154/>

Communication du ministre des affaires étrangères au Conseil des

ministres du 30 avril 1998.

Constitution du 4 octobre 1958, JORF du 5 octobre 1958, 238, 9151, 12.08.2018.

<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=LEGITEXT000006071194>

Décision n°94-345 DC du 29 juillet 1994, 15.03.2021.

<https://www.conseil-constitutionnel.fr/decision/1994/94345DC.htm>

Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen de 1789, 15.03.2021. <https://www.conseil-constitutionnel.fr/le-bloc-de-constitutionnalite/declaration-des-droits-de-l-homme-et-du-citoyen-de-1789>

Décret du 5 brumaire an II-26 octobre 1792.

Décret du II Thermidor an II-20 juillet 1794. Recueil Duvergier, 275, 15.03.2021.

<https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000000295886>

Décret du 24 prairial an XI-13 juin 1803, Bulletin des lois, 3e série, tome VIII, 2e semestre an XI, n°292, loi n° 2881, 598-599.

Décret n°66-203 du 31 mars 1966 portant création d'un Haut Comité pour la défense et l'expansion de la langue française, JORF du 7 avril 1966, 2795.

Décret n°72-19 du 7 janvier 1972 relatif à l'enrichissement de la langue française, JORF du 9 janvier 1972.

Décret n°73-194 du 24 février 1973 modifiant le décret n° 66-203 du 31 mars 1966 portant création d'un Haut Comité pour la défense et l'expansion de la langue française, JORF du 28 février 1973.

Décret n°80-414 du 11 juin 1980 modifiant le décret n° 66- 203 du 31 mars 1966 portant création d'un Haut Comité de la langue française, JORF du 13 juin 1980.

Décret n°84-91 du 9 février 1984 instituant un commissariat général et un comité consultatif de la langue française, JORF du 10 février 1984.

Décret n°84-171 du 12 mars 1984 instituant un Haut Conseil de la francophonie, JORF du 13 mars 1984.

Décret du 13 novembre 1987 portant approbation des cahiers des missions et des charges de la société Radio France et de l'Institut national de l'audiovisuel.

Décret n°88-886 du 22 août 1988 relatif aux attributions du ministre délégué auprès du ministre d'État, ministre des affaires étrangères, chargé de la francophonie, JORF du 23 août 1988.

Décret n°89-403 du 2 juin 1989 instituant un Conseil supérieur de la langue française et une Délégation générale à la langue française, JORF du 22 juin 1989.

Décret 90-66 du 17 janvier 1990 pour l'application du 2^e de l'article 27 et du 2^e de l'article 70 de la loi n°86-1067 du 30 septembre 1986 modifiée relative à la liberté de communication et fixant les principes généraux concernant la diffusion des œuvres cinématographiques et audiovisuelles.

Décret n°90-736 du 9 août 1990 portant publication de l'accord entre le Gouvernement de la République française et le Gouvernement du Canada relatif au développement de projets de coproduction audiovisuelle télévisée de langue française, signé à Ottawa le 14 mars 1990, JORF n°189 du 17 août 1990.

Décret n°91-1094 du 21 octobre 1991 relatif aux attributions du ministre délégué à la francophonie, JORF n°247 du 22 octobre 1991, 13834.

Décret n°92-279 du 27 mars 1992 modifiant le décret n° 90-66 du 17

janvier 1990 pris pour l'application du 2° de l'article 27 et du 2° de l'article 70 de la loi n°86-1067 du 30 septembre 1986 modifié relative à la liberté de communication et fixant les principes généraux concernant la diffusion des œuvres cinématographiques et audiovisuelles, JORF n° 75 du 28 mars 1992.

Décret n°92-1230 du 24 novembre 1992 portant modification du décret n° 59-733 du 16 juin 1959 modifié relatif au soutien financier de l'Etat à l'industrie cinématographique et du décret du 16 juin 1959 modifié relatif au soutien financier de l'Etat à l'industrie cinématographique, JORF n° 274 du 25 novembre 1992.

Décret n°92-1231 du 24 novembre 1992 relatif aux attributions du secrétaire d'Etat à la francophonie et aux relations culturelles extérieures, JORF n°274 du 25 novembre 1992, 16121.

Décret n°92-1273 du 7 décembre 1992 modifiant le décret n° 86-175 du 6 février 1986 modifié relatif au soutien financier de l'Etat à l'industrie des programmes audiovisuels, JORF n° 286 du 9 décembre 1992.

Décret n° 93-397 du 19 mars 1993 relatif au Centre national du livre, JORF n°68 du 21 mars 1993.

Décret n°93-797 du 16 avril 1993 relatif aux attributions du ministre de la culture et de la francophonie, JORF n°92 du 19 avril 1993, 6432.

Décret n°93-1328 du 16 décembre 1993 portant modification du décret n°59-1512 du 30 décembre 1959 modifié portant application des dispositions du décret du 16 juin 1959 modifié relatif au soutien financier de l'Etat à l'industrie cinématographique, JORF n°297 du 23 décembre 1993.

Décret n°95-110 du 2 février 1995 relatif au soutien financier de l'Etat

à l'industrie des programmes audiovisuels, JORF n° 29 du 3 février 1995.

Décret n°95-240 du 3 mars 1995 pris pour l'application de la loi n°94-665 du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française, JORF n°55 du 5 mars 1995.

Décret n°95-461 du 26 avril 1995 portant modification du décret n° 59-1512 du 30 décembre 1959 modifié portant application des dispositions du décret du 16 juin 1959 modifié relatif au soutien financier de l'Etat à l'industrie cinématographique, JORF n°100 du 28 avril 1995.

Décret n°95-770 du 8 juin 1995 relatif aux attributions du ministre de la culture.

Décret n°96-410 du 10 mai 1996 instituant une aide aux publications hebdomadaires régionales et locales, JORF n°114 du 16 mai 1996.

Décret n°96-421 du 13 mai 1996 modifiant le décret n°93-397 du 19 mars 1993 relatif au Centre national du livre, JORF n°115 du 18 mai 1996.

Décret n°96-602 du 3 juillet 1996 relatif à l'enrichissement de la langue française, JORF n°155 du 5 juillet 1996, 10169-10170.

Décret n°96-235 du 21 mars 1996, modifications apportées au décret n° 89- 403 du 2 juin 1989 instituant un Conseil supérieur de la langue française et une Délégation générale à la langue française.

Décret n°97-449 du 29 avril 1997 modifiant les décrets n°59-733 du 16 juin 1959 relatif au soutien financier de l'Etat à l'industrie cinématographique et n°59-1512 du 30 décembre 1959 portant application des dispositions du décret du 16 juin 1959 précité, JORF du 7 mai 1997.

Décret n°97-1068 du 20 novembre 1997 modifiant le décret n°89-528

du 28 juillet 1989 instituant une aide aux quotidiens régionaux, départementaux et locaux d'information politique et générale à faible ressources de petites annonces, JORF n°270 du 21 novembre 1997.

Décret n°98-714 du 17 août 1998 modifiant le décret n°86-616 du 12 mars 1986 instituant une aide aux quotidiens nationaux d'information politique et générale à faibles ressources publicitaires, JORF n°190 du 19 août 1998.

Décret n°98-793 du 4 septembre 1998 instituant une aide à la transmission par fac-similé des quotidiens, JORF n°206 du 6 septembre 1998.

Décret n°98-1009 du 6 novembre 1998 relatif au fonds d'aide au portage de la presse, JORF n°260 du 8 novembre 1998.

Décret n°99-130 du 24 février 1999 relatif au soutien financier de l'industrie cinématographique, JORF n°47 du 25 février 1999.

Décret n°99-870 du 12 octobre 1999 portant modification du décret n° 89-403 du 2 juin 1989 instituant un Conseil supérieur de la langue française et une Délégation générale à la langue française, JORF n°239 du 14 octobre 1999.

Décret n°2001-646 du 18 juillet 2001 modifiant le décret n° 89-403 du 2 juin 1989 instituant un Conseil supérieur de la langue française et une Délégation générale à la langue française et abrogeant le décret n° 96-1101 du 10 décembre 1996 portant statut d'emploi du délégué général à la langue française. JORF n°166 du 20 juillet 2001, 11694.

Décret n° 2015-341 du 25 mars 2015 modifiant le décret n° 96-602 du 3 juillet 1996 relatif à l'enrichissement de la langue française. JORF n°73 du 27 mars 2015, 5578.

F/17 Instruction publique, État général des fonds des Archives nationales, Paris, 2009.

Loi n°51-46 du 11 janvier 1951 relative à l'enseignement des langues et dialectes locaux *Loi Deixonne*, JORF du 13 janvier 1951, 483.

Loi n°75-620 du 11 juillet 1975 relative à l'éducation, JORF du 12 juillet 1975.

Loi n°75-1349 du 31 décembre 1975 relative à l'emploi de la langue française, JORF du 4 janvier 1976.

Loi n°82-652 du 29 juillet 1982 relative à la communication audiovisuelle, JORF du 30 juillet 1982.

Loi n°84-52 du 26 janvier 1984 sur l'enseignement supérieur, JORF du 27 janvier 1984.

Loi n°86-1067 du 30 septembre 1986 relative à la liberté de communication.

Loi n°89-486 du 10 juillet 1989 d'orientation sur l'éducation, JORF du 14 juillet 1989 et B. O. spécial n°4 du 31 août 1989.

Loi n°90-588 du 6 juillet 1990 portant création de l'Agence pour l'enseignement français à l'étranger, JORF n°159 du 11 juillet 1990.

Loi constitutionnelle n°92-554 du 25 juin 1992 ajoutant à la Constitution un titre: Des Communautés européennes et de l'Union européenne, JORF du 26 juin 1992.

Loi n°94-88 du 1er février 1994 modifiant la loi n°86-1067 du 30 septembre 1986 relative à la liberté de communication, JORF n°27 du 2 février 1994.

Loi n°94-665 du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française, JORF, n°180 du 5 août 1994.

Loi n°97-1019 du 28 octobre 1997 portant réforme du service national, JORF, n°260 du 8 novembre 1997.

Loi n°98-657 du 29 juillet 1998 d'orientation relative à la lutte contre les exclusions, JORF n°175 du 31 juillet 1998.

Loi n°2000-719 du 1er août 2000 modifiant la loi n°86-1067 du 30 septembre 1986 relative à la liberté de communication, JORF n°177 du 2 août 2000.

Loi constitutionnelle n°2008-724 du 23 juillet 2008 de modernisation des institutions de la Ve République. JORF du 24 juillet 2008, 171, 11890

Ordonnance du 25 août 1539 sur le fait de la justice (dite ordonnance de Villers-Cotterêts), 15.03.2021.

<https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/LEGITEXT000006070939/>

Ordonnance de 1563, dite de Roussillon, arte. 35. 24.08.2009.

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k858577n>

FOR AUTHOR USE ONLY

ANEXOS

INDEX TERM

RESUMOS & CONCLUSÕES

FOR AUTHOR USE ONLY

INDEX TERM

Délégation générale à la langue française et aux langues de France, 48, 54, 59, 73, 87, 87, 116, 117, 139

Eventos, seminários e congressos, 67, 68, 142, 143

França, 1, 3, 5, 11, 12, 13, 14, 20, 32, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 79, 80, 81, 84, 87, 91, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 118, 124, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154

Países francófonos, 57, 59, 61, 62, 73, 79, 80, 82, 83, 84, 93, 140, 144, 145, 146, 149

Academia Francesa, 42, 61, 83, 85, 87, 87, 89, 91, 102, 145, 146, 148, 149

língua francesa, 11, 12, 23, 29, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147,

- 148, 149, 150, 151
- Revolução Francesa, 40
- Comissão Geral de Terminologia e Neologia, 89, 90, 92, 148
- Delegação Geral para a língua francesa e as línguas da França, 48, 68, 71
- informar o consumidor, 53, 140, 141
- interacção, 72, 144, 145, 147
- legislação linguística, 11, 19, 20, 22, 38, 101, 133, 134, 137
- gestão linguística, 36, 37, 38, 136, 137
- planeamento linguístico, 11, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 67, 101, 133, 134, 135, 136, 137
- política linguística, 11, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 43, 47, 48, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 62, 67, 72, 76, 80, 87, 87, 88, 101, 103, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 149, 150, 151, 154
- política linguística da França, 39, 40, 53, 103, 138, 140
- padronização linguística, 36, 134, 135
- meios de comunicação, 11, 12, 36, 38, 49, 53, 59, 61, 94, 105, 137, 140, 149, 150, 151
- períodos da política linguística contemporânea, 139, 140
- serviços públicos, 11, 49, 53, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 82, 83, 83, 86, 87, 144, 145, 146, 149
- línguas regionais, 12, 39, 40, 43, 45, 47, 48, 57, 59, 70, 87, 102, 138
- ciência, 11, 25, 36, 42, 53, 59, 92, 102, 108, 143
- língua padrão, 30, 31, 134, 135, 136
- tecnologia, 11, 36, 53, 54, 59, 79, 79, 81, 92, 143
- enriquecimento terminológico, 73, 84, 85, 90, 93, 144, 146, 148
- tradução, 20, 30, 46, 56, 60, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 77, 79, 89, 96, 136, 143, 144, 145, 150
- protecção dos trabalhadores, 141

RESUMOS & CONCLUSÕES

1. TERMO POLÍTICA LINGUÍSTICA

Resumo: Este capítulo tentará definir a noção de *política linguística* e perguntar, no que diz respeito aos seus outros sinónimos, o *planeamento linguístico* e a *legislação linguística*. Além disso, será dada especial atenção aos termos acima mencionados, a fim de clarificar as relações entre eles e contribuir assim para a determinação do termo *política linguística*.

Palavras-chave: política linguística , planeamento linguístico , legislação linguística

Conclusão: Ao determinar o *termopolítica linguística* é necessário descrever várias outras partes, implicitamente, do conceito temático e da *política linguística* acima referidos (no sentido restrito), *planeamento linguístico e legislação linguística* . Estes, pela sua determinação, são um complemento necessário e tornam a ideia temática mais exacta. As *políticas linguísticas* em si contêm qualquer decisão de dirigir e editar a utilização de uma ou mais línguas na comunicação com uma organização ou na execução de qualquer

serviço, independentemente da natureza ou dimensão da organização ou da forma dessa decisão. O *planeamento linguístico* abrange todas as medidas tomadas pelo Estado que rege o uso de línguas no seu território. Quando o Estado está determinado a intervir, adoptando legislação e regulamentação para estabelecer a relação das actuais línguas e áreas de utilização, trata-se de *legislação linguística*.

2. PLANEAMENTO LINGUÍSTICO E NORMALIZAÇÃO LINGUÍSTICA

Resumo: Este capítulo trata dos conceitos de *planeamento* e *normalização linguística*, que estão em relação directa com o conceito de *política linguística*. Em conformidade com o referido, as posições de vários linguistas sobre os fenómenos a/s são apresentadas como o tema dos seus estudos e benéficas para dar conta desta questão. O *planeamento linguístico* engloba mudanças na língua, mudanças nas relações entre as línguas, bem como a actuação humana sobre as línguas e as suas inter-relações. A *normalização linguística* significa concepção ou pesquisa de regras ortográficas e gramaticais, que são comuns a todos os utilizadores de uma língua, visando assim a expansão da sua utilização no maior número possível de áreas da vida humana. A *língua padrão* é uma variante referencial unitária planeada e concebida, cujo objectivo é proporcionar coesão cultural, política e social no território em que é oficial. Ao elaborar estes conceitos, é apresentada a tentativa do homem de agir sobre a língua e os seus efeitos.

Palavras-chave: planeamento linguístico , normalização linguística , língua padrão

Conclusão: A palavra *planificação* entrou na língua francesa na segunda metade do século XX como um termo de economia utilizado para significar organização por um plano específico. Mais tarde, Haugen define-o como uma actividade humana derivada da necessidade de encontrar uma solução para um problema. Segundo ele, *oplaneamento linguístico* é uma parte da Linguística Aplicada, enquanto que Fishman o vê como uma parte da Sociolinguística Aplicada. Ferguson e Das Gupta salientam que o planeamento linguístico é uma nova actividade e que estas actividades no campo da língua fazem parte do planeamento nacional.

O *planeamento linguístico* implica mudanças na língua, mudanças nas relações entre as línguas e na potencial actuação dos seres humanos sobre as línguas e as suas inter-relações.

De acordo com Calvet, a *política linguística* define as diferenças entre o estado linguístico inicial- insatisfatório e o estado linguístico alvo-satisfatório. A realização de actividades entre estes dois aspectos faz parte do planeamento linguístico.

A *padronização linguística* baseia-se na padronização que é um fenómeno socioeconómico que data da primeira metade do século XX. O seu objectivo é mitigar e aumentar o intercâmbio comercial a nível internacional, e tende a unificar - ou seja, a padronizar todo o estilo de vida. A *normalização linguística* significa a concepção ou pesquisa de regras ortográficas e gramaticais, que são comuns a todos os utilizadores de uma língua, visando assim a expansão da sua utilização no maior número possível de áreas da vida humana.

O processo de padronização depende da *política linguística*

seleccionada. A normalização de uma determinada língua significa agir sobre o *sistema de escrita* ou o *alfabeto*, a *lexicalidade* e as *formas dialectais*. Inclui a elaboração de dicionários, a elaboração de ortografia e gramática, o estabelecimento de uma ortoepia normalizada, a fundação de instituições e associações para a promoção da língua, o fomento da escrita literária e da tradução, o fomento da sua utilização em todas as esferas da vida pública, a oficialização tanto do seu estatuto como do seu uso, etc.

Alíngua padrão é uma variante referencial unitária planeada e concebida que deriva dos seus dialectos ou do mesmo sistema dialectal. O seu objectivo é proporcionar coesão cultural, política e social no território em que é oficialmente padrão - ou seja, língua nacional. Ao referir-se à língua padrão, a frase língua literária é também utilizada, embora os falantes educados a utilizem tanto na comunicação escrita como na oral.

3. POLÍTICA LINGUÍSTICA, PLANEAMENTO LINGUÍSTICO OU GESTÃO LINGUÍSTICA

Abstrato. Neste capítulo mostramos as atitudes de vários linguistas (Haugen, Calvet, Cooper, Dubois, Fishman, Crystal, Corbeil, etc.) que examinam minuciosamente os termos *política linguística*, *planeamento linguístico* e *gestão linguística* dão um forte contributo para a elaboração do problema linguístico. Ao determinar os termos acima é crucial descrever vários outros, implícitos, que fazem parte da ideia acima e você e, mais amplamente definidos, como são o *planeamento de corpus* e o *planeamento do estatuto*. Por

conseguinte, este capítulo tentará clarificar as relações entre eles e contribuir para a sua determinação.

Palavras-chave:política linguística , planeamento linguístico , gestão linguística

Conclusão: Embora a língua seja tão antiga como a política e as relações entre línguas e sociedades, mesmo nas décadas de 60 e 70 do século XX elaboraram conceitos de primeira *política linguística* e definem os seus métodos com os seus estudos, que resultam da observação de acções de modo a que a língua em muitos países de todo o mundo.

A *política linguística* é um conjunto de decisões conscientes tomadas na relação entre a língua e a vida social, especialmente entre a língua e a vida nacional (Calvet), então, um conjunto de medidas, planos ou estratégias destinadas a regular o estatuto e a forma de uma ou mais línguas (Dubois) ou o termo acção voluntária de um determinado país, entidade ou grupo cujo objectivo é proteger e desenvolver a sua língua e cultura (Porcher). No Quebec, é também um meio de determinar o estatuto de uma língua claramente expresso através de um texto formal que especifica explicitamente como esse estatuto em particular é realizado.

A *gestão linguística* engloba actividades que tem de encomendar antes de um determinado estatuto de destacamento de uma determinada língua ou da sua utilização para formação em áreas específicas ou para funções específicas (Quebec). Refere-se ao papel que as línguas nacionais têm no sistema escolar e para que este seja eficaz; deve haver um conceito global e fases de exercício (Corbeil). Segundo a *gestão linguística* bretã pode ser *externa* (quando a legislação inclui *legislação linguística* e o seu objectivo é

promover as línguas e a sua utilização em determinadas áreas sociais (educação, meios de comunicação de massas, administração, etc.) e *interna* (utilizando a normalização de certas línguas, ou seja, *engenharia linguística*).

O *planeamento linguístico* é um requisito e a utilização de recursos é necessária para a implementação da *política linguística* (Calvet), depois uma tentativa deliberada, sistemática e teoricamente bem fundamentada de resolver os problemas de comunicação de uma determinada comunidade através do estudo das línguas ou dialectos que nela se encontram e formando a *política linguística* oficial que estaria relacionada com a sua selecção e aplicação da *engenharia linguística* (Crystal). No Québec, o termo *gestão linguística* é mais preferível em relação ao termo *planeamento linguístico* e, assim, a conotação de intervenção planeada pelo Estado está a ser evitada.

4. UMA VISÃO GERAL DA POLÍTICA LINGUÍSTICA DA FRANÇA

Resumo: O objectivo deste capítulo é fornecer uma visão geral da política linguística da França em relação ao francês e às línguas regionais . Iniciamos a panorâmica a partir do período renascentista, quando o sentimento nacional francês começou a formar-se e o carácter distintivo da nação francesa começou a manifestar-se, levando a uma maior utilização da língua francesa e a uma substituição gradual das línguas regionais. Tendo em consideração o facto de que após a Revolução Francesa de 1789, a política de unidade da nação francesa se intensificou e assim as direcções de acção nas línguas do seu território mudaram, dividimos a visão geral

da política linguística da França em duas partes: antes e depois da Revolução. Para os revolucionários, a ignorância da língua francesa foi um obstáculo para a democracia e para a difusão das ideias revolucionárias, alargando assim a superação das línguas regionais ao longo do século ^{XIX} e início do século ^{XX}. Após a Segunda Guerra Mundial, as línguas e culturas regionais receberam mais atenção e foram consideradas como um tesouro que precisava de ser preservado e o seu desaparecimento evitado. De acordo com as relações e as actividades linguísticas empreendidas pela França no período contemporâneo, distinguimos a política linguística em relação à língua francesa e a política linguística em relação às línguas regionais.

Palavras-chave: política linguística , França , língua francesa , línguas regionais

Conclusão: Com base na análise dos documentos relacionados com a política linguística da França relativamente ao francês e às línguas regionais, tentámos dar uma visão geral da política linguística da França. Iniciámos a panorâmica a partir do período renascentista, quando o sentimento nacional francês foi criado e o carácter distintivo da nação francesa se manifestou. Isto aumentou a utilização da língua francesa , enquanto que a utilização das línguas regionais foi reduzida. A visão geral da política linguística da França está dividida no período antes e depois da Revolução Francesa de 1789, porque intensificou a política de unidade da nação francesa. Influencia directamente a política a favor da língua francesa através da qual a democracia e as ideias revolucionárias são transferidas. Durante o século ^{XIX} e o início do século ^{XX}, a substituição das línguas regionais continua, e após a Segunda

Guerra Mundial, estas são objecto de maior atenção e consideradas como parte do património cultural francês. Distinguimos a política linguística em relação à língua francesa e a política linguística em relação às línguas regionais.

5. PERÍODOS DA POLÍTICA LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA DA FRANÇA EM RELAÇÃO À LÍNGUA FRANCESA

Resumo: O objectivo deste capítulo de investigação é categorizar os períodos da política linguística contemporânea da França em relação à língua francesa . Para este efeito, realizámos uma análise de várias unidades administrativas relacionadas com a política linguística no que respeita à língua francesa. De acordo com os modos de trabalho e actuação das instituições responsáveis pela sua defesa, distinguimos três períodos da política linguística contemporânea: 1. 1966-1984 - O período de actuação do *Haut comité pour la défense et l'expansion de la langue française*, 2. 1984-1989 - O período de actuação do *Commissariat général de la langue française* e do *Comité consultif de la langue française* e 3. 1989-2001 - O período de funções do *Conseil supérieur de la langue française* e do *Délégation générale à la langue française et aux langues de France* .

Palavras-chave: política linguística , França , língua francesa , períodos

Conclusão: Tomámos o ano 1966 como ponto de partida da política linguística contemporânea da França em relação à língua francesa porque é o ano em que foi fundado o *Haut comité pour la*

défense et l'expansion de la langue française, dando uma nova dimensão sistemática à protecção da língua francesa e estabelecendo uma posição especial em relação a esta questão. Uma vez que os objectivos e responsabilidades das instituições responsáveis pela protecção e valorização da língua francesa são alterados e emendados, o mesmo acontece com os períodos da política linguística contemporânea da França em relação à língua francesa. Temos três períodos de política linguística contemporânea da França. Cada período comprehende características específicas que os marcam respectivamente, mas existem características comuns aos três períodos.

A fim de manter a vitalidade da língua apesar da inundação de numerosas palavras estrangeiras e da necessidade de criação contínua de novas palavras francesas para responder ao mundo em rápida mudança dos novos tempos, foi tomado especial cuidado no que diz respeito à *melhoria da terminologia da língua francesa*. Para além do objectivo original, que se refere à *informação do consumidor* e à *protecção do trabalhador*, foi dada ênfase à intenção do Estado de proteger a sua língua contra a intrusão de palavras estrangeiras, especialmente as inglesas. Foi colocada uma forte ênfase na utilização da língua francesa em *reuniões e eventos científicos* e em *publicações científicas, bem como na educação*. Estas áreas são as principais colunas de protecção da língua e, portanto, têm um lugar especial na política linguística da França.

O *encorajamento do multilinguismo* em várias áreas da vida social reflecte a tendência do Estado para proporcionar protecção contra a hegemonia da língua inglesa e para promover a língua francesa . Para este fim, a França utiliza a *Internet, os meios de*

comunicação social e a produção cinematográfica e musical, e reforça a sua cooperação com os outros países francófonos e com a UE e a ONU através da promoção da língua francesa.

6. A LÍNGUA FRANCESA COMO MEIO DE INFORMAR O CONSUMIDOR E A PROTECÇÃO DOS TRABALHADORES

Resumo: Neste capítulo, queremos apresentar o papel que a língua francesa tem como meio de informar o consumidor e como meio de proteger o trabalhador. Para este efeito, faremos uma análise da lei sobre o uso da língua francesa, do Código do Trabalho e de outras disposições estatutárias. Mostrará também a aplicação destas disposições legais com base nos relatórios do Ministério da Cultura e das instituições autorizadas para a protecção da língua francesa em França.

Palavras-chave: Francês, informar o consumidor , protecção dos trabalhadores

Conclusão: Devido à largura do campo e para melhor análise e apresentação, está dividido em duas sub-áreas: *Informar o consumidor e a protecção dos trabalhadores.*

Em termos de *informação ao consumidor* prevê a utilização obrigatória da língua francesa na rotulagem, oferta, apresentação, método de utilização, descrição do conteúdo e dos termos de garantia do produto, serviços, todas as facturas e recibos. Ao traduzir para outras línguas, a inscrição em francês deve ser tão comprehensível como os sinais de outras línguas estrangeiras. Certas instituições autorizadas exercem um controlo contínuo da língua nesta área, e os infractores são previstos e as sanções legais

apropriadas.

No exercício do controlo, será dada prioridade aos produtos e serviços que estejam directamente relacionados com a segurança e saúde dos consumidores. De acordo com relatórios sobre a utilização da língua francesa nesta área, o número de controlos está em constante crescimento, e uma tendência para reduzir as violações identificadas, devido à crescente consciencialização do público para as disposições da lei.

No exercício do controlo sobre o uso da língua nesta área envolvidas e associações autorizadas para a protecção da língua francesa que podem iniciar processos criminais contra as disposições legais não respeitadas, para aconselhar todas as partes que o solicitem, e preparar mais campanhas nos meios de comunicação social sobre o uso correcto da língua. Regulamentos relativos à utilização da língua francesa aplicados no sector dos seguros, que fornecem informações ao segurado enquanto consumidor.

Além disso, em relação à *protecção do trabalhador*, as principais disposições legais exigem a utilização obrigatória da língua francesa e a celebração de contratos na legislação interna das empresas, acordos e contratos colectivos de trabalho e ofertas de emprego por todos os serviços que constituem o território da França .

O controlo da utilização da língua francesa nesta área está a ser levado a cabo pela inspecção do trabalho e sindicatos profissionais que podem iniciar processos judiciais. Segundo as instituições autorizadas, cada vez mais empresas francesas utilizam o inglês como língua de trabalho na comunicação com parceiros comerciais estrangeiros. A nível interno, não existem problemas na aplicação da

língua francesa nos contratos, na regulamentação jurídica interna das empresas e nas convenções colectivas, e diminui o número de infracções em relação à utilização da língua francesa nas ofertas de emprego internacionais.

7. A LÍNGUA FRANCESA NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Resumo: Com este capítulo, daremos uma breve visão geral do estado da língua francesa no campo da *Ciência e Tecnologia*. Devido à grande extensão deste campo, e com o objectivo de uma melhor análise e apresentação do estado da língua francesa, fizemos três subcampos: *Eventos, seminários e congressos; Revistas e publicações;* e *Educação, exames, admissão à universidade e anúncios de teses/dissertações.* Este campo é bastante significativo para a preservação da língua, e é objecto de especial atenção na política linguística da França. Referiremos também a tradução para francês de todos os documentos nesta área que são escritos numa língua que não o francês.

Palavras-chave: política linguística , ciência , tecnologia , tradução

Conclusão: Devido à grande extensão deste campo, e com o objectivo de uma melhor análise e apresentação do estado da língua francesa, fizemos três subcampos: *Eventos, seminários e congressos; Revistas e publicações;* e *Educação, exames, admissão à universidade e anúncios de teses/dissertações.*

Ao realizar *eventos internacionais, seminários e congressos* em França , cada participante tem a oportunidade de se expressar em francês, o seu programa deve ser escrito em francês e todos os

outros documentos que serão publicados a partir destes eventos devem conter um resumo em francês. Além disso, ao realizar todos os *eventos, congressos ou seminários internacionais*, existe uma obrigação de tradução simultânea ou consecutiva para francês, se a língua utilizada for diferente da língua francesa. Para uma maior representação da tradução de encontros internacionais realizados em França, o Estado fornece assistência financeira adicional, e o não cumprimento destas disposições implica uma sanção legal adequada.

Todas as *revistas e publicações profissionais e científicas* publicadas em inglês ou outra língua estrangeira e subsidiadas pela República Francesa devem conter um resumo em francês. Foi observado o pleno cumprimento desta obrigação, que se refere a todas as outras formas de publicações científicas, relatórios, colecções, artigos sintéticos, estudos, etc. O *Centro Nacional do Livro* justifica plenamente a sua missão de defesa e divulgação da língua e cultura francesas, bem como de incentivo à tradução de obras estrangeiras para francês e vice-versa.

A língua francesa é também utilizada de forma consistente em *Educação, exames, ingresso em universidades e anúncios de teses/dissertações* em todas as escolas públicas e privadas. As teses que são preparadas no comentário com centros de investigação estrangeiros, e são escritas noutra língua, devem conter um resumo em francês. Não foram observadas violações das disposições legais neste domínio.

8. INTERACÇÃO ENTRE LÍNGUA FRANCESA E SERVIÇOS PÚBLICOS DE FRANÇA NO SEGUNDO SÉCULO DO SÉCULO XX

Resumo: Os serviços públicos desempenham um papel importante na preservação do estatuto da língua francesa no plano interno, na sua promoção como língua de comunicação internacional, bem como na promoção da diversidade linguística e cultural. Para melhor ilustrar a interacção entre a língua e os serviços públicos, apresentaremos o seu papel na preservação e promoção da língua francesa no plano interno e internacional, bem como o seu enriquecimento terminológico na segunda metade do século XX. *Internamente*, os serviços públicos aplicam correctamente as decisões necessárias para uma utilização correcta e regular da língua francesa, prestam atenção ao aumento da qualidade e aplicam correctamente as terminologias recomendadas pelas comissões terminológicas em documentos administrativos e jurídicos, mantendo ao mesmo tempo as manifestações científicas e a publicação de publicações, publicações comerciais e publicitárias, produtos, marcas, bem como nos sítios web. A *nível internacional*, os serviços públicos promovem consistentemente a língua francesa nas relações com a União Europeia, as Nações Unidas e os países francófonos. Revêem regularmente os acordos bilaterais e multilaterais, reforçam os serviços de tradução, estabelecem um fundo para assistência na tradução e interpretação de eventos internacionais, e organizam cursos de línguas. A França , como um dos principais coordenadores da Organização Internacional da Francofonia, propõe mais medidas de divulgação da língua francesa no mundo, encorajando o pessoal científico francófono a participar em várias actividades internacionais, aumentando a sua presença na Internet, criando ferramentas de língua electrónica, etc. Com o *enriquecimento terminológico*, a língua

francesa foi modernizada e melhorou a sua utilização. Para este fim, são criadas comissões de terminologia e neologia, que em contacto com a Academia Francesa , instituições relacionadas dos países francófonos e organizações internacionais de normalização, encorajam a criação de novos termos em todas as áreas que são constantemente actualizados e, portanto, directa e positivamente afectados no seu estatuto no plano internacional.

Palavras-chave: interacção, língua francesa , serviços públicos , França

Conclusão: Partindo do facto de que os serviços públicos desempenham um papel importante na preservação do estatuto da língua francesa no plano interno e na comunicação internacional, tentámos mostrar a sua acção na segunda metade do século XX e, portanto, a interacção entre a língua e o Estado.

A nível nacional, os serviços públicos aplicam correctamente as decisões necessárias e a utilização correcta da língua francesa , prestam atenção ao aumento da qualidade e aplicam correctamente a terminologia recomendada pelas comissões de terminologia em documentos administrativos e jurídicos, mantendo ao mesmo tempo eventos científicos e publicações, publicações comerciais e publicitárias, produtos, marcas, bem como nos sítios web. Embora existam alguns problemas, no entanto, estas disposições são devidamente respeitadas.

A nível internacional, os serviços públicos promovem consistentemente a língua francesa nas relações com a União Europeia, as Nações Unidas e os países francófonos. Revêem regularmente os acordos bilaterais e multilaterais, reforçam os serviços de tradução, estabelecem um fundo para assistência na

tradução e interpretação de eventos internacionais, e organizam cursos de línguas. A França , como um dos principais coordenadores da Organização Internacional da Francofonia, propõe mais medidas para a divulgação da língua francesa no Mundo, encorajando os académicos francófonos a participar em várias actividades internacionais, reforçando os laços com instituições educativas e culturais francófonas, aumentando a sua presença na Internet, criando ferramentas linguísticas electrónicas, etc.

Embora a língua francesa seja uma língua oficial ou de trabalho em muitas instituições internacionais, no entanto, são encontradas algumas dificuldades na sua aplicação (atrasos de documentos oficiais traduzidos para francês, utilização do inglês na comunicação com ministérios ou empresas francesas, bem como com certos países francófonos pela Assembleia Geral das Nações Unidas e pela União Europeia). Portanto, a França , juntamente com outros países francófonos na Europa e através da Organização Internacional da Francofonia, reage fortemente contra o monolingüismo e defende o multilingüismo através da política de promoção da língua francesa.

A língua francesa é modernizada e a sua utilização reforçada com *enriquecimento terminológico*. Para este fim são criadas comissões para terminologia e neologia, que em contacto com a Academia Francesa , instituições relacionadas dos países francófonos e organizações internacionais de normalização, encorajam a criação de novos termos em todas as áreas que são constantemente actualizados e distribuídos através de brochuras, ou que podem ser descarregados electronicamente a partir da Internet. Isto tem um efeito positivo no seu estatuto no plano internacional, reduz também a possibilidade de ocorrência de diferenças

terminológicas nos países francófonos e acontece que a França se junta à era da modernização e do progresso. Através da recomendação TO, que utiliza o género dos nomes de certas profissões e funções públicas nos documentos jurídicos e administrativos publicados pelos serviços públicos, confirma-se mais uma vez que o Estado controla as condições sociais actuais e reage adequadamente com a sua utilização. Através do contínuo cuidado e fomento da língua francesa, confirma-se a interacção entre os serviços públicos de França e a língua francesa, bem como a sua contribuição para a promoção da diversidade linguística e cultural à escala global.

9. ENRIQUECIMENTO TERMINOLÓGICO DA LÍNGUA FRANCESA

Resumo: Para que uma língua se mantenha contemporânea e vital, tem de ser capaz de expressar o mundo moderno em toda a sua complexidade e diversidade. Com o rápido desenvolvimento tecnológico, todos os anos milhares de novas ideias e termos surgem de cada uma das áreas da obra humana às quais devem ser atribuídos nomes para serem compreendidos. Desta forma, os profissionais de certas áreas deveriam ser capazes de comunicar na sua própria língua, os tradutores deveriam traduzir adequadamente todos os termos especializados no campo adequado, e os falantes poderiam, numa determinada língua, adquirir rápida e eficientemente os novos conceitos que são mais frequentemente muito complexos. Devido a estas orientações linguísticas básicas, a língua francesa

também precisa de ser enriquecida com novos termos de todas as áreas significativas com as quais possa expressar adequadamente a contemporaneidade. Na verdade, o enriquecimento da língua francesa é uma das características da política linguística contemporânea em França.

O objectivo deste capítulo é, em suma, explicar o sistema administrativo moderno de enriquecimento da língua francesa baseado em actos jurídicos (a Lei de ⁴ de Agosto de 1994 para o uso da língua francesa e o decreto de ³ de Julho de 1996 para o enriquecimento da língua francesa). O sistema de enriquecimento da língua representa uma simbiose do trabalho da comissão geral de terminologia e neologismos, das comissões ministeriais especializadas em terminologia e neologia que estão em estreita relação com o Ministério da Cultura e Comunicações, ou seja, a comissão geral de língua francesa para as línguas em França, a academia francesa, os parceiros francófonos e outras instituições similares que dão a sua contribuição no enriquecimento terminológico da língua francesa.

Palavras-chave: enriquecimento terminológico , língua francesa

Conclusão: Nos anos 70 do século XX, vários ministérios criaram comissões de terminologia e neologia que dão uma grande contribuição para a criação da terminologia de uma determinada área. Em termos de enriquecimento da linguagem terminológica estão a ser tomadas mais disposições legais, a Lei de 1975 sobre o uso da língua francesa conhecida como *Bas-Lauriol*, e após a decisão de 1994 do Conselho Constitucional e a Lei de 4 de Agosto de 1994 sobre o uso da língua francesa chamada *Toubon*. Pelo decreto de 3 de Julho de 1996 para enriquecer a língua francesa a

fim de criar um novo sistema jurídico que reduz a posição do Estado, o papel da *Comissão Geral de Terminologia e Neologia* e da Academia Francesa aumentou, e o Estado e os outros meios e mecanismos de acção sobre a língua e a sua promoção, criaram comissões especializadas para a terminologia e neologia nos ministérios encarregados de criar novos termos formais, com base nas necessidades expressas numa determinada área. Os termos propostos devem ser confirmados pela *Comissão Geral de Terminologia e Neologia*, que examina os termos e definições propostos e solicita o parecer da Academia Francesa, após o que os termos e definições consensuais são publicados no Jornal Oficial fornecido pela pasta ministerial relevante, para que não haja objecções.

Uma vez publicados no Jornal Oficial, os termos e definições impostos tornam-se obrigatórios para os departamentos governamentais e instituições públicas, em vez de termos e expressões em língua estrangeira.

De acordo com este sistema de enriquecimento terminológico , o Estado não tem qualquer papel na selecção e decisão sobre uma série de termos especializados e estes só se podem afirmar a si próprios. Este sistema deve incentivar o enriquecimento do vocabulário, fornecer apoio e coordenação das actividades terminológicas, trabalhar na promoção e divulgação de novos termos e na sua aplicação e proporcionar um acesso fácil.

O Estado também informa os serviços públicos, os profissionais e o público sobre os novos termos e um exemplo da sua utilização, encorajando assim os seus parceiros a utilizar os termos recomendados. Embora a obrigação de utilizar os termos publicados

no Diário da República se aplique apenas aos departamentos governamentais e às instituições públicas, tais medidas têm um efeito fora do sector estatal.

O Estado não pode interferir directamente no funcionamento das comissões terminológicas, mas apenas organizado, como primeiro e principal utilizador, fornece a sua necessária promoção. Coordena a preparação das listas terminológicas e presta cooperação entre comissões especializadas, Comissão Geral e a Academia Francesa. Os parceiros neste sistema são a Academia das Ciências Naturais, a Associação Francesa de Normalização e o Centro Nacional de Investigação Científica, e aprofunda os contactos com instituições afins nos países francófonos. Além disso, desenvolve grandemente as portagens de informação para a língua francesa e trabalha intensamente para aumentar a sua presença online.

10. LÍNGUA FRANCESA NA MÁSICA EM FRANÇA NO FINAL DO SÉCULO XX

Resumo: O objectivo deste capítulo é apresentar a política linguística moderna da França em relação à língua francesa nos meios de comunicação social no final do século XX. Com base na análise dos documentos que se referem à política linguística nesta área, concluímos que, em termos das estações de rádio e televisão, o Estado regula a utilização da língua francesa nos programas. A França presta também especial atenção aos meios de comunicação impressos e à produção cinematográfica, que contribuem para a difusão da língua e da cultura francesas. As instituições,

responsáveis pela protecção da língua francesa nesta área, salientam que a maior parte dos meios de comunicação social cumprem devidamente esta obrigação. As violações mais comuns são a falta de tradução, a ilegibilidade, os erros gramaticais e o aumento da presença de palavras em inglês. Estas medidas proporcionam a protecção da língua francesa nos meios de comunicação social, tanto a nível nacional como internacional.

Palavras-chave: língua francesa , meios de comunicação social , política linguística da França

Conclusão: Embora a lei francesa de 1994 sobre a utilização da língua francesa reforce a utilização da língua francesa nos meios de comunicação social a nível nacional e internacional (regulando a sua utilização em espectáculos, transmitindo uma certa quota de produção francófona, etc.), no entanto, foram registados certos desvios e incumprimento de obrigações. A fim de apresentar a paleta de música francófona de uma forma mais adequada, bem como devido ao crescente desrespeito pelas obrigações das estações de rádio francesas, o volume das músicas francesas e as quotas de jovens intérpretes da nova produção de estações de rádio especializadas no género foi aumentado. Desta forma, a alimentação da expressão musical francesa é reforçada, particularmente pela população jovem. O facto de não se verificarem violações importantes das disposições sobre a aplicação da língua francesa pela maioria dos meios de comunicação social, bem como a nomeação de conselheiros que tomam medidas em determinadas situações linguísticas pelos meios de comunicação social de maior dimensão, demonstra a seriedade da sua abordagem relativamente à utilização da língua francesa.

Com as directrizes de 1998 para o desenvolvimento de programas em língua francesa no estrangeiro (aumento do apoio financeiro, encorajamento da cooperação com meios de comunicação social estrangeiros, desenvolvimento de programas francófonos por satélite, tradução do francês para outras línguas estrangeiras dependendo da região de emissão, etc.), o princípio do multilinguismo é respeitado, e a criação de espectáculos televisivos de alta qualidade que contribuam para a expansão da língua francesa é encorajada. Além disso, através da relação especial da França com a imprensa escrita, as editoras francesas e a sua produção cinematográfica, contribui directamente para a expansão da língua à escala mundial.

Todas as medidas de política linguística da França em relação à língua francesa no final do século XX indicam que a língua francesa é constantemente mais utilizada através dos meios de comunicação social, tanto a nível nacional como internacional.

FOR AUTHOR USE ONLY

Curriculum vitae de Zoran Nikolovski

Zoran Nikolovski nasceu em Bitola, na Macedónia do Norte, onde vive e trabalha. Obteve a licenciatura em Língua e Literatura Francesa na Faculdade de Filologia "Blaze Koneski" em Skopje, em 1996, o mestrado (*Contemporary Language Policy of France Regarding the French and the Regional Languages*) em 2002, e o doutoramento nos campos da linguística francesa (*English Lexical Loanwords in the French Language 1945-2005 - Linguistic and Sociocultural Aspects*) em 2012. Foi-lhe concedidas bolsas académicas para visitas de estudo a universidades em França, Alemanha, Bélgica e Holanda. Além disso, em 2016, Zoran Nikolovski recebeu um estudo de pós-doutoramento na Universidade de Bucareste, Roménia, (*Study of the Loanwords from the French and English Language and Sociolinguistic Research in Romania*).

É professor na Universidade "St. Kliment Ohridski" - Bitola,

República da Macedónia do Norte. Os seus interesses científicos abrangem a política linguística, sociolinguística, línguas em contacto, e lexicologia. Tem participado em muitas conferências e simpósios internacionais, e tem publicado regularmente os seus artigos e trabalhos de investigação em revistas científicas internacionais. Tem sido também autor de muitas resenhas de livros e artigos e participou activamente no trabalho de vários conselhos universitários.

Zoran Nikolovski foi também tradutor da sede do Ministério da Defesa da República da Macedónia e jornalista associado na Rádio Bitola e jornalista na TV Tera em Bitola. Em 2017, o professor Zoran Nikolovski, PhD, recebeu o nome *Chevalier dans l'Ordre des Palmes Académiques* (Cavaleiro na Ordem das Palmas Académicas) pelo governo da França, reconhecimento concedido por méritos excepcionais no campo da educação.

Curriculum vitæ de Zoran Nikolovski

Zoran Nikolovski est né et habite à Bitola, Macédoine du Nord. Il a terminé ses études de français à la Faculté de philologie " Blaze Koneski " à Skopje en 1996, obtenu son master en 2002 (*La politique linguistique contemporaine de la France à l'égard du français et des langues régionales*) et défendu sa thèse de doctorat en 2012 (*Les emprunts lexicaux anglais dans la langue française 1945-2005 (aspects linguistique et socioculturel)*). Il a réalisé des séjours dans plusieurs universités en France, Allemagne, Belgique et aux Pays-Bas. En 2016, Zoran Nikolovski a effectué un séjour postdoctoral (*Études des emprunts au français et à l'anglais et les recherches sociolinguistiques en Roumanie*) à l'Université de Bucarest, Roumanie.

Aujourd'hui, il est professeur à l'Université de Bitola " Saint-

Clément d'Ohrid " en Macédoine du Nord. O intérprete científico é orientado para a política linguística, a sociolinguística, as línguas em contacto e a lexicologia. A participação em mais colóquios e simpósios internacionais e publicações regulares de artigos em revistas internacionais. O critério mais importante é o de tornar livres e de artigos e participar no trabalho das comissões de peritos universitários.

Zoran Nikolovski a aussi travaillé comme interprète près l'État-major de l'armée de la République de Macédoine, collaborateur à la Radio Bitola et journaliste à la Télévision Tera de Bitola. Em 2017, Zoran Nikolovski a reçu les insignes de Chevalier dans l'Ordre des Palmes académiques, une reconnaissance décernée de la part de France pour ses mérites exceptionnels dans le domaine de l'éducation.



**More
Books!**

yes
I want morebooks!

Buy your books fast and straightforward online - at one of world's fastest growing online book stores! Environmentally sound due to Print-on-Demand technologies.

Buy your books online at
www.morebooks.shop

Compre os seus livros mais rápido e diretamente na internet, em uma das livrarias on-line com o maior crescimento no mundo!
Produção que protege o meio ambiente através das tecnologias de impressão sob demanda.

Compre os seus livros on-line em
www.morebooks.shop

KS OmniScriptum Publishing
Brivibas gatve 197
LV-1039 Riga, Latvia
Telefax: +371 686 20455

info@omniscriptum.com
www.omniscriptum.com

OMNI**S**criptum



